

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS**  
**FACULDADE DE HISTÓRIA**  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

RAFAEL GONÇALVES BORGES

**ARCA E FUNDAÇÃO O BOTICÁRIO:**  
UMA PERSPECTIVA SOBRE O MOVIMENTO AMBIENTALISTA CONTEMPORÂNEO  
(1980-2000)

GOIÂNIA  
2009

**RAFAEL GONÇALVES BORGES**

**ARCA E FUNDAÇÃO O BOTICÁRIO:**

UMA PERSPECTIVA SOBRE O MOVIMENTO AMBIENTALISTA CONTEMPORÂNEO  
(1980-2000)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Faculdade de História, da Universidade Federal de Goiás, como requisito para a obtenção do Título de Mestre em História. Área de Concentração: Culturas, Fronteiras e Identidades. Linha de Pesquisa: Identidades, Fronteiras e Culturas de Migração.

**Orientadora:**

Profa. Dra. Libertad Borges Bittencourt

GOIÂNIA  
2009

## **RAFAEL BORGES**

### **ARCA E FUNDAÇÃO O BOTICÁRIO:**

UMA PERSPECTIVA SOBRE O MOVIMENTO AMBIENTALISTA CONTEMPORÂNEO  
(1980-2000)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Faculdade de História, da Universidade Federal de Goiás, como requisito para a obtenção do Título de Mestre em História. Área de Concentração: Culturas, Fronteiras e Identidades. Linha de Pesquisa: Identidades, Fronteiras e Culturas de Migração.

### **BANCA EXAMINADORA**

---

PROFA. DRA. LIBERTAD BORGES BITTENCOURT (UFG)  
(PRESIDENTE)

---

PROF. DR. FAUSTO MIZIARA (UFG)  
(ARGÜIDOR)

---

PROF. DR. CARLOS OITI BERBERT JUNIOR (UFG)  
(ARGÜIDOR)

---

PROFA. DRA. FABIANA DE SOUZA FREDRIGO (UFG)  
(SUPLENTE)

Goiânia, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2009

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)  
(GPT/BC/UFG)

**Borges, Rafael Gonçalves.**  
**B732a ARCA e Fundação o Boticário [manuscrito]: uma perspectiva sobre o movimento ambientalista contemporâneo (1980-2000) / Rafael Gonçalves Borges. – 2009.**  
**171 f.**

**Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Libertad Borges Bittencourt.**

**Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Faculdade de História, 2009.**

Bibliografia: f. 166-168.

Inclui lista de abreviaturas, siglas e tabelas.

Apêndice.

1. Movimento Ambientalista (1980-2000) 2. ARCA – Movimento Ambientalista 3. Fundação O Boticário – Proteção à Natureza I. Bittencourt, Libertad Borges II. Universidade Federal de Goiás, **Faculdade de História** III. Título.

CDU: 574.2”1980-2000”

A todas as pessoas que compreendem que tudo é o mesmo quando se perde a ilusão  
de ser eterno.

## AGRADECIMENTOS

As primeiras palavras de gratidão no que concerne a este trabalho são dedicadas às pessoas responsáveis por sua existência. São aquelas que de modo direto ou não contribuíram imensamente para que em nós pudesse haver o desejo de trilhar os caminhos da pesquisa histórica, suplantando todos os temores e inseguranças que sobrevieram durante a empreitada. Em primeiro lugar, a eterna gratidão à Professora Libertad Borges Bittencourt, que a cada conversa fazia diminuir em mim as debilidades, me levando a crer que não me equivocara na escolha do meu ofício. Após quatro anos de orientação contínua, consolida-se em mim a admiração não somente pelo intelecto privilegiado, mas também pela personalidade vibrante, pelo caráter irretocável e pelo exemplo de perseverança e força.

A mesma admiração estende-se a outros professores que, a despeito da posição acadêmica, mostraram-se acessíveis e interessados na formação de seus alunos. À Professora Fabiana Fredrigo, a gratidão pelos textos que inculcaram em mim o gosto pela contemporaneidade através das aulas ricas e das sugestões extraclasse. Ao Professor Carlos Oiti fica o reconhecimento por ter me feito perseverar em instante fundamental de minha graduação, traduzindo em palavras acessíveis a um neófito historiador as complexidades da teoria da história. Obrigado pela paciência e tolerância nos muitos momentos que recorri a suas aulas em busca de um aprimoramento teórico e pela certeza plantada em mim de que pensar história é um prazer, muito mais que um suplício. Ao Professor Fausto Miziara a gratidão pela prontidão com que respondia aos muitos emails e pela disposição em acompanhar este trabalho desde o Seminário de Pesquisa, aceitando também o convite para a composição da banca examinadora.

Tão importantes quanto os mestres são os amigos que participaram dos conflitos e percalços da pesquisa. Fica a gratidão àqueles que me acompanham desde a graduação: ao grande amigo Vichelson Mandu, pelas palavras de ânimo e pela amizade verdadeira que trouxe muito mais cor e vida aos dias cinzentos de crise intelectual e criativa; à amiga e mestranda Idila di Roure, pelo humor cativante, conselhos mais do que válidos e elogios imerecidos compreensíveis somente pela amizade; à primeira Mestre de nossa turma e futuramente primeira Doutora, Laura de Oliveira, pelas caronas, conselhos, sugestões intelectuais, companheirismo em cada disciplina do mestrado, amizade sincera e alegria inteligente. A ela manifesto o reconhecimento especial pela fundamental contribuição para que este trabalho fosse concluído.

À minha família, uma consideração especial pela paciência e incentivo. Agradeço a meus pais, Wellington Borges e Ivania Borges, pela cobrança velada que manifestou a preocupação carinhosa com o sucesso de seu filho mais novo. Reconheço neles o exemplo de persistência e dedicação que pode e deve ser impresso naquilo que se pratica, incluindo este trabalho. Às minhas irmãs, Ruth Borges e Racquel Borges, muito obrigado pelo patrocínio e pela alegria compartilhada. Neste momento que nos fazemos adultos e que começamos a caminhar por nós mesmos, aumentam o amor e admiração que tenho por elas. À minha futura esposa Kathllen Prudente, meu amor e gratidão pelo estímulo, pela partilha de sonhos e pela certeza de que é melhor serem dois do que um, pois assim, recebe-se mais pelo trabalho. A eles, agradeço e dedico cada segundo depreendido na construção deste trabalho.

Agradeço por fim a dois amigos em especial. Ao Pastor Marcus Winícius Siqueira fica a gratidão por ter sido o primeiro a me estimular a entrar no mestrado, ainda que estivesse no segundo ano de graduação e tal possibilidade parecesse remota naquele instante. Obrigado por partilhar cada dúvida, cada lágrima e cada sorriso, consolidando-se como parte fundamental da minha formação pessoal. Agradeço também ao companheirismo de João Daniell de Oliveira, futuro

publicitário que, com sua sagacidade intelectual, compartilhou minhas hipóteses e teses, tornando-se o parceiro intelectual ideal.

Aos demais amigos que em função do espaço não tem aqui seus nomes citados, o carinho e a gratidão pela companhia e pelos incentivos.

Todos nós queremos o progresso. Progredir, porém, é aproximarmo-nos do lugar aonde queremos chegar. Se você tomou o caminho errado, não vai chegar mais perto do objetivo se seguir em frente. Para quem está na estrada errada, progredir é dar meia-volta e retornar à direção correta; nesse caso, a pessoa que der meia-volta mais cedo será a mais avançada [...]. Não há nada de progressista em ser um cabeça-dura que se recusa a admitir o erro. Penso que, se examinarmos o estado atual do mundo, é bastante óbvio que a humanidade cometeu algum grande erro. Tomamos o caminho errado. Se assim for, devemos dar meia-volta. Voltar é o caminho mais rápido. (C. S. Lewis, 1952)

## RESUMO

O trabalho que ora se apresenta, intitulado “ARCA e Fundação O Boticário: uma perspectiva sobre o movimento ambientalista contemporâneo (1980-2000)”, é uma análise da consolidação do discurso ambiental nas duas últimas décadas do século XX, a partir de um estudo do movimento ambientalista em suas principais características, problematizando a inserção do mesmo no contexto das mudanças ocorridas no período, referentes ao associativismo civil em rede e ao desenvolvimento técnico-científico, lançando as bases para o surgimento de um imperativo ético calcado na noção de responsabilidade e da defesa de uma identidade biológica e ambiental.

Palavras-chave: identidade, ambientalismo, rede, responsabilidade.

## ABSTRACT

The work proposed herewith, entitled “ARCA and Fundação O Boticário: a perspective about the environmental movement contemporary”, is an analysis which aims to examine the consolidation of environmental discourse over the last two decades of the twentieth century through a study of the environmental movement in its main characteristics, putting in discussion the insertion of it in the context of substantial changes occurred in the period, concerning to civil associations in network and the scientific-technical development, which form the basis for the emergence of an ethical imperative of responsibility and of a defense of a biological and environmental identity.

Key-words: identity, environmentalism, network, responsibility.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Abong – Associação Brasileira de ONGs

AIDS – Acquired Immunodeficiency Syndrome

AME – Associação Mato-Grossense de Ecologia

APA – Área de Proteção Ambiental

ARCA – Associação para Recuperação e Conservação do Ambiente

Caixego – Caixa Econômica do Estado de Goiás

CEMAM – Conselho Estadual do Meio Ambiente

COMAM – Conselho Municipal do Meio Ambiente

COMPUR – Conselho Municipal de Política Urbana

EIA – Estudo de Impactos Ambientais

EUA – Estados Unidos da América

FASFIL – Fundações e Associações Sem Fins Lucrativos

FNMA – Fundo Nacional do Meio Ambiente

FOB – Fundação O Boticário

Gife – Grupo de Institutos e Fundações Empresariais

IABIN – Inter-American Biodiversity Information Network

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBDF – Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IESA – Instituto de Estudos Sócio-Ambientais

ITS – Instituto do Trópico Subúmido

JNF – Jewish National Fund

KKL – Keren Keymeth LeIsrael

MLCP – Movimento de Luta Pela Casa Própria

MP – Ministério Público

ONG – Organização Não-Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

OPUA – Oficina de Planejamento Urbano e Ambiental

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

PICN – Programa de Incentivo à Conservação da Natureza

PT – Partido dos Trabalhadores

PV – Partido Verde

RTAP – Rede Temática de Áreas Protegidas

SEJA – Sociedade Ecológica de Jataí

Sema – Secretaria Municipal do Meio Ambiente

SEPLAN – Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento do Estado de Goiás

UCG – Universidade Católica de Goiás

UFG – Universidade Federal de Goiás

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

UnB – Universidade de Brasília

UNESCO – United Nations Educational Scientific and Cultural Organization

WWF - World Wild Fund

## LISTA DE TABELAS

1.1	Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos, por data de criação, segundo classificação das entidades sem fins lucrativos – Brasil – 2002.....	39
1.2	Índice de Crescimento por Períodos do Total das FASFIL e das entidades componentes do setor religião e meio ambiente – Brasil.....	57

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	13
<b>CAPÍTULO I – Arca e Fundação O Boticário: o movimento ambientalista no cenário dos novos paradigmas de associativismo civil no Brasil</b> .....	19
1.1 Associação para Recuperação e Conservação do Ambiente (ARCA).....	20
1.2 Fundação O Boticário.....	28
1.3 Movimentos sociais e ambientalismo: questões conceituais.....	33
1.4 O surgimento dos novos movimentos sociais: ONGs e Fundações como paradigmas de associativismo civil.....	37
1.5 O movimento ambientalista no âmbito dos novos movimentos sociais: a dinâmica fundamental das redes.....	60
<b>CAPÍTULO II - A relação com o conhecimento e a tecnologia: a busca por uma produção científica responsável</b> .....	66
2.1 ARCA: a responsabilização da Universidade, o <i>locus</i> de produção científica.....	67
2.2 Fundação O Boticário: mercado, responsabilidade e ciência.....	79
2.3 O Mal-Estar da Civilização: ciência e moral dissociadas.....	92
2.4 O princípio responsabilidade em termos filosóficos: a obra de Hans Jonas.....	108
a) <i>A necessidade de uma nova ética</i> .....	108
b) <i>Trazendo a responsabilidade para o centro da ética</i> .....	113
c) <i>O potencial destrutivo da idéia de progresso</i> .....	114
d) <i>A crítica da utopia e a centralidade da questão ambiental na proposição do imperativo de responsabilidade</i> .....	117
2.5 O desenvolvimento sustentável: o princípio responsabilidade concretizado .....	122
<b>CAPÍTULO III: O Novo Homem: a solidariedade da espécie na identidade biológica</b> .....	129
3.1 A categoria identidade para a análise dos movimentos sociais contemporâneos.....	130
3.2 A identidade biológica: o homem como célula de um todo orgânico.....	136
3.3 O Grande Aqui é o meu aqui: a redefinição do espaço pela ênfase à localidade.....	147
3.4 O Longo Agora: a projeção do futuro no tempo presente.....	158
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	162
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	166
<b>APÊNDICES</b> .....	179



## INTRODUÇÃO

Os processos históricos, por vezes, são responsáveis por acentuarem ou atenuarem a importância de determinados temas e pesquisas. A temática ambiental, da qual se ocupa o trabalho aqui apresentado, é uma dessas questões exemplares, na medida em que adquiriu uma relevância crescente ao passo da escrita efetuada.

A escolha do tema não foi fortuita e pode ser vista como o resultado mais bem acabado de uma pesquisa contínua principiada desde a iniciação científica, ainda em nossa graduação. Naquele momento, o cerne da pesquisa se alicerçava na problemática da ocupação urbana em Goiânia, transferindo-se paulatinamente aos movimentos sociais que lidavam com a questão, repousando, por fim, sobre um estudo de caso específico<sup>1</sup>.

Esse estudo de caso configurou-se como o objeto de nossa monografia de conclusão de curso, mas apresentava um inconveniente típico de pesquisas iniciais. Visando à instrumentalização teórica adequada para a análise do movimento, em uma suposição antecipada, adquirimos conhecimento acerca do tema de interesse mais abrangente que é o da emergência de novas formas de mobilização social a partir da década de 1980. Contudo, o objeto em questão não se inseria na perspectiva desses novos paradigmas, sendo que, o resultado final do trabalho preocupou-se justamente em evidenciar o descompasso deste movimento em relação ao cenário mobilizacional contemporâneo.

Foi justamente em função dessa pesquisa relativamente insatisfatória – uma vez que nossa intenção era trabalhar com algum representante do chamado Terceiro Setor propriamente dito – que no instante de elaboração do projeto para a atual pesquisa optamos por objetos que indubitavelmente estivessem inseridos na perspectiva dos novos paradigmas de associativismo e mobilização. Uma vez que é reconhecido pela maioria dos autores que tratam o tema o fato de que esses novos movimentos sociais sofreram incremento considerável no Brasil a partir da realização de uma conferência ambiental internacional no Rio de Janeiro em 1992, a ECO-92, a questão dos movimentos ambientalistas parecia caminho certo para uma análise que evidenciasse a reemergência da sociedade civil brasileira a partir da década de 1980 – fundamentalmente após a redemocratização.

---

<sup>1</sup> O estudo de caso em questão, Movimento de Luta Pela Casa Própria, aparece no corpo deste trabalho no último capítulo, em momento comparativo com os movimentos em análise aqui.

Entretanto, como referimos anteriormente, a questão se mostrou mais complexa já no primeiro momento de elaboração do projeto. A problemática ambiental se consolidou e transcendeu os questionamentos iniciais quando alguns fatos realçaram a centralidade do tema em diversas esferas de debates. O caso mais exemplar foi a divulgação de um novo relatório do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas<sup>2</sup> em 2007, que pode ser considerado um marco nos relatórios do órgão, por colocar de modo inédito a questão ambiental na pauta de debates para a tomada de decisões importantes nas relações internacionais. Naquele momento, o problema do aquecimento global ascendeu ao posto de tema fulcral e o risco ambiental pode ser reconhecido de modo surpreendentemente novo nas mais variadas esferas da vida cotidiana<sup>3</sup>.

Desta forma, o problema central que suscitou a pesquisa foi o de entrever de que forma o discurso em favor da preservação ambiental pode assumir, na virada do milênio, uma posição de destaque tão relevante no cenário da vida humana, partindo-se do pressuposto de que, há algumas décadas, a identificação imediata que se fazia do ambientalista – ou em termo mais apropriado para a época, do ecologista – se dava com os movimentos de contracultura. Assim, um recorte temporal inicial aparentemente razoável para a adequada visualização do processo deveria cobrir as três últimas décadas do século XX.

A preocupação imediata – em virtude do tempo disponível para composição do trabalho – foi a de balizar essa discussão teórica mediante uma acurada verificação empírica. Destarte, o primeiro imperativo que se colocou foi o de optar por estudos de caso que possibilitassem a verificação da validade da hipótese suscitada. O primeiro objeto escolhido em função de sua relevância foi a Fundação O Boticário de Proteção à Natureza (FOB), mantida pela empresa de cosméticos de mesmo nome. O objeto será devidamente apresentado durante o trabalho, mas três de suas características merecem ser aqui destacadas: é uma Fundação empresarial, atua em nível nacional e foi fundada no início da década de 1990. A proposta de uma análise comparativa mais fecunda conduziu-nos, após breve pesquisa, ao segundo objeto, que possibilitaria a comparação: a Associação Para Recuperação e Conservação do Ambiente (ARCA). Sua escolha se deu justamente pelos fatores que a

<sup>2</sup> Este órgão da Organização das Nações Unidas ganha cada vez mais relevância no cenário atual, embora divulgue relatórios desde o ano de 1988. A novidade do relatório de fevereiro de 2007, primeiro ano de nossa pesquisa, foi o dado de que os cientistas possuem 90% de certeza de que o homem é o responsável pelo aumento da temperatura global. Disponível em <[http://www.wwf.org.br/natureza\\_brasileira/meio\\_ambiente\\_brasil](http://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/meio_ambiente_brasil)>. Acesso em: mar. 2009.

<sup>3</sup> Merece destaque a figura do ex-vice-presidente norte americano Al Gore, que além de ganhar o Oscar – símbolo máximo do reconhecimento do entretenimento mundial – pelo seu documentário “Uma Verdade Inconveniente” – que trata justamente do problema do aquecimento global – recebeu no mesmo ano também o Prêmio Nobel da Paz por se dedicar arduamente à causa ambiental.

diferenciam da FOB: é uma Organização Não-Governamental (o que permitiria a análise dos dois principais modelos representantes dos novos movimentos sociais), atua em nível estadual (possibilitando uma avaliação acerca das dinâmicas diferenciadas entre a esfera de atuação nacional e a regional) e foi fundada no início da década de 1980 (momento chave que marca o início da transição entre as formas de mobilização social mais tradicionais e os chamados novos movimentos sociais). Com a definição dos objetos, o recorte temporal especificou-se entre as décadas de 1980 e 2000 guiando, desta forma, as leituras para sua análise.

Nesse sentido, as próprias fontes documentais direcionaram à leituras que possibilitassem compreender as alterações que se processaram tanto no Brasil quanto no mundo no recorte temporal explicitado, ainda que necessariamente o mesmo seja transposto em diversos momentos no intuito de uma recuperação histórica dos fenômenos e processos que se refletem ou se consolidam nas duas décadas que nos interessam mais especificamente. Diversos autores foram fundamentais nessa proposta, mas um se destaca em particular: o sociólogo espanhol Manuel Castells<sup>4</sup>. Com uma extensa obra intitulada “A Era da Informação” dividida em três volumes, este autor se mostrou desde o início como um dos poucos a oferecer uma visão acurada do fenômeno dos novos movimentos sociais – tema ainda bastante carente de análises historiográficas. Para tanto, Castells (2003) baseia sua tese na defesa do conceito de “sociedade em rede”, que teria sido gerada justamente a partir da década de 1970, com o novo surto de desenvolvimento tecnológico da microeletrônica. Essa sociedade em rede, marcada pelo surgimento de um novo modo de desenvolvimento<sup>5</sup> do capitalismo, teria introduzido, segundo Castells (1999, p. 17) mudanças fundamentais no cenário da modernidade tardia, que seriam: globalização das atividades econômicas, organização em redes, flexibilidade e instabilidade do emprego, individualização da mão-de-obra, cultura de virtualidade real e transformação das bases materiais da vida – o tempo e o espaço, através da criação de um espaço de fluxos e de um tempo intemporal.

Tratando acerca dos movimentos sociais contemporâneos, o autor evidencia no segundo volume de sua obra<sup>6</sup> a importância da categoria “identidade” para uma análise dos mesmos. É nesse volume que Castells confere especial atenção ao movimento ambientalista, dedicando ao mesmo um capítulo exclusivo intitulado “O Verdejar do Ser”. Antes, em outro

---

<sup>4</sup> É sintomático destacar que a popularização da obra do autor no Brasil, ainda que tal popularização possa ser relativizada, se deu justamente no governo do também sociólogo Fernando Henrique Cardoso – sendo que a obra de Castells é prefaciada pela então primeira dama, a antropóloga Ruth Cardoso. A relação merece uma referência já que a obra de Castells procura justamente propor uma teoria nova para as configurações da sociedade que se gesta a partir da década de 1970 e que se cristaliza no cenário nacional tardiamente a partir do governo FHC.

<sup>5</sup> Todos estes conceitos serão trabalhados e explicitados no capítulo primeiro.

<sup>6</sup> A obra em questão é CASTELLS, Manuel. *O Poder da Identidade*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

momento da obra, o autor evidenciara o porquê dessa relevância particular do ambientalismo. A seu ver o ambientalismo se configurava como, provavelmente, o maior e o mais influente movimento de nossos tempos, que se diferencia pelo seu caráter propositivo e ativo e não somente reativo, característica de outras formas de construções identitárias mais tradicionais (cf. CASTELLS, *op. cit.*, p. 94). É na análise deste movimento que a hipótese central do autor é concebida: a de que os temas que sustentam o movimento ambientalista e justificam seu êxito estão diretamente ligados às mudanças introduzidas na sociedade em rede, citadas anteriormente. Assim, nosso trabalho se apropria dessa hipótese e se dedica justamente a verificá-la mediante estudos de caso. Existiria essa relação direta entre a construção da sociedade em rede e o ambientalismo?

É importante aqui evidenciarmos a preocupação e o cuidado metodológico em valorizar as especificidades dos objetos em questão, tornando claro de que modo as discussões empreendidas só obtêm pleno sentido porque contribuem na compreensão das ações dos movimentos e dos sujeitos que o integram. Desta forma, a teoria subordina-se à prática e não o contrário.

Ainda acerca dos aspectos teóricos e metodológicos, importa frisar a dificuldade encontrada em função da ausência de trabalhos historiográficos acerca do ambientalismo. Pesa, pois, neste trabalho, a valorização da interdisciplinaridade, na medida em que historiadores, sociólogos e filósofos foram amplamente utilizados para que pudessemos atingir os objetivos propostos.

Recordando-se, então, a tese de Castells acerca do motivo pelo qual o movimento ambientalista alcança proeminência no início do milênio, podemos perceber a estruturação do trabalho como um reflexo dessa tese.

O primeiro capítulo ocupa-se em perceber as mudanças que se referem justamente à organização da sociedade em distintas redes, o que afetou diretamente as formas de mobilização social. Assim, após a apresentação inicial da ARCA e da FOB e através das manifestações dos atores, será possível perceber a necessidade de uma recuperação histórica do processo de proliferação do que temos chamado de novos movimentos sociais, bem como dos principais termos adotados pelos mesmos, quais sejam, Terceiro Setor, ONG e Fundação. Importa perceber, neste capítulo, de que forma a categoria rede é fundamental para a organização e planejamento de ações destes novos movimentos e avaliar a relação entre o

grau de êxito obtido por cada um deles à medida que se inserem na perspectiva da mobilização em rede.

Tendo tratado as mudanças introduzidas a partir da década de 1970, que se referem justamente à organização da sociedade segundo o paradigma de redes, passamos no segundo capítulo à questão seguinte, que se refere à relação ambígua e central ao ambientalismo contemporâneo em relação à ciência e a técnica. Em última análise, inseridos numa perspectiva de longa duração, procuramos evidenciar neste capítulo de que modo o século XX configurou o momento chave da dissociação entre moral e ciência, bem como o mal-estar associado a essa dissociação refletido na produção intelectual do segundo pós-guerra. Condenando o progresso desenfreado causado pela técnica, mas dependendo da ciência para a proposição de soluções para situações que ela mesma causou, o ambientalismo é o principal meio ressonante de um novo imperativo ético calcado em uma noção de responsabilidade.

Este tema conduz ao capítulo três, que se preocupa em analisar de que forma no discurso dos movimentos é possível perceber a concepção de uma identidade biológica. Tal fato direciona a uma reflexão acerca da categoria identidade – defendida aqui como a ideal para a análise do sujeito contemporâneo em sua significação pessoal e em suas ações – e das duas categorias básicas para qualquer forma de abstração: o tempo e o espaço. Tais categorias serão pensadas a partir das profundas alterações que se processaram na forma de percepção no final do século XX e de que modo o ambientalismo, mediante uma identidade biológica, se apropriou dessas mudanças e propôs soluções singulares às mesmas.

Acerca das fontes documentais é necessário reiterar duas considerações. A primeira se refere ao modo pelo qual são identificadas as fontes impressas no trabalho. Optamos por uma numeração seqüencial das mesmas e por uma apresentação no Apêndice 1 da tabela onde aparecem a natureza e as datas de cada documento. Estas não são evidenciadas ao longo do texto porque a maioria absoluta dos casos de citações diretas é acompanhada da devida contextualização. A segunda consideração salienta a existência de muitos documentos disponíveis em sites da rede mundial de computadores, principalmente no caso da FOB. A tranquilidade no tratamento dessas fontes ocorre pela expectativa natural de que um tema tão atual conduziria à lida com documentos de tais naturezas.

Por fim, é necessário ressaltar que não se enquadram nos fins deste trabalho a tentativa de construir uma teoria do movimento ambientalista, ou ainda, avaliar em que

medida as discussões teóricas e construções discursivas que o subsidiam são válidas. O objetivo precípua é o de mapear os fatores que explicam o sucesso do ambientalismo em sua relação com os fenômenos introduzidos pela sociedade em rede, o que não significa julgá-los em sua validade. Assim, este trabalho se dedica muito mais a identificar os discursos do movimento ambientalista, a partir das falas dos atores ligados aos estudos de caso, que têm sido aceitos e propalados no cenário atual, na perspectiva de um historiador, sem se preocupar em problematizar a coerência ou validade dos mesmos.

Contudo, ainda que o trabalho apresente tão somente um vislumbre das inúmeras possibilidades que se abrem na pesquisa acerca do ambientalismo, esperamos que possa contribuir para pesquisas futuras sobre este tema ainda tão pouco visitado pela historiografia e tão longe de ser esgotado.

## **CAPÍTULO I**

### **ARCA E FUNDAÇÃO O BOTICÁRIO: o movimento ambientalista no cenário dos novos paradigmas de associativismo civil no Brasil**

*Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.*

Constituição Federal Brasileira de 1988,  
Cap. VI, Art. 225.

Uma análise das instituições arroladas como estudo de caso neste trabalho definirá a discussão teórica que melhor se apresenta para a compreensão adequada das atividades das mesmas. Logo, antes dessa análise, exige-se uma apresentação das instituições, de modo que seja estabelecida a preocupação teórico-metodológica, evitando teorizações abstratas ou mesmo uma mera apresentação sucinta das instituições em foco.

A escolha da Associação para Recuperação e Conservação do Ambiente (ARCA) e da Fundação O Boticário (FOB), com o intuito de destacar exemplos dos novos paradigmas de mobilização social, que se desenvolveram nas duas últimas décadas do século XX, não foi arbitrária. As razões, além da acessibilidade documental que se colocava, estão diretamente ligadas ao período de fundação das mesmas, que compreende o início das décadas finais do século passado, o que permite uma percepção das mudanças mais substanciais que se processaram no período, para que os movimentos ambientais conseguissem alcançar uma posição cada vez mais privilegiada no cenário social contemporâneo, de modo que o discurso em favor da preservação e recuperação ambiental abandonasse as margens e passasse ao centro de muitos debates, tanto em nível nacional quanto global.

No que se refere ao primeiro momento da discussão, é importante ressaltar o cuidado metodológico de permitir que os atores ligados aos movimentos falem por si, uma vez que aquilo que afirmam ser, ainda que possivelmente contradiga o que efetivamente praticam, é fonte importante de indícios que possibilitam a percepção das mudanças no discurso ambiental, no intervalo de tempo em questão. Desta feita, a apresentação da ARCA e da FOB dar-se-á fundamentalmente a partir de suas próprias definições que, no entanto, serão devidamente problematizadas em momento posterior. Assim, de início, esta seção do trabalho visa a uma exposição geral das instituições em questão, pois é a partir destas que se mostrará possível uma problematização de suas ações, o que nos permitirá um diálogo mais amplo com o movimento ambiental brasileiro entre 1980 e 2000. Após essa primeira exposição do histórico das instituições que se colocam como estudo de caso, será possível perceber algumas condições para o crescimento da causa ambiental no final do século XX.

### **1.1 Associação para Recuperação e Conservação do Ambiente (ARCA)**

A ARCA é uma associação civil sediada em Goiânia, com data de fundação em 1982, e que se apresenta como “uma Organização Não-Governamental, sem fins lucrativos, formada por profissionais interessados em promover o conhecimento e contribuir na recuperação e conservação do ambiente, com a promoção do desenvolvimento sustentável”<sup>7</sup>. No estatuto da associação, aprovado e registrado em cartório no dia 21 de setembro de 1982, além das definições obtidas no site da instituição, definem-se os objetivos do grupo: “a) promover o conhecimento e a compreensão das leis que regem a vida e a sociedade; b) contribuir para a recuperação e a conservação do ambiente, assim como para o uso adequado dos recursos naturais; c) apoiar iniciativas que tendam a assegurar uma qualidade de vida satisfatória para as comunidades”<sup>8</sup>.

A circunstância de criação da ARCA indica a importância da mesma no cenário de mobilização ambientalista brasileiro, uma vez que, ainda de acordo com o site da instituição, um grupo de acadêmicos e técnicos de Arquitetura, motivado pela ecologista

---

<sup>7</sup> Disponível em <<http://www.arca.org.br>>. Acesso em: mar. 2008.

<sup>8</sup> Documento 1.

Maria Judith Zuzarte Cortesão, organizou no Instituto dos Arquitetos do Brasil, seção Brasília, o primeiro estatuto da ARCA – em 21 de setembro de 1978. “De Brasília, a ARCA se desdobrou em várias unidades regionais, mas somente duas se destacaram pela persistência: a unidade localizada na Chapada dos Guimarães e a de Goiás”<sup>9</sup>. Não bastasse o relativo pioneirismo de um movimento ambiental no início da década de 1980, a participação de Maria Judith Cortesão – notavelmente uma das pioneiras no ambientalismo brasileiro, com participação em criação de outras ONGs, como a SOS Mata Atlântica e de ações distintas, como a criação do programa Globo Ecologia, na principal rede de TV aberta do Brasil – indica a relevância do movimento, ainda que a participação da renomada geneticista tenha se dado basicamente no início do mesmo.

Em nível nacional, a ARCA obteve um alcance limitado – dado o fato de que as duas únicas unidades regionais que permaneceram, como asseguram as próprias informações obtidas no site, foram aquelas localizadas na Chapada dos Guimarães e em Goiás. No entanto, algumas ações de destaque puderam ser efetuadas desde o início como: introduções a estudos da crosta terrestre por meio de pequenas expedições; apoio à edição de filmes e áudios-visuais (incluindo uma série intitulada “O Mundo Natural do Cerrado”, da própria Maria Judith Cortesão); apoio à experimentação pedagógica, focando basicamente a capacitação de professores para o ensino de “ecologia” a crianças e pessoas com limitação física, incluindo-se até mesmo um treinamento de campo para expedições polares (provavelmente em função da participação de Judith Cortesão, uma vez que não se percebe a efetivação de qualquer expedição)<sup>10</sup>.

A unidade regional de Goiás apresenta, desde sua fundação, uma atuação significativa em segmentos variados da mobilização ambiental. No entanto, em função de sua estreita ligação com a arquitetura, as principais áreas de atuação da ARCA Goiás centram-se na esfera de ações urbanas, o que obviamente não representa um demérito. Essa imbricação, que se delineia desde a fundação da organização nacional em Brasília, é ainda reforçada em Goiânia quando se constata o vínculo entre a ARCA Goiás e o Instituto de Arquitetura da Universidade Católica de Goiás (UCG), particularmente na pessoa do professor Everaldo Pastore, arquiteto com Mestrado em Planejamento Urbano pela Universidade de Brasília (UnB), integrante do quadro docente do instituto – que também oferece o espaço físico para a atual sede da associação.

<sup>9</sup> Disponível em <<http://www.arca.org.br>>. Acesso em: mar. 2008.

<sup>10</sup> Documento 3.

Em dois anos de existência, já ficava evidente essa tendência de envolvimento direto com questões relativas à ocupação urbana, o que se constata em documento relatando as ações do movimento até o final de 1984 e que lista os principais projetos, quais sejam: a proposta de criação de um viveiro experimental para adaptação e adequação de espécies nativas e exóticas para arborização urbana e recuperação de matas de fundos de vales; propostas desenvolvidas junto ao Programa de Habitação Popular e Associação de Bairro (incluindo-se aqui diversos projetos de urbanização de setores e ocupações, praças, centros comunitários, creches, além da participação no projeto de recuperação do Bosque dos Buritis, também na capital, bem como na elaboração de planos urbanísticos de outros municípios, como Rianópolis, Anápolis e Nova Veneza); estudo das manifestações urbanísticas e arquitetônicas, que se estabeleceram nos núcleos de mineração em Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais e Rio de Janeiro, mediante a elaboração de um quadro comparativo; viagem de estudos ao Pantanal Mato-Grossense; palestras sobre violência urbana e as suas conseqüências na organização física das cidades e na arquitetura e sobre os impactos sociais e ecológicos da hidrelétrica de Tucuruí; participação nas discussões da proposta de implantação do metrô de superfície em Goiânia; manifestações contra a possível construção do prédio da Caixa em área verde no Bosque dos Buritis; entre outras ações, há até mesmo um projeto de montagem de um trio elétrico para animação do carnaval de rua de Goiânia, visando a preservação da “cultura popular”<sup>11</sup>. A listagem reproduzida acima tem o intuito de evidenciar a pluralidade de projetos desenvolvidos pela instituição, mas sobretudo, o destaque para ações de caráter urbanístico e recuperacionista, o que se mostrará uma singularidade.

Outros dados acerca da ARCA podem ser conferidos a partir de seu periódico, intitulado inicialmente de “Jornal da Arca” e em seguida de “Arca Viva”; embora com publicação irregular, evidencia as mudanças que se processaram na instituição e o relativo incremento do alcance de suas ações. A primeira edição, de 1988, já apresenta o aspecto destacado anteriormente, de estreita ligação entre a ARCA e a produção intelectual no âmbito acadêmico. O documento traz diversas entrevistas realizadas no III Seminário sobre Universidade e Meio Ambiente, que ocorreu em Novembro de 1988, em Cuiabá. Esse seminário, idealizado em agosto de 1985, durante a reunião do Conselho de Reitores das Universidades brasileiras, que se realizou em Goiânia, tinha como objetivo “iniciar um processo de integração entre as ações do Sistema Nacional do Meio Ambiente e do Sistema

---

<sup>11</sup> Documento 2.

Universitário, com ênfase na formação dos recursos humanos para a condução da política ambiental no país”<sup>12</sup>.

É importante ressaltar essas primeiras iniciativas, no contexto da mobilização social da época – que mais à frente será enfatizado – mas desde já é mister destacar a intenção de construir à época um canal de debate intelectual e acadêmico, que permitisse fomentar práticas e medidas em favor da preservação ambiental, o que poderia ser visto como a tentativa de construção de uma rede de trocas de experiências e planejamento de ações, ainda que restrito ao âmbito acadêmico.

O primeiro Seminário foi realizado em Brasília, em agosto de 1986. A partir de então, ficou estabelecido um intervalo anual para a realização de eventos similares; nos anos seguintes, o segundo e o terceiro seminários aconteceram em Belém e Cuiabá, respectivamente. Este último foi o tema do periódico da ARCA, publicado em dezembro de 1988, mesmo ano do III Seminário. O último evento ocorreu em Florianópolis, em 1990. Dentre as preocupações levantadas através de entrevistas estão questões ligadas à temática do meio ambiente mato-grossense, principalmente no Pantanal e na Chapada dos Guimarães. Outro ponto se relacionava às medidas governamentais da época, no caso a promulgação do “Pacote Ecológico”, por iniciativa do governo José Sarney, no dia 12 de outubro de 1988. A discussão demonstrava sintonia com as demandas de então e também aponta a gênese da questão base para o ambientalismo brasileiro, no sentido de que a aspiração desenvolvimentista do país, em muitos aspectos, se choca com a incorreta exploração dos recursos naturais e geralmente apresenta uma insatisfatória aferição dos impactos ambientais que obras e ações governamentais poderiam causar<sup>13</sup>. O pacote, que tocava basicamente em problemas relativos à Amazônia<sup>14</sup>, foi criticado diretamente por um professor da Universidade

---

<sup>12</sup> Documento 4.

<sup>13</sup> A questão é ainda sentida no cenário de políticas ambientais nacionais e possuiu seu mais novo capítulo na recente troca de ministros do meio-ambiente do governo Lula. A tensão ficou evidenciada através da indisfarçável frustração da ex-ministra Marina Silva ao ver constantemente suas proposições serem preteridas em favor de interesses de outros ministérios, como o da agricultura e o da casa civil, principalmente em função das propostas apresentadas no Plano de Aceleração do Crescimento – PAC.

<sup>14</sup> É interessante observar como as principais medidas desse pacote demonstram algumas preocupações então inéditas, mas que hoje são correntes dada a constância com que são apresentadas. Isso parece ser reflexo do ganho em repercussão que o discurso ambiental adquiriu na década, certamente também em função dos agravos ambientais. Dentre as principais medidas propostas estavam: resolução de proibir a exportação de toras de madeira com até 7,6 centímetros de espessura; proibição de liberação de incentivos fiscais para projetos agropecuários nas zonas de floresta da região Amazônia e Mata Atlântica; projetos de assentamento e colonização, a partir daquela data, dependeriam de parecer da Secretaria de Meio Ambiente e do IBDF (Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal); criação de grupos de trabalho com prazo de 90 dias para apresentarem propostas sobre política institucional; eventual fusão da Sema e do IBDF com vistas a um futuro ministério ambiental; educação e pesquisa ambientais, ordenamento territorial da Amazônia, proteção da cobertura florestal e impacto ambiental das atividades mineradoras. É importante destacar que há pouco mais de vinte anos não havia sequer um ministério voltado para o meio-ambiente, o que, se comparado à relevância que tal pasta assume

do Pará e, ainda que não sejam manifestações diretas da própria ARCA, fica clara a insatisfação em perceber a elaboração de um plano governamental para o meio ambiente, não contando com a participação direta de especialistas técnicos e acadêmicos.

Vindo de uma entidade ambientalista, o argumento é compreensível. Cabe ressaltar outra crítica ao mesmo Pacote, no que se refere à participação da Secretaria de Defesa Nacional na elaboração do mesmo. A associação imediata que o ambientalista fazia era com o recente passado ditatorial do país, quando todas as questões ambientais eram tidas como de segurança nacional. Nas palavras do entrevistado, “a bandeira de defesa do meio ambiente era tida como uma bandeira de oposição ao governo”<sup>15</sup>. A afirmação elucida alguns aspectos do movimento ambiental na década de 1980, profundamente marcado pelo processo de redemocratização e ligado ainda aos paradigmas de mobilização social comuns no período ditatorial. Um dos aspectos que se pode evidenciar aqui, através do histórico da ARCA e das primeiras redes de contato que esta estabelece, é exatamente o modo pelo qual esta estreita ligação com o mundo acadêmico e com os movimentos de resistência ditatorial marcaram o movimento ambiental brasileiro na década de 1980, aproximando-o inclusive da intelectualidade de esquerda de então.

Essa aproximação apresenta um reflexo, também, através da agregação de distintas reivindicações de movimentos sociais mais tradicionais às próprias ações da associação, citadas anteriormente. Quando, por exemplo, se menciona um projeto de urbanização do Parque Santa Cruz, fala-se em toda a estrutura de saneamento básico, instalação de redes de água tratada, desenho de lotes e regularização do sistema viário, paisagismo e tratamento de áreas comuns e equipamentos de uso público. Ora, todas estas questões estão diretamente ligadas a diversas outras demandas sociais, que outros movimentos assumiram como bandeira. De qualquer forma, já se percebe desde o início essa ligação da causa ambiental com demais questões sociais, ampliando o foco do ambientalismo, como ficou atestado no segundo “Jornal da Arca”, datado de setembro de 1991. De acordo com o informativo, até aquele período a associação tinha somado “um grande número de vitórias nas lutas empreendidas pela conservação do ambiente e justiça social”<sup>16</sup>.

O ano de 1991 é sintomático porque assinala algumas mudanças fundamentais na dinâmica dos movimentos ambientais, perceptível na própria ARCA. Entre diversas matérias

---

atualmente, apenas reforça a tese de que no período se processaram mudanças profundas no modo pelo qual governo e sociedade se posicionaram diante da questão ambiental.

<sup>15</sup> Documento 4.

<sup>16</sup> Documento 5.

e notas sobre os mais variados temas, destacam-se algumas que evidenciam um caráter contestatório à política do então prefeito de Goiânia, Nion Albernaz, e o envolvimento da ARCA na criação do Instituto do Trópico Subúmido (ITS), também ligado à UCG, e ainda ativo na produção de conhecimento e planejamento de ações que visam diretamente à preservação do bioma cerrado. Tais fatores demonstram a ampliação do alcance das ações da ONG, uma vez que se percebe uma capacidade maior de articulação, mediante o estabelecimento de contatos diversos. Quanto a este último aspecto, mostra-se importante ressaltar a existência naquele instante de um fórum goiano das entidades ambientalistas, que contou em sua primeira coordenação com cinco instituições, dentre elas a ARCA. O informativo de setembro de 1991 traz também uma primeira nota a respeito da ECO-92, que seria realizada no ano seguinte. Ainda que a nota se refira à participação em forma de protesto de índios Carajá no evento, cabe ressaltar a atenção e participação da ONG neste acontecimento decisivo para o ambientalismo brasileiro e mundial. A temática indígena não pode ser desprezada, uma vez que no informativo seguinte, datado de dezembro de 1994, e já sob o novo nome de “Arca Viva”, lê-se uma matéria extensa a respeito dos índios carajá em Aruanã<sup>17</sup>.

Assim, mais uma vez, a causa ambiental se agrega a demandas diversas, porém com um diferencial: parece ser possível afirmar, até mesmo em função da ECO-92, que a questão ambiental se tornou veículo propulsor para visibilidade de outras demandas. Deste modo, a bandeira ambiental no início da década de 1990 parece ter conseguido abrigar distintas demandas, o que por sua vez reitera o argumento de que a causa ambiental possuía já naquele instante uma visibilidade bem mais acentuada, com voz ativa e cada vez mais altissonante no cenário mobilizacional brasileiro.

Na perspectiva do movimento, essa ligação é extremamente natural, como se vê no informativo publicado em janeiro de 2003. Toda a preocupação em aliar a causa ambiental com as demandas sociais aparece em uma pequena nota a respeito da participação da ONG em grandes eventos; no caso, a conferência Rio+10 de Johannesburgo e o III Fórum Social Mundial:

A ARCA esteve presente na Conferência Mundial de Meio Ambiente, em Johannesburgo, na África do Sul, que reuniu chefes de estado e representantes da sociedade civil de vários países do mundo para avaliar os dez anos após a ECO-92 e estabelecer metas objetivas de preservação ambiental e sustentabilidade. A Rio+10, como ficou conhecida, foi tida como um grande fracasso principalmente pela dificuldade de se chegar a um consenso entre os

---

<sup>17</sup> Documento 6.

países devido à discrepante realidade social e econômica e as divergências claras de interesses. Por isso, a Arca estará presente no Fórum Social Mundial [...] e espera contribuir de alguma forma para que essas relações sociais se modifiquem. Falar em meio ambiente é reconhecer que a acumulação é perversa na destruição do trabalho humano e da natureza.<sup>18</sup>

Desta feita, pesa mais um ponto de debate a respeito da forma como são pensados os mecanismos de atuação dos movimentos ambientais, principalmente em países com imensa desigualdade social, na medida em que tais ações, não raro, perpassam distintas demandas por justiça social e acabam sendo catalisadoras das mesmas, ou então se tornam mecanismo para que alcancem a visibilidade almejada.

No campo de atuação, destaca-se na edição de 1994 do Arca Viva a consolidação das temáticas das redes, através da proposição da criação de uma Rede do Cerrado, visando à articulação entre as entidades ambientais ligadas à preservação desse bioma. De acordo com a edição seguinte, de agosto de 1995, aconteceu naquele mesmo mês uma reunião da Rede do Cerrado para a definição de estratégias de ação conjunta de diversas ONGs goianas, contando com a participação do coordenador da World Wild Fund (WWF) Brasil, um dos mais renomados movimentos ambientais do planeta.

A década de 1990 parece ter aumentado consideravelmente a amplitude do alcance das ações da ARCA, sendo a própria constituição de redes de contato para o planejamento de estratégias de ação coletiva um diferencial em relação ao período anterior. Já no final da década, algumas ações da ARCA se notabilizam pela influência direta em questões importantes para a sociedade goiana, como a construção da Barragem no Ribeirão João Leite – manancial hídrico que abastece Goiânia – e a elaboração, junto à Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento do Estado de Goiás (SEPLAN), em parceria com a UCG, do Plano Diretor de toda a região metropolitana da capital. Para tanto, organizou-se um curso de especialização em Planejamento Urbano e Ambiental, sob a coordenação do próprio professor Everaldo Pastore. Destacam-se ainda diversos estudos e projetos, como uma análise do impacto causado pelo assoreamento de um local em Goiânia e a visita à Serra das Araras (esta última com a participação de uma ONG de Jataí, a SEJA (Sociedade Ecológica de Jataí), além de ações judiciais contra loteamentos irregulares no município de Anápolis.

Um breve resumo das ações promovidas pela instituição no ano de 2000 evidencia o nível de influência da mesma, adquirido na década de 1990 mediante a realização

---

<sup>18</sup> Documento 11.

de um curso de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Ambiental; Estudo e Projeto para Área de Proteção Ambiental do Ribeirão João Leite; palestras sobre Planejamento Urbano, Desenvolvimento Sustentável, Áreas de Proteção Ambiental; Plano Diretor de Goianésia; Plano Diretor de Aparecida de Goiânia; Plano Diretor de Terezópolis; Plano Diretor de Planaltina; participação no Conselho Municipal de Política Urbana (COMPUR); participação no Conselho Estadual do Meio Ambiente (CEMAM); participação no Conselho Municipal de Meio Ambiente (COMAM); participação como suplente no Fundo Nacional de Meio Ambiente (FNMA); participação no Conselho do Jardim Botânico de Goiânia e proposta de criação do Grupo de Apoio ao Jardim Botânico de Goiânia<sup>19</sup>.

O resumo acima é justificável em função de uma determinada linha de atuação e envolvimento da ARCA, que certamente clarifica algumas questões, suscitando diversos outros pontos de debate: o envolvimento de Everaldo Pastore com o Partido Verde de Goiás e sua vinculação trabalhista como servidor público na SEPLAN, na função de técnico em planejamento, entre 1980 e 2004. A influência obtida pela ARCA deve-se, em alguma medida, à participação política de seu atual presidente e um dos fundadores, Everaldo Pastore. Acerca disso, o *site* afirma que “no final da década de 80, o braço político da ARCA criou o Partido Verde, para a representação da entidade nas Constituições Federal, Estadual e Municipal”.

No primeiro informativo, de 1988, algumas questões foram levantadas em relação ao envolvimento partidário da ONG. Nas palavras da presidente da Associação Matogrossense de Ecologia (AME), a introdução do PV naquele momento representava “um segmento do pensamento progressista nacional”, sendo que através dele, esse pensamento teria condições de se estruturar regionalmente. Ainda segundo a entrevistada, “é importante ter claro que a questão ambiental não pode ser propriedade de um partido”<sup>20</sup>. De qualquer forma, a atenção dada ao fato demonstra o envolvimento da ARCA no debate e no encaminhamento que ocorria em outros países, particularmente na Alemanha, com a pioneira constituição do Partido Verde, agregando militantes ambientalistas.

É importante salientar que o grau de envolvimento com o Partido Verde não é muito explícito, mas aparece em notas como no “Arca Viva” de dezembro de 1994. Naquele mesmo mês aconteceria “um encontro em caráter de convenção para avaliar sua história de alianças e lutas até o momento”. Não por acaso, o encontro se daria no Auditório de

---

<sup>19</sup> Documento 10.

<sup>20</sup> Documento 4.

Arquitetura da UCG e a pauta evidencia a aproximação do PV na época com a “esquerda” de então, sendo que a discussão base era a alternativa de se apoiar a candidatura petista nas eleições municipais de 1996 ou propor candidatura própria do partido. Destacadas foram também as filiações de novos membros, “alguns do movimento trabalhista”, e a intenção de renovar o partido através da eleição de uma nova diretoria, uma vez que a nota tem o sugestivo título: “Caem os dinossauros”<sup>21</sup>.

Ao final dessa exposição geral acerca da Associação para Recuperação e Conservação do Ambiente, ressalta-se o fato de que o período focado define de modo satisfatório o recorte temporal que aqui se utiliza e permite visualizar algumas mudanças que se processaram na dinâmica de ações da ARCA e que encontra uma correlação com o movimento ambiental no Brasil. Contudo, antes que se possa passar efetivamente à discussão teórica, importa efetuar o mesmo esforço expositivo com o outro estudo de caso que propomos: a Fundação O Boticário de Proteção à Natureza.

## **1.2 Fundação O Boticário (FOB)**

A necessidade deste outro estudo de caso se justifica por três razões básicas. Primeiramente, a intenção de perceber quais as diferenças – se é que existem – entre um movimento ambiental fundado na década de 1980, que experimenta as mudanças que se processaram no Brasil e no mundo em relação à questão ambiental, e outro que já nasce no interior e a partir dessas mudanças, no início da década de 1990. Outro fator importante era obter uma visão de uma organização semelhante à ARCA em sua definição jurídica, porém com uma atuação um pouco diferenciada (no caso, não se trata de uma ONG, mas de uma Fundação Privada). Por fim, a idéia de trabalhar com um movimento ambiental que possua área de atuação nacional permitirá avaliar algumas mudanças nessa esfera de alcance. O processo de exposição se dará do mesmo modo que anteriormente se fez em relação à ARCA: um breve resumo histórico desde a criação da Fundação, apontando os principais mecanismos de ação da mesma, com concomitante indicação de problemáticas que carecerão de uma análise teórica e comparativa neste capítulo e nos seguintes.

---

<sup>21</sup> Documento 6.

Partindo do pressuposto metodológico de dar voz aos próprios movimentos, isto é, compreendê-los a partir daquilo que afirmam ser, a “Fundação O Boticário de Proteção à Natureza é uma organização sem fins lucrativos, cuja missão é promover e realizar ações de conservação da natureza. Suas ações estão pautadas em ciência e na consciência de que esse é o caminho para a manutenção da vida na Terra”<sup>22</sup>. A Fundação retira o nome da empresa de cosméticos “O Boticário”, resultado do crescimento de uma pequena farmácia de manipulação de mesmo nome fundada por Miguel Krigsner no centro de Curitiba, em 1977. A abertura de uma loja no interior do aeroporto daquela cidade fez com que a franquia se espalhasse por todo o Brasil, atingindo o número de 500 lojas já em 1985. Com o crescimento da demanda, a empresa construiu uma fábrica que emprega atualmente mais de 1.200 funcionários em São José dos Pinhais, na região da metrópole curitibana, possuindo atualmente mais de 2.500 lojas da franquia no Brasil e também em outros 20 países<sup>23</sup>.

A fundação foi criada em 1990, ou seja, quando a marca e a franquia O Boticário já estavam bem estabelecidas no mercado brasileiro; nasceu do desejo de sua mantenedora de “empreender ações em prol da preservação da natureza, como expressão da responsabilidade social com a comunidade”. Ainda de acordo com o site da instituição, a FOB teria origem em função de três motivos básicos. Primeiramente, a conscientização por parte do proprietário da empresa, Miguel Krigsner, acerca da questão ambiental, ao assistir, quando ainda era um estudante, uma palestra do ambientalista José Lutzenberg.

Percebe-se aqui mais uma vez a influência decisiva na década de 1980 de ambientalistas que tiveram contato com experiências no exterior e que desenvolveram boa parte de sua atuação no Brasil, na gênese do movimento ambiental<sup>24</sup>. O ambientalista gaúcho falecido em 2002 chegou a ocupar o cargo da então Secretaria Especial do Meio Ambiente, entre 1990 e 1992, no governo Collor, antes que fosse definitivamente criada a pasta ministerial de tal agenda. Formado como engenheiro agrônomo em 1950, trabalhou na Alemanha em uma das maiores multinacionais em química agrícola do planeta (a BASF), e voltou ao Brasil em 1970, militando a partir de então contra os efeitos químicos causados pelos agrotóxicos. O ambientalista fundou em 1984 a Fundação Gaia, profundamente marcada por uma vertente do movimento ambientalista, a ser discutido mais à frente, denominado de *deep ecology* (ecologia profunda)<sup>25</sup>.

<sup>22</sup> Disponível em <<http://www.fundacaooboticario.org.br>>. Acesso em: jun. 2008.

<sup>23</sup> Disponível em <<http://www.fundacaooboticario.org.br>>. Acesso em: jun. 2008.

<sup>24</sup> Refere-se aqui ao fato de que Maria Judith Cortesão, principal inspiradora na criação da ARCA, ter origem portuguesa e vasta experiência nas ações ambientais no exterior.

<sup>25</sup> Disponível em <<http://www.fgaia.org.br>>. Acesso em: jun. 2008.

Outra significativa influência para criação da FOB, a partir das motivações de seu empreendedor, foi o contato com a organização israelense KKL (JNF em inglês Jewish National Fund), que desde 1901 desenvolve um trabalho de plantio de árvores em Israel, tendo promovido o plantio de mais de 200 milhões de árvores naquele país. A idéia original era a de plantar uma árvore para cada produto O Boticário vendido. Com a percepção de que os clientes associavam a marca à conservação ambiental, solicitando à empresa ações focadas nessa área no final da década de 1980, através de uma consultoria contratada, decidiu-se pela criação de uma organização autônoma, que defendesse a causa ambiental, nascendo, assim, a Fundação O Boticário de Proteção à Natureza.

A idéia primordial da instituição era a de financiamento de projetos. De acordo com o site, em seu primeiro ano a FOB recebeu 113 propostas e financiou 28 projetos de terceiros, ainda que a lista disponibilizada pelo mesmo sítio eletrônico apresente um total de 52 projetos (entre eles, dois com o intuito de preservar áreas de vida silvestre em Pirenópolis, Goiás). Entre os projetos iniciais, encontra-se inclusive o financiamento de um projeto da ARCA de Mato Grosso, para a ampliação do viveiro de espécies florestais nativas mantido pela instituição. Em dez anos, a fundação financiou mais de 480 projetos em todos os biomas brasileiros, sendo que até 2005 haviam sido investidos mais de US\$ 5 milhões, em um total de 893 projetos financiados.

Por meio dos projetos patrocinados, 33 novas espécies foram descobertas e/ou descritas e 157 espécies ameaçadas foram contempladas com pesquisas que permitiram a melhoria da sua proteção em vida silvestre. Quatro espécies descobertas receberam o nome Boticário em homenagem à Fundação: os peixes *Listrura boticario* e *Aphyolebias boticarioi*, o anfíbio *Megaelosia boticariana*, e o maracujá *Passiflora boticarioana*. Mais de 163 unidades de conservação federais, estaduais e municipais contaram com pesquisas que contribuíram para sua criação, proteção ou manejo.<sup>26</sup>

A fonte de financiamento desses projetos durante seus dez primeiros anos contou com a participação da Fundação MacArthur, primeira parceria internacional estabelecida pela FOB. Essa parceria só foi alterada em 2001, com a integração da Fundação Interamericana; se privilegiou desde então a escolha de projetos que englobassem não somente a questão ambiental, mas também abrangessem o desenvolvimento econômico de comunidades menos favorecidas.

---

<sup>26</sup> Disponível em <<http://www.fundacaooboticario.org.br>>. Acesso em: jun. 2008.

Entretanto, não apenas de projetos financiados se desenvolveram os trabalhos da FOB em sua primeira década e ao longo de seu histórico de atuação. Um dos objetivos da fundação foi, desde o início, a criação de áreas de conservação e preservação ambiental em cada bioma brasileiro – seguindo o modelo de Parques Nacionais – sendo que a primeira delas é a Reserva Natural Salto Morato, adquirida em 1994 e inaugurada em 1996, com uma área de 2.340 hectares, situada em Guaraqueçaba, litoral norte do Paraná<sup>27</sup>. A reserva, que protege um espaço natural de Mata Atlântica, ocupa a área de uma antiga propriedade de criação de búfalos e foi adquirida após pesquisa de duas ONGs, uma paranaense e outra norte-americana.

Desde sua inauguração, em 1996, várias atividades acadêmicas e escolares, de formação, intercâmbio e lazer já foram desenvolvidas em Salto Morato [...] Além disso, a Reserva Natural Salto Morato é considerada destino certo de visitantes que buscam um refúgio para descanso, contemplação e contato direto com a natureza. Até o primeiro semestre de 2005, cerca de 60 mil pessoas já visitaram Salto Morato e outras 1600 foram capacitadas em 60 cursos realizados na Reserva. Cursos que misturam, no Centro de Capacitação, doses medicinais de mão na massa e teoria, para polir vocações de ambientalistas. Ali se ensina desde o manejo de unidades de conservação para guarda-parque até atendimento de visitantes em trilhas na floresta para guia de ecoturismo, entre outros temas. Por isso tudo, em 1999, ela foi reconhecida pela UNESCO como parte do Sítio do Patrimônio Natural da Humanidade.<sup>28</sup>

Cabe ressaltar aqui a tendência da FOB de estabelecer em cada um dos seus projetos alguma forma de ação coletiva, na qual a própria postura de financiadora de projetos se destaca. Essa tendência à formação de redes para a troca de experiência e planejamento de ações coletivas pode ser evidenciada por dois fatos que marcaram o histórico da Fundação. O primeiro deles se relaciona à própria criação da Reserva de Salto Morato, que levou à realização do I Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação em 1997, na cidade de Curitiba, através de promoção da própria Fundação O Boticário. Desde então, em periodicidade irregular, foram realizados cinco congressos, cada vez com mais alcance e participação de movimentos e mantenedores de áreas de conservação, que acabam por definir tendências de administração e ações em diversas áreas em todo o território nacional<sup>29</sup>. Outro fator é que, diferentemente da ARCA – que não integra a principal rede de associação de ONGs brasileira, a Associação Brasileira de ONGs (Abong) – a FOB está associada ao Grupo

<sup>27</sup> A segunda reserva com área já adquirida e em fase de implantação é a Reserva Natural da Serra do Tombador, numa área de 8.900 hectares próxima ao Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, em Goiás, com vistas à preservação do cerrado.

<sup>28</sup> Disponível em <<http://www.fundacaooboticario.org.br>>. Acesso em: jun. 2008.

<sup>29</sup> A FOB também integra a *Inter-American Biodiversity Information Network* (IABIN), a maior rede temática de áreas protegidas em todo o continente americano.

de Institutos e Fundações Empresariais (Gife), principal aglutinador das maiores fundações empresariais brasileiras.

Ao cabo dessa dupla apresentação geral, que elencou os estudos de caso deste trabalho, algumas questões de caráter comparativo podem ser destacadas, de modo a serem problematizadas. Antes, porém, é importante salientar que o principal problema que suscitou este estudo de caso comparativo é o de procurar visualizar quais as alterações que se processaram no seio dos movimentos ambientais, de modo que o discurso ambiental adquirisse cada vez mais relevância no cenário da mobilização social brasileira contemporânea. Desta feita, é possível salientar neste momento do trabalho o primeiro ponto que carece de análise: a tendência percebida nos estudos de caso de estarem inseridos em um contexto de construção de redes (com o uso do conceito inclusive), bem como a denominação de ambos: uma ONG e uma Fundação.

Ora, se o intento é compreender as dinâmicas dos movimentos sociais, crê-se ser fundamental problematizar as alterações que se deram nos modos e mecanismos de mobilização no Brasil entre os anos de 1980 e 2000, que influenciaram diretamente a criação da ONG ARCA e da Fundação O Boticário. Assim, as questões que foram deixadas em aberto na exposição de ambas as instituições serão retomadas, de modo conjunto na discussão, que se preocupará basicamente em compreender quais os processos que levaram à ascensão de novos paradigmas de associativismo civil na sociedade contemporânea. Antes, julgam-se necessárias algumas considerações a respeito do modo pelo qual se lida com conceitos e tipologias pertinentes ao tema dos movimentos sociais.

### 1.3 Movimentos sociais e ambientalismo: questões conceituais

Em se tratando de movimentos sociais, a diversidade semântica em questão é considerável, o que obriga a todo aquele que lida com tal conceito deixar clara a acepção com a qual trabalha. Sabe-se que o conceito de movimento social remonta à gênese do movimento operário europeu, por volta de 1840, referindo-se à capacidade de organização racional dessa mesma classe, com o objetivo precípua de transformar as relações capitalistas de produção. Contudo, o conceito rapidamente serviu para a designação de distintos tipos de associações e organizações da sociedade (ou muitas vezes, do “povo”), que servissem à mesma, como mecanismo de veiculação de demandas por melhorias sociais.

Não obstante esta perspectiva, até muito recentemente a noção geral de movimento social se ligava à sua origem, sendo que teorias de cunho marxista viam nos movimentos sociais sua principal válvula de escape. Anna Maria Doimo (1995, p. 39) afirma que

Até o início dos anos 60, falar em movimento social significava referir-se à suposta virtualidade revolucionária do proletariado – entendido como classe determinada pelas relações capitalistas de exploração do trabalho pelo capital – e acreditar em sua organização racional, isto é, diagnósticos claramente baseados em premissas científicas, metas previamente definidas, além de regras e normas dotadas de eficácia para o alcance dos objetivos táticos e estratégicos.

Seguindo a premissa da autora, a partir da década de 1960, essa noção de movimento social se expande para além da esfera da racionalidade política e econômica. A partir desse instante, os movimentos passariam a expor publicamente a crescente desconfiança em relação à racionalidade instrumental do Estado e teriam no amplo espectro da sociedade civil o respaldo privilegiado para as contestações e lutas. A necessidade dessa teorização e discussão evidencia, ainda de acordo com Doimo, que de fato o final do século XX marca uma crise no conceito de movimento social. Essa crise aconteceu exatamente em função dessa apropriação, por parte de organizações distintas, de um conceito antes restrito a uma “classe”, característico do viés marxista – o que se evidencia na impossibilidade de se pensar uma mobilização ambiental de acordo com a categoria de “classe”, apontando a necessidade de uma melhor categoria que explicasse o novo ímpeto de associativismo.

A idéia de que a categoria movimento social se amplia a partir da criação de um novo espaço que englobaria estratégias de ação baseadas nos campos cultural, econômico e político é a perspectiva aqui adotada. De fato, utiliza-se a noção ampla de Manuel Castells, de acordo com o qual movimentos sociais seriam “ações coletivas com um determinado propósito cujo resultado, tanto em caso de sucesso como de fracasso, transforma os valores e instituições da sociedade” (CASTELLS, 1999, p. 20), indo além da compreensão classista anteriormente ligada ao conceito de movimento social.

Outros aspectos que carecem de uma clarificação são os cuidados teóricos que se tem no uso dos termos referentes ao próprio ambientalismo. Salienta-se aqui a dificuldade em encontrar autores no âmbito das ciências humanas que já tenham trabalhado com o tema, o que basicamente nos leva ao sociólogo Manuel Castells que, em sua obra *Fim do Milênio*, dividida em três volumes, procura compreender as profundas alterações que se processaram no planeta a partir da década de 1970. Seus conceitos são, portanto, chave para a argumentação aqui desenvolvida, principalmente no que se refere à análise do movimento ambiental.

O autor discorre acerca da impossibilidade aparente de se falar de apenas um movimento ambiental. A idéia é a de que, sob a mesma causa, abrigam-se distintos segmentos que se diferenciam uns dos outros, mediante especificidades de ação e planejamento. Propondo uma melhor compreensão desse vasto universo, adapta alguns critérios da obra de Touraine para a elaboração de uma tipologia do movimento ambiental.

De acordo com Castells, o exame de qualquer movimento social deve ser feito a partir de três princípios de definição: 1) a *identidade* do movimento, isto é, a auto-definição do mesmo; 2) o *adversário* do movimento, expresso claramente nas palavras da própria instituição<sup>30</sup>; e 3) a *visão* do movimento, isto é, a meta a ser atingida mediante suas ações ( p. 95-96). Obviamente, como toda tipologia, esta serve basicamente como norte e primeiro ponto de análise para uma caracterização, uma vez que a realidade é muito mais complexa e invariavelmente extrapola os limites propostos, constatação corroborada através da observação empírica.

---

<sup>30</sup> A noção de identidade aqui não se refere à categoria mais geral que será discutida no terceiro capítulo como identidade ambiental. Neste instante, de acordo com a acepção de Touraine, poderíamos compreendê-la como a motivação básica e própria de cada organização em si, a partir dos cinco tipos básicos: a) amantes da natureza; b) defesa da comunidade local; c) ecologia profunda; d) internacionalistas; e) política verde. Insistir-se-á futuramente na perspectiva de que todas essas *sub*-identidades estariam abrigadas sob uma identidade biológica mais ampla.

O primeiro grupo seria o das instituições que se identificam como amantes da natureza, militando basicamente contra o desenvolvimento não controlado e tendo como objetivo a preservação da vida selvagem. Este é considerado o tipo clássico das primeiras associações ambientais que remontam ao século XIX, com origem nos protetores da *wilderness*<sup>31</sup>, nos Estados Unidos. O segundo representaria aqueles que têm sua identidade alicerçada na comunidade local, visando à melhoria da qualidade de vida em sítios específicos, lutando, em geral, contra agentes poluidores e demais problemas congêneres, que afetem diretamente a localidade. O terceiro tipo é talvez um dos que mais tradicionalmente são vinculados à causa ambiental, possuindo raízes na contracultura da década de 1960, identificando-se com o “ser verde” e alçando ao posto de maiores vilões os mesmos criticados pelos demais movimentos, que se explicam a partir daquele contexto: o industrialismo, a tecnocracia e o patriarcalismo. O objetivo deste tipo de movimento ambiental é a “ecotopia” (uma utopia ecológica), vinculando revolução cultural e ação ambiental, na medida em que muitos movimentos da contracultura pregavam uma obediência completa unicamente às leis da natureza, o que culminou na idealização de muitas “sociedades alternativas” com uma utopia própria, isto é, um projeto definido a partir da relação com a natureza.

Não raro, esses movimentos acabam vinculando-se a outras correntes, como o neopaganismo – que surgiu contrário ao controle da sociedade cristã – ou até mesmo ao movimento feminista. Nesse caso, o que se pode chamar de ecofeminismo efetua uma identificação entre as mulheres e a natureza, na medida em que ambas teriam sido alvo da mesma violência exploratória das sociedades patriarcais e industriais. A quarta categoria, provavelmente a de maior alcance hoje, é a dos internacionalistas na luta pela causa ecológica, pregando a sustentabilidade e lutando contra o desenvolvimento global desenfreado, modalidade na qual se evidencia o *Greenpeace*. O último grupo, enfim, seria composto por aqueles que preferem agir através da chamada “política verde” na criação dos Partidos Verdes, baseados na identidade de cidadãos conscientes, em oposição às instituições políticas tradicionais.

Como referido, a tipologia é útil para uma esquematização inicial, mas não se sustenta quando confrontada com a análise empírica. Contudo, ainda que esquemática, torna possível situar os estudos de caso em questão em seus respectivos grupos, mesmo que suas estratégias de ação fiquem ainda por ser problematizadas.

<sup>31</sup> O termo *wilderness* é de difícil definição, mas poderia ser traduzido como um lugar ermo, vasto, onde impera a vida selvagem (conceito comumente utilizado para sintetizá-lo). Na construção da identidade nacional estadunidense, é fundamental na conquista e expansão territorial no Oeste. O assunto será ainda problematizado quando detalhar-se as linhas de atuação de cada um dos objetos em questão.

No que tange à ARCA, a idéia inicial seria a de enquadrá-la no segundo grupo: aquele que se identifica com a causa ambiental a partir da ênfase nas ações em comunidades locais (como a própria intensa produção dos Planos Diretores de diversos municípios evidencia). Importante destacar uma singularidade do movimento percebida através do *adversário* que elenca: ao concentrarem sua luta contra o desenvolvimento e a ocupação desordenada de cidades, propondo rearranjos inclusive no modo pelo qual tais ocupações haviam sido feitas, a ARCA se mostra não somente como uma organização de cunho preservacionista, mas também uma das primeiras recuperacionistas. No entanto, a pluralidade de mecanismos de ação demonstra que essa esquematização é simplista, uma vez que não se pode ignorar a aproximação com o Partido Verde de Goiás e a ocupação de cargo público junto a órgãos e conselhos de planejamento urbano em Goiás, por parte do Professor Everaldo Pastore. Assim, ainda que não diretamente, a ARCA se aproxima do quinto grupo através da perspectiva de atuação pelos canais políticos mais tradicionais, mesmo que em tese, se oponha a eles<sup>32</sup>.

Já com relação à Fundação O Boticário, seria possível inseri-la no grupo das instituições que se identificam como “amantes da natureza”, a partir de sua política pioneira de aquisição de espaços para a implantação de áreas de preservação ambiental em cada bioma brasileiro. O financiamento de ações distintas, tanto de caráter conservacionista como preservacionista, amplia a caracterização da mesma, embora se refira basicamente aos pontos da rede de financiamento que a instituição constrói. Outro aspecto que também enriquece essa tipologia é a inspiração da fundação nas idéias de José Lutzemberg, notavelmente ligado à ecologia profunda e à “ecotopia”. Desta forma, a partir da aplicação tipológica em ambos os estudos de caso, percebe-se que embora distintas e plurais, as diversas identificações iniciais dos movimentos ambientais podem ser aproximadas, evidenciando que para além das caracterizações primárias e esquemáticas, é possível supor que haja uma identificação mais ampla e abrangente, uma identidade comum a todos.

Ainda no que se refere ao cuidado no uso dos conceitos, consideramos importante também a distinção que Castells apresenta entre ambientalismo e ecologia. De acordo com o autor, ecologia é a teoria, a idéia que motiva as ações dos grupos, que insere a humanidade

---

<sup>32</sup> A ressalva é importante quando se analisa o alinhamento político do Partido Verde em Goiás (o que não significa que o mesmo não se dê em nível nacional) com demais legendas para a obtenção de visibilidade. Ainda que com uma proposta diferenciada, o PV nunca pôde levar sozinho suas reivindicações adiante, como se notou na realização da assembléia em 1995, relatada anteriormente, quando se discutia o apoio ou não à candidatura petista. A própria aproximação com o PT indica a tendência ao alinhamento de “esquerda” do PV goiano, compreensível a partir de mudanças que ainda serão estudadas.

numa perspectiva mais abrangente, incluindo nesse cômputo o ecossistema. Já o ambientalismo seria a consequência prática da ecologia, através da mobilização coletiva, com intuito de conservar ou recuperar formas de relacionamento destrutivas que o homem estabelece com o meio em que está inserido. Dessa forma, a referência é sempre ao movimento *ambiental* e não ao movimento *ecológico*, considerando que a perspectiva da mobilização, necessariamente, remete à esfera do ambientalismo.

#### **1.4 O surgimento dos novos movimentos sociais: ONGs e Fundações como paradigmas de associativismo civil**

Retomando o enfoque sobre os estudos de caso, percebem-se algumas questões inconclusas, que exigem cuidados – já assinalado na exposição geral anterior – ao analisar os movimentos a partir daquilo que eles mesmos afirmam ser, o que distancia a análise da busca por contradições entre ideais e práticas, como se somente a partir dessa identificação se mostrasse possível compreender a realidade do movimento. Assim, retomando a auto-definição tanto da ARCA quanto da FOB, podemos delimitar um universo comum. Quando se recorda da exposição feita, atesta-se que a ARCA se apresenta como “uma Organização Não-Governamental, sem fins lucrativos, formada por profissionais interessados em promover o conhecimento e contribuir na recuperação e conservação do ambiente, com a promoção do desenvolvimento sustentável”<sup>33</sup>. Já a FOB identifica-se como “uma organização sem fins lucrativos, cuja missão é promover e realizar ações de conservação da natureza. Suas ações estão pautadas em ciência e na consciência de que esse é o caminho para a manutenção da vida na terra”<sup>34</sup>. Importa evidenciar a semelhança na questão da delimitação do universo em que ambas as instituições se inserem: o aspecto ressaltado pela expressão *sem fins lucrativos*, que as coloca juridicamente no universo das Fundações e Associações Sem Fins Lucrativos, as FASFIL.

Segundo o IBGE, a delimitação desse universo segue definições jurídicas, o que facilita a identificação das instituições passíveis de integrá-lo. Para uma instituição ser

<sup>33</sup> Disponível em <<http://www.arca.org.br>>. Acesso em: mar. 2008.

<sup>34</sup> Disponível em <<http://www.fundacaooboticario.org.br>>. Acesso em: jun. 2008.

considerada uma entidade sem fins lucrativos, deve se enquadrar simultaneamente em cinco critérios:

- i) privadas, não integrantes, portanto, do aparelho de Estado;
- ii) sem fins lucrativos, isto é, organizações que não distribuem eventuais excedentes entre os proprietários ou diretores e que não possuem como razão primeira de existência a geração de lucros – podem até gerá-los desde que aplicados nas atividades fins;
- iii) institucionalizadas, isto é, legalmente constituídas;
- iv) auto-administradas ou capazes de gerenciar suas próprias atividades e;
- v) voluntárias, na medida em que podem ser constituídas livremente por qualquer grupo de pessoas, isto é, a atividade de associação ou de fundação da entidade é livremente decidida pelos sócios ou fundadores<sup>35</sup>.

É importante perceber que o universo das FASFIL é bastante amplo, incluindo-se aí cartórios e condomínios de edifícios, passando até mesmo pelos partidos políticos<sup>36</sup>. Contudo, é sob essa nomenclatura que se abrigam as ONGs e as Fundações, tanto que é possível aplicar as cinco condições para se enquadrar como uma FASFIL os estudos de caso propostos: são privados, sem fins lucrativos, institucionalizados, auto-administrados e voluntários. E mais: o documento produzido pelo IBGE salienta que instituições que se autodenominam como ONG ou Fundação passaram ao posto de principais representantes do universo que abrange o grupo. Portanto, uma análise dos números de FASFIL nas décadas de 1980 e 1990 corrobora a tese de que alguma alteração se processou no interior dos mecanismos de associativismo civil no Brasil, bem como evidencia a necessidade de uma correta visualização da ascensão dos paradigmas de Organizações Não-Governamentais e Fundações Empresariais no cenário nacional. A seguir, dados indicam o crescimento do conjunto total de FASFIL e de instituições que se dedicam à causa ambiental até 2002.

---

<sup>35</sup> BRASIL, 2004, p. 15.

<sup>36</sup> Apesar da heterogeneidade dos organismos que compõem o universo das FASFIL, os cinco critérios apresentados funcionam como caráter eliminatório. Como exemplo, o documento oficial produzido pelo IBGE cita as cooperativas que, apesar de terem caráter híbrido, se organizam com objetivo econômico de partilha entre seus membros, excluindo-se assim do aspecto “sem fins lucrativos”.

**Tabela 1.1 Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos, por data de criação, segundo classificação das entidades sem fins lucrativos – Brasil – 2002<sup>37</sup>**

Classificação das Entidades Sem Fins Lucrativos	Fundações Privadas e Associações Sem Fins Lucrativos					
	Total	Data de Criação				
		Até 1970	De 1971 a 1980	De 1981 a 1990	De 1991 a 2000	De 2001 a 2002
Total	275.895	10.998	32.858	61.970	139.187	30.882
Meio ambiente e proteção animal	1591	17	66	226	968	314

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Cadastro Central de Empresas 2002.

Em 2002, duzentas e setenta e cinco mil oitocentas e noventa e cinco entidades poderiam ser enquadradas juridicamente como FASFIL. Proporcionalmente, o universo das entidades que se dedicavam à causa ambiental era relativamente pequeno: apenas 0,58%. Entretanto, como nenhum outro grupo que compõe o universo das FASFIL, as entidades ambientais cresceram substancialmente ao longo do tempo. O próprio documento produzido pelo IBGE afirma que “um fato relevante a ser melhor explorado é o da repercussão de movimentos sociais na criação de entidades dedicadas ao meio ambiente e à proteção animal: 81% das organizações cadastradas em 2002 foram instituídas após 1990” (BRASIL, 2004, p. 34).

A necessidade de compreensão desse crescimento do movimento ambiental a partir das FASFIL é evidenciada quando se extrapola o período em questão até os dias atuais, como referido na mais recente pesquisa ainda a ser publicada oficialmente pelo IBGE. Se entre 1996 e 2002 o crescimento das FASFIL foi de 157% (ou seja, o número de entidades quase triplicou), entre 2002 e 2005 essa taxa de crescimento diminuiu substancialmente: do total de duzentas e setenta e cinco mil oitocentas e noventa e cinco entidades, citado no quadro acima, o número aumentou há três anos para trezentas e trinta e oito mil cento e sessenta e dois, com um crescimento de 22,6%. Contudo, essa tendência de desaceleração na criação de FASFIL não está refletida no que se refere ao movimento ambiental. A taxa de crescimento deste grupo foi de 61%, quase o triplo da taxa de crescimento das FASFIL no

<sup>37</sup> Tabela adaptada de BRASIL, 2004, p. 33.

período, o que representa um acréscimo de pelo menos 954 novas entidades ambientais<sup>38</sup>. A julgar pelos dados, havia no Brasil, em 2005, um universo de 2545 entidades tidas como FASFIL atuantes na causa ambiental que, quando contrastadas com o total de 83 existentes no ano de 1980<sup>39</sup>, torna clara a necessidade de uma compreensão mais acurada a respeito dos fatores que se processaram nessas duas décadas, contribuindo para o crescimento do movimento ambiental, bem como das FASFIL.

Os movimentos sociais no Brasil, até 1980, foram profundamente marcados pelo modo como a sociedade se posicionava frente ao Estado. O mundo vivia na década de 1970 uma crise estrutural do capitalismo, que afetou diretamente o modo pelo qual a sociedade se organizava e se mobilizava até então; um breve retrospecto das dinâmicas internacionais ajuda na compreensão do caso brasileiro.

A década de 1970 veio solapar um modelo de Estado, o de Bem-Estar Social, que começou a ser gerado no entre guerras. Naquele instante, a Europa, de um lado, convivia simultaneamente com o surgimento dos regimes totalitários em meio a sua reorganização territorial, após a guerra e com a obrigatoriedade de lidar com os efeitos de uma crise do outro lado do Atlântico. Os Estados Unidos eram o palco da grande crise de 1929, também experimentando um relativo recuo liberal, através do intervencionismo regulador no *New Deal*. Essa nova postura não sofria grandes contestações, dada a necessidade premente do momento. A crise de 1929 gerou imensos abalos na ordem social. Para quem se habituara à opulência do *american way of life*, as cenas descritas a seguir eram inimagináveis.

É difícil exagerar o impacto da Grande Depressão sobre aqueles que a experimentaram. Ao nível econômico mais baixo, os desempregados correram o risco de morrer de fome quando acabaram os fundos de ajuda de instituições de caridade, cidades e estados. A venda de maçãs e filas para pegar um pão gratuito tornaram-se espetáculos comuns; cidades de casebres surgiram nos arredores das metrópoles; homens e mulheres eram vistos algumas vezes fuçando o latão de lixo dos restaurantes (SELLERS, 1985, p. 323).

---

<sup>38</sup> IBGE. *Estudo identifica 338 mil Fundações Privadas e Associações*. Disponível em: [HTTP://www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br). Acesso em: 19 agosto 2008.

<sup>39</sup> Salienta-se que essas 83 entidades não representam o total de entidades que existiam no ano em questão, mas o número de entidades que, criadas à época, ainda estão em atividade. Contudo, a constatação de que existem poucas entidades com mais de 20 anos de existência apenas reforça a tese de que a partir da década de 1980 as transformações que se processaram na forma de mobilização da sociedade civil contribuíram para uma proliferação e manutenção dessas novas formas de mobilização. Julga-se que o aumento do número de entidades tidas como FASFIL nas duas últimas décadas do século XX indica o fortalecimento da sociedade civil e das suas formas de mobilização.

A Europa também se confrontou com graves crises no contexto social, tanto no período da grande depressão quanto no segundo pós-guerra, quando novamente se viu premiada à reconstrução do seu território – bem como de sua identidade, sua memória. Essas experiências, sobretudo traumáticas, conduziram à gestação e à afirmação de um modelo de gerenciamento estatal capitalista, baseado em um maior grau de intervencionismo econômico e social: o *Welfare State*, ou Estado do Bem-Estar Social. Mais que isso, a criação desse modelo estatal intervencionista representou uma atitude de receio por parte das classes dominantes de que os graves problemas sociais conduzissem a revoluções semelhantes à de 1917 (SEVCENKO, 2001, p. 35).

A noção básica em torno da qual se desenvolvem as políticas públicas do modelo do *Welfare State* é a de compensar os prejuízos que a política econômica ocasiona a determinados setores da sociedade. O poder público se responsabilizaria por atender o cidadão *from bosom to tomb*, isto é, do ventre ao túmulo. Sobre a questão, Gonçalves (1996, p. 48) enfatiza:

Assim, o Estado de Bem-Estar assume que a **política econômica** tem o propósito de regular e estimular o crescimento econômico, enquanto que a **política social** tem como objetivos arrefecer os conflitos sociais, amenizar tensões e expandir as políticas de corte social [...]. Ou seja, economia e segurança nacional caminhariam juntas e tentariam então construir uma sociedade onde o crescimento econômico fosse possível, com concomitante expansão dos benefícios sociais a parcelas cada vez maiores da população. O Estado assume assim uma função redistributiva dos benefícios sociais (grifo da autora)

O modelo também é denominado por alguns, como Yedda Linhares, de modelo “fordista-keynesiano” (LINHARES, 1999, p. 26). Isto porque se baseia num modelo produtivo industrial de maximização da produção e dos lucros, alicerçado na redistribuição mais equânime dessa produção, idéias profundamente influenciadas pelos argumentos do economista John Maynard Keynes.

Contudo, Neder salienta que o módulo típico de regulação keynesiana “sustentase na legitimidade de difundir a representação da desigualdade social como fenômeno transitório na vida das pessoas” (NEDER, 1997, p. 15). A sustentabilidade do Estado de Bem-Estar Social baseava-se numa alta produtividade, o que dependia de estabilidade financeira. Daí, não é difícil compreender porque tal modelo encontrou graves problemas de sustentação financeira a partir da década de 1970. O Estado de Bem-Estar Social, de capitalismo regulado, equilibrava-se em torno de uma prosperidade financeira que ia ser mais bem distribuída.

Portanto, onde houvesse crise econômica haveria crise do modelo estatal intervencionista. “Com a redução na oferta de empregos, cai a massa salarial, base de financiamento do sistema, e cresce a demanda, pressionada pela carência dos desempregados. Da crise econômica brotou a crise social, que por sua vez arrastou o modelo de bem-estar” (GONÇALVES, p. 50).

As mudanças nessas dinâmicas se fizeram sentir com a primeira crise do petróleo, em 1973. Este fato se insere nos padrões apontados por Marx a respeito das crises cíclicas do sistema capitalista a partir da contradição entre a socialização da produção e a apropriação privada do produto. Dessa forma, “a vida na indústria se converte numa seqüência de períodos de atividade moderada, prosperidade, superprodução, crise e estagnação” (MARX *apud* MONTAÑO, 2002, p. 24). Como resposta ao momento específico, estabeleceu-se um “conjunto heterogêneo de diretrizes econômico-político-ideológicas para a reorganização do capitalismo em escala mundial e para se adequar aos desafios da globalização da economia” (SCHERER-WARREN, 1999, p. 13), o neoliberalismo.

Na política, as condições favoráveis ao neoliberalismo só se efetivaram com os governos conservadores de Margareth Thatcher, a partir de 1979 no Reino Unido, Ronald Reagan, a partir de 1980 nos Estados Unidos, e – coadjuvadamente – Helmut Kohl, a partir de 1982 na Alemanha. Sevckenko (2001) denomina os dois primeiros como *o Adão e a Eva* da ordem neoliberal, que arvoraram a “vitória do capitalismo”, face à derrocada do bloco comunista. De acordo com Sevckenko (p. 35-37), Reagan e Thatcher apropriaram-se do antigo conceito de destino manifesto – a idéia de uma missão de liderança civilizadora supostamente atribuída pela Providência aos povos anglo-saxões.

Diante da obsolescência e esfarelamento do mundo soviético [...], diante da hegemonia incontestável da língua e da cultura anglo-americana, das redes de informação e comunicação unificando o planeta e da cristalização de um estilo de vida centrado na publicidade, nos apelos hedonistas e na euforia do consumo, ninguém poderia negar a preponderância do modelo saxônico.

É no interior dessa nova política neoliberal que se percebem as mudanças básicas no associativismo civil internacional, uma vez que a difusão desse estilo de vida anglo-saxão difunde consigo até mesmo os modelos de associação civil. A retração do Estado, mais do que uma obrigatoriedade da política neoliberal, é um desdobramento da mesma. Assim, a desmontagem do *Welfare State* e a ascensão de um modelo estatal que tocasse menos nas questões sociais impulsionaram o associativismo civil, na medida em que abriu espaço para a

participação social, de forma que, mesmo que as associações civis não fossem um fenômeno absolutamente novo, a conjuntura neoliberal representa um novo espaço para a potencialização das mesmas.

Essa tese é reforçada quando se analisa a nomenclatura genérica que tenta aglutinar iniciativas de cunho voluntário com base na sociedade civil, o que comumente se chama de Terceiro Setor. O conceito surge no bojo do discurso neoliberal nos EUA, em 1978, nas palavras do magnata D. Rockefeller III, citadas por Montaño (p. 53):

Nós, americanos, sempre nos orgulhamos da vitalidade de nosso país. No entanto, freqüentemente deixamos de reconhecer uma das principais razões de nossa vitalidade: o fato de que desenvolvemos, no decorrer dos séculos de nossa existência, um notável *sistema de três setores* [...] Dois setores são instantaneamente reconhecíveis para todos: o *mercado* e o *governo* [...] O terceiro setor é o setor privado sem fins lucrativos. Inclui dezenas de milhares de instituições absolutamente indispensáveis à vida da comunidade [...] Todas elas dependem, para sua sobrevivência, de contribuições voluntárias de tempo e dinheiro por parte dos cidadãos. (grifo do autor)

O conceito é bastante problemático e exigiria por si só todo um trabalho em virtude de inúmeras críticas que recebe. A principal delas é a equiparação displicente que muitos efetuam entre Terceiro Setor e o conceito de Sociedade Civil, questão que alguns teóricos tentam resolver. Scherer-Warren entende que o Terceiro Setor constituir-se-ia de entidades, atividades, associações sem fins lucrativos, não-governamentais, voluntárias, filantrópicas, altruístas entre outras. Ou seja, “sem fins lucrativos”, colocando-o em oposição ao mercado; “não-governamental” em oposição ao Estado e o restante apela para as iniciativas oriundas de ações individuais, privadas. O problema não parece ser muito bem resolvido na medida em que, aparentemente, a partir das condições prescritas pela autora, as FASFIL seriam integrantes do Terceiro Setor, ou até, equiparar-se-iam a ele, o que também seria um erro. A grande celeuma, mais uma vez, estaria nessa tendência de igualar Terceiro Setor à sociedade civil, numa concepção tríplice da realidade social, considerada pelos críticos muito simplista. A autora não se exime de mencionar a questão e define sociedade civil como a dimensão do terceiro setor que está relacionada às demandas por cidadania, democratização, direitos humanos e similares. Isto é, o terceiro setor estaria inserido na sociedade civil.

Assim, se a esfera do mercado tende a orientar-se por uma racionalidade instrumental que visa o lucro, segundo a lógica da acumulação, e se a esfera do Estado se engaja numa racionalidade instrumental de luta pelo poder político, objetivando a hegemonia e o controle dos mecanismos de dominação, é na esfera da sociedade civil que se encontraria a possibilidade da construção de uma racionalidade ética, comunicativa, que se orienta para

o bem comum, pela *res publica* (pelo interesse comum, comunitário, de justiça social).

Contudo, é difícil delimitar qual é o universo abarcado por tal definição. Suas configurações são de inúmeras naturezas, iniciativas, objetivos, métodos de mobilização e captação de recursos. Scherer-Warren (p. 43) continua problematizando essa questão chave na compreensão desse universo, qual seja, a sociedade civil em sua posição frente ao terceiro setor:

[...] Sociedade civil é o espaço social onde nascem e se organizam associações voluntárias (autônomas em relação ao Estado e ao mercado), chamadas de movimentos sociais ou populares, organizações não-governamentais, grupos de mútua-ajuda, entidades filantrópicas e outras semelhantes. Entretanto, é necessário não esquecer que o indivíduo traz para a esfera do cotidiano, de suas relações comunitárias e culturais, a síntese de uma vivência e de suas relações com o mercado e com o Estado. Por isso, não é possível entender as ações coletivas da sociedade civil sem pensá-las em suas relações com as duas esferas mencionadas.

Esta é, na realidade, a crítica que invariavelmente se faz ao conceito de Terceiro Setor. Como “setorializar” o real, segmentá-lo em esferas independentes e autônomas? Como pressupor que o que se desenvolve a partir de um “setor” não se relaciona ou se motiva a partir de outros interesses?

Neste ponto pode-se lembrar uma problemática apresentada tangencialmente quando da exposição dos estudos de caso no início deste capítulo, que toca exatamente nessa questão de pretensa isenção, tanto por parte da ARCA quanto por parte da Fundação O Boticário, entre interesses políticos ou de mercado. As questões que saltam aos olhos seriam a ligação da ARCA com os mecanismos tradicionais de atuação política, já evidenciados na tipologia, e quais os possíveis interesses que a FOB poderia ter em agregar valor aos seus produtos, uma vez que como atesta a própria Fundação, uma das motivações iniciais era a relativa pressão por parte dos consumidores por políticas ambientais.

Assim, a aproximação aos canais políticos por parte da ARCA e a preocupação mercadológica da FOB, ainda que não sejam proeminentes – ou muito menos condenáveis – excluem a possibilidade de inseri-las unicamente na esfera do que se denominaria de sociedade civil, pulverizando a concepção tripartite da realidade social, pois como destacou Scherer-Warren acima, cada esfera de ação da sociedade civil deve ser pensada em suas relações com o mercado e com o “Estado”, por assim dizer. Ora, essas nuances e

problemáticas no estabelecimento dessa concepção simplista e ilusória, pode ser mais bem compreendida através de um levantamento do próprio conceito de ONG e da noção de Fundações.

A gênese do conceito de ONG se dá no contexto pós-II Guerra Mundial. Muitas potências européias tiveram seu território ocupado, convivendo com os horrores e atrocidades advindos do conflito. Esta traumática experiência possibilitou, nos anos de reconstrução, a criação de órgãos de cooperação vinculados a ministérios destinados principalmente ao repasse de parcelas do orçamento nacional às ex-colônias ou mesmo àquelas que ainda lutavam por libertação. Contudo, tal situação se tornou complexa na medida em que este processo de transferência de recursos poderia representar a ingerência de um Estado em outro, o que poria em relevo as feridas deixadas pela prática imperialista. Foi incentivada, então, a criação de organizações que se encarregassem da mediação do repasse destes recursos, as ONGs; “o não-governamental” representaria justamente a isenção por parte dessas organizações de interesses vinculados ao Estado doador. A oposição era necessária porque não se queria pensar mais em ingerências diplomáticas. Posteriormente, o termo também passou a ser utilizado para organizações que atuavam em cenário nacional.

Muitos são os que reconhecem a quase impossibilidade de resumir um conceito definitivo para um universo tão heterogêneo como o das ONGs. Segundo Menescal, para que um grupo social possa ser denominado ONG, deve responder aos seguintes requisitos: 1) possuir uma estrutura formal; 2) não perseguir fins lucrativos; 3) possuir uma considerável autonomia; 4) estar ligado à sociedade através de atos de solidariedade; e 5) possuir uma função sócio-política em sua sociedade (MENESCAL, 1996, p. 29). Seus focos de atuação são também muito abrangentes, segundo Scherer-Warren (p. 31):

atuam para superar discriminações (de gênero, étnicas, etárias, etc.) ou desigualdades (econômicas, de participação política, cultural, etc.) ou para melhorar a qualidade de vida (saúde, meio ambiente, moradia, etc.). Esse conjunto de demandas e respectivas proposições para mudança remetem, pois, a dois eixos principais; à questão da cidadania e ao modelo de desenvolvimento.

Essa discussão evidencia o quanto os conceitos que caracterizam os novos movimentos sociais (Terceiro Setor, ONGs e Fundações) são focos de desconfiança no Brasil. Isto em função das dinâmicas da consolidação no país do fenômeno da década de 1990, como na criação do Programa Comunidade Solidária nos governos Fernando Henrique Cardoso, quando todos os demais programas sociais desenvolvidos pelo Estado estiveram ligados a esta

“parceria” com os novos movimentos sociais – o que gerou intensas críticas por parte dos movimentos mais tradicionais, que defendiam muito mais a mobilização *contra* o Estado do que *com* este. Logo, basta indicar que o questionamento ao conceito de Terceiro Setor se justifica uma vez que muitos recursos que financiam as ações de organismos dessa natureza possuem financiamento estatal. Assim, a aquisição e gerenciamento de recursos é uma das questões chave quando se analisa qualquer organismo que se inclua no grupo.

A recorrente necessidade de legitimação – principalmente no que se refere às ONGs, já que as fundações possuem financiamento privado – é perceptível em alguns momentos. A maior rede de ONGs no Brasil reflete esta preocupação de se posicionar através de uma clarificação desses conceitos fundamentais. Sobre a noção de ONG, o *site* da rede afirma que

as associações e fundações são freqüentemente chamadas por outras expressões – tais como instituto; ONG (organização não-governamental); organização da sociedade civil; organização sem fins lucrativos; entidade filantrópica; entidade assistencial; Oscip (organização da sociedade civil de interesse público); entidade de utilidade pública; OS (organização social); mas é importante esclarecer que essas designações não correspondem a formas jurídicas. Algumas expressões referem-se a títulos e qualificações, conferidos pelo poder público às associações e fundações – Utilidade Pública, Oscip, OS, Filantrópica (aquelas que possuem o antigo Certificado de Entidade Filantrópica, hoje Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social). Outras são apenas formas diferentes de nos referirmos às associações civis e fundações – instituto, organização da sociedade civil, organização sem fins lucrativos<sup>40</sup>.

Portanto, fica claro o esforço por se posicionar diante da imensa confusão no que se refere à nomeação das associações. O mesmo ocorre em relação ao conceito mais abrangente. Na resposta à questão “O que significa a expressão Terceiro Setor?”, lê-se o seguinte texto, que é reproduzido aqui por ser considerado satisfatório quanto à definição do modo como se lida com o conceito neste trabalho, além de serem reflexões ligadas à auto-definição das próprias entidades:

A inclusão das ONGs no universo chamado de “terceiro setor” implica problemas de ordem conceitual, política e de identidade. A expressão “terceiro setor” tem sido constantemente utilizada para referir-se às organizações da sociedade civil sem fins lucrativos de uma forma geral, abrigando segmentos com identidades diversas, como entidades filantrópicas, institutos empresariais e até ONGs. Para a Abong, é importante afirmar a identidade própria de cada grupo e campo político de organizações da sociedade civil brasileira. Isto significa marcar suas diferenças e os

<sup>40</sup> Disponível em <<http://www.abong.org.br>>. Acesso em: ago. 2008.

pontos em que convergem. A idéia de um setor social, ao lado do Estado e de um setor empresarial, começou a ser utilizada no Brasil há poucos anos. Em torno dessa expressão, trajetórias históricas concretas de vários segmentos da sociedade civil brasileira, que sempre atuaram com base em diferentes valores, perspectivas e alianças, são re-significadas e tendem a se diluir em um conceito homogeneizador. A expressão terceiro setor nos traz uma idéia de indiferenciação, unidade, convergência, consenso. Contudo, sabemos que, na realidade, a sociedade civil organizada no Brasil é extremamente diversa, plural e heterogênea, construída ao longo de séculos e marcada por processos brutais de exclusão, concentração de renda e violação de direitos. As organizações naturalmente expressam os conflitos e contradições existentes em nossa sociedade. A forma como o debate sobre o terceiro setor vem acontecendo no Brasil traz, em si, uma crítica indireta ao papel do Estado na redução da pobreza e na promoção do desenvolvimento, objetivos estes que seriam realizados de forma mais eficiente pela iniciativa privada <sup>41</sup>.

As fundações podem não representar o mesmo problema conceitual, mas apresentam semelhante impasse em sua abordagem semântica. Por definição, seriam órgãos, institutos e empresas privadas, cujas doações para projetos sociais, culturais, de promoção beneficente e filantrópica provêm de fundos privados. A origem dessas instituições reporta-se há mais de um século, uma vez que associações e sociedades que reúnem verbas em prol de determinada causa remontam ao século XIX – vide as primeiras sociedades criadas nos EUA em defesa da preservação da vida selvagem, como o *Sierra Club*, fundado em 1892. O curto espaço que se dedica ao resgate histórico dessas instituições, como já referido aqui, se explica devido à fonte de recursos das fundações, que sendo privada, não suscita prestação de contas públicas, por exemplo.

A questão que se coloca a boa parte das fundações é que a maioria dessas instituições é vinculada a empresas privadas dos mais variados setores, o que põe em causa o quanto a imagem dos produtos e serviços oferecidos pelas mesmas é afetada pelas ações sócio-ambientais que patrocinam ou empreendem diretamente. Assim, o consumo aparece de modo decisivo no contexto e a responsabilidade do indivíduo influencia ou mesmo determina diretamente as dinâmicas do mercado, partindo do pressuposto de que é possível um “consumo responsável”. Apenas recentemente presenciamos no Brasil o surgimento dessa cultura de privilegiar produtos e serviços de empresas que se adéquam a demandas coletivas. Empresas que investem em programas sociais e ambientais, por exemplo, valorizam sua imagem. O consumo se torna uma poderosa arma e no receio de uma retração dos lucros, as empresas cedem a essa expectativa de envolvimento sócio-ambiental de seus consumidores.

---

<sup>41</sup> Disponível em <<http://www.abong.org.br>>. Acesso em: ago. 2008.

Como os dados da Tabela 1.1 puderam comprovar, tal postura relativamente nova se coaduna com a novidade do fenômeno das ONGs e das fundações, sendo seu principal contexto de proliferação a década de 1980 e toda luta pelo processo de redemocratização que marcou o período. No caso brasileiro, as dinâmicas do atendimento por parte do Estado à questão social e ambiental apresentaram particularidades, acompanhando com atraso os processos em nível global. Analisar essas dinâmicas é fundamental para a compreensão da proliferação das FASFIL, entendendo que quanto menor é a atenção dada por parte do Estado, maior é o apelo à mobilização da sociedade civil.

O ritmo do século XX brasileiro acompanhou as principais mudanças do cenário político latino-americano. No Brasil, este foi o século de ascensão das massas ao cenário político, ou seja, o momento de relativas transformações no que diz respeito ao papel daquele setor que comumente se encerra na vasta categoria “povo”. Talvez tal definição seja por demais genérica e outras pudessem se mostrar mais pertinentes, mas é a partir deste conceito que se consolida a teoria do populismo como característica política latino-americana.

com o século XX emergiu em solo latino-americano uma extraordinária diversidade de atores sociais e políticos, na cidade e no campo, bem como um conjunto de projetos contestadores e alternativos à ordem política e social vigente, fazendo com que se estabelecesse, especialmente a partir da sua terceira década, uma nova orientação geral para o desenvolvimento econômico e social daquelas sociedades nacionais que haviam se estabelecido (AGGIO, 2003, p. 138).

Enfim, as “massas” alcançam cada vez mais espaço político, como assinalado por Alberto Aggio, no início do século XX latino-americano e brasileiro. Nesta “onda modernizadora” dos anos de 1930, ocorreu a significativa extensão de direitos políticos e sociais às classes mais marginalizadas. O período nacional-desenvolvimentista que se seguiu já não convivia com a existência única das mesmas elites oligárquicas, que agiam precipuamente em defesa de seus interesses. As próprias dinâmicas sociais, em função de uma maior integração nacional, bem como do desenvolvimento urbano e industrial, gestaram uma sociedade muito diferente daquela que assistiu bestializada, por exemplo, às sucessivas “mudanças” que se operaram no processo histórico brasileiro desde a Proclamação da República.

Lahuerta (2003, p. 219-220), no entanto, adverte a respeito das aparentes conquistas e avanços obtidos no decorrer do século que se passou, fundamentalmente depois de 1930:

[...] nesse sentido, a despeito de algumas rupturas na forma de regime político, o século XX revela uma adesão incondicional da sociedade brasileira a um projeto de modernização a qualquer custo, centrado na transformação econômica e que se traduziu em diversos momentos em políticas de “salto para a frente”. Há que se recordar, porém, que tal adesão ao ideário moderno não significou o compromisso com a constituição de uma cultura cívica centrada na ampliação efetiva da participação dos setores subalternos e no reconhecimento de direitos.

Mesmo com essas ressalvas, não se pode contestar que independentemente do caráter parcial as mudanças promovidas desde o período getulista introduziram uma nova mentalidade na sociedade civil brasileira, que se refletiu, sobretudo, nas demandas sociais. Esse foi o legado mais emblemático desse período. Mesmo após o fim do Estado Novo, em 1945, os dezenove anos que se seguiram até a instauração de um novo período ditatorial foram profundamente marcados pelas mudanças introduzidas na resposta à questão social sob Vargas.

Mais uma vez destaca-se no período desenvolvimentista a existência de um projeto nacional encabeçado pelo Estado. Os próprios avanços sociais caracterizam uma cidadania tutelada pela figura mitificada do presidente – cristalização clássica na figura do “pai dos pobres”. Para além das dinâmicas internas, o intervencionismo estatal assumia internacionalmente cada vez mais espaço na economia, até mesmo dos países centrais – com o fortalecimento do *Welfare State*. Lahuerta (p. 231) afirma que

[...] esse capitalismo concebido como obra pública, além de dificultar que o individualismo se afirme como um valor legítimo, também vai favorecer o florescimento nos anos 50 e 60 de ideologias integrativas voltadas para a realização de projetos de fundo nacional-popular de desenvolvimento. É por isso que a herança dos anos 30, mesmo que formalmente o regime autoritário do Estado Novo se encerre em 1945, *se projetará na história futura do país por muitas décadas* (grifo meu).

As práticas herdadas e presentes no período nacional-desenvolvimentista foram coetâneas do período que antes se assinalou como o surgimento do *Welfare State* no contexto internacional. Embora se hesite em afirmar a existência de um Estado de Bem-Estar Social brasileiro – ou mesmo latino-americano – acredita-se nas influências desta forma de estruturação social não apenas na evidente regulação estatal da economia, mas também na própria dinâmica de atendimento à questão social. O que se percebe, porém, no caso brasileiro, é um descompasso e uma ineficácia na concretização das premissas do modelo estatal fordista-keynesiano. A respeito disso, Doimo (p. 57) enfatiza que

[...] o *welfare state* brasileiro desenvolveu-se através de uma extrema centralização política e financeira no nível federal, aliada a uma formidável fragmentação no plano institucional, caracterizando um quadro de privatização do fundo público e de exclusão da participação social e política da população nos processos de decisão.

Essa tese é central para explicar a relativa desconfiança que se estende à sociedade civil em relação a sua capacidade organizativa e de mobilização em resposta à questão social; como afirma Lahuerta, até o Golpe de 1964 é possível identificar o surgimento de uma cultura cívica decorrente dos avanços sociais oriundos da tutela varguista. Não cabe aqui uma análise pormenorizada das razões do golpe e dos interesses que representou. O propósito, nesse momento, é perceber que a aliança com o grande capital na política de “fuga para a frente” e do “milagre econômico”, que se praticou no período do capitalismo autoritário, representou graves prejuízos à esfera social. A própria crise da década de 1970 afetou a política econômica nacional de modo paradoxal. No Brasil, a implantação de um programa de substituição de importações garantiu um ritmo de crescimento acelerado, a despeito de um grande endividamento externo.

Mesmo assim, a década de 1980 inicia-se com uma sensação de otimismo e esperança, não somente pelos avanços no crescimento econômico, mas também pela abertura lenta e gradual que o regime ditatorial empreendia em relação à redemocratização. No entanto, o ano de 1981 e a convulsão que com ele emergiu provaram que não havia como o Brasil se manter como uma “ilha de prosperidade” artificial em meio à crise que assolava o mundo capitalista em crescente processo de mundialização.

Assim, nem mesmo os “avanços” democráticos conquistados com a abertura política tiraram dos anos de 1980 o estigma de “década perdida”, em função dos retrocessos econômicos. A redemocratização, deste modo, não representou para a sociedade civil um avanço real no sentido da efetivação do que se tem chamado, reportando a Lahuerta (p. 245), de cultura cívica, no sentido de existência de uma educação política. De fato, a década de 1980 e as crises que só vieram refletir em sua plenitude no Brasil naquele momento, criaram uma intensa desconfiança em relação ao Estado, suas instituições e à burocratização de que era acometido.

As dificuldades para manter as taxas de crescimento, a crise fiscal do Estado, o processo inflacionário e a explosão das demandas reprimidas durante décadas vão contribuir para a emergência de uma sociedade civil que se afirma negando qualquer controle sobre os interesses privados por parte do Estado.

A constituição de 1988 traz em seu texto reflexos dessa tensão entre sociedade civil e Estado, na nova dinâmica social. Apesar das lacunas evidentes em relação à institucionalização de estruturas democráticas no país, são claros os avanços obtidos na área social. Para além do Estado de Bem-Estar Social, idealizava-se uma Sociedade de Bem-Estar, isto é, a regulação das funções sociais contaria com a participação direta da sociedade, através de suas organizações representativas, atuando na formulação ou mesmo na execução de projetos. Contudo, o papel preponderante do Estado – o legado varguista que se destacou anteriormente – ainda se mantinha. Tal proposta se consolida exatamente num contexto internacional de intensa retração do Estado: a minimização imposta pela ótica neoliberal que se consolidava pelo planeta. Todavia, essas pretensas mudanças não ocorrem, reforçando as desconfianças e insatisfações por parte da sociedade civil em relação ao Estado e suas instituições.

Logo, o significativo incremento de ONGs e Fundações no período está ligado a este modo descompassado de inserção da política brasileira na conjuntura neoliberal global. Com relação aos movimentos sociais já se destacou anteriormente o papel preponderante que o Estado assume a partir do período getulista na tutela tanto da economia – encerrada no projeto desenvolvimentista de construção da nação – quanto da construção da cidadania, que se referia basicamente à efetivação de direitos trabalhistas e corporativistas. Tal fenômeno demonstra outro aspecto característico do processo histórico brasileiro: a idéia de que a sociedade civil brasileira não possuía bases de organização e mobilização, o que justificaria e legitimaria a centralização recorrente dos cenários políticos em diferentes momentos.

Contudo, alguns autores, como o sociólogo Ricardo Neder, procuram demonstrar que na realidade existe um processo de diversificação de associações civis na sociedade brasileira datada de pelo menos meio século. No seu trabalho o autor começa recuperando os momentos da criação da cidadania regulada, que teria criado segundo ele, “uma suspeita (...) sobre a (in)capacidade dos próprios atores da sociedade civil no Brasil vir a formar autênticas associações, entidades, organizações autônomas face ao Estado, ou imunes ao mutualismo referido” (NEDER, 1997, p. 16). O período compreendido entre 1930 e 1964 teria sido um momento de intensificação da proliferação das associações civis que, “embora não fossem estatais, tinham caráter oficial, vinculados que estavam ao reconhecimento governamental e à administração por titular nomeado pelo executivo federal” (p. 24). Todavia, o momento ditatorial representou alterações nas dinâmicas do associativismo e na mobilização civil.

Neder enfatiza que os processos ocorridos nas décadas de 1970 e 1980, relacionados à oposição do regime político, às mudanças geradas pela acumulação, entre outros, ampliaram a capacidade e a efetividade das formas organizativas e de associação entre pessoas e grupos na sociedade brasileira em três direções substantivas: a) direitos humanos; b) direitos sociais; e c) interesses sindicais (p. 16). O autor salienta que entre 1964 e 1984 o espectro do associativismo civil brasileiro passou por duas clivagens.

A primeira delas refere-se ao fortalecimento dos chamados movimentos sociais, que cada vez mais prosseguiram em direção à denominação de movimentos populares. Aglutinavam-se em torno de demandas e reivindicações por políticas sociais ou de consumo coletivo, como água, esgoto, moradia, saúde, educação, transporte etc. Em verdade, como demonstra Doimo, havia sob estes movimentos populares um substrato comum de linguagem basicamente por duas razões. A primeira delas diz respeito à interdependência entre as reivindicações: aquele que espera a moradia, reivindicando ainda as condições de saneamento e infra-estrutura, almeja também ser beneficiado por um transporte decente – já que sua residência possivelmente ficará distante do local de trabalho, isso se tiver trabalho, que certamente pode integrar as pautas de reivindicação. A segunda é porque no período ditatorial todas as mobilizações acabavam por se inserir no contexto mais amplo da Guerra Fria, conferindo um caráter invariavelmente “de esquerda” e contestatório aos movimentos populares.

Assim é que na década de 1970 e 1980 operava-se a retórica do “povo como sujeito de sua própria história”, discurso reforçado e assimilado inclusive pela Igreja Católica e pela intelectualidade que relia Marx e descobria Gramsci. O pensamento sociológico cada vez mais assimilava as significações positivas de *povo* e *popular* como atesta Doimo (p. 75).

De uma concepção passiva e quase objetal da participação [...], inaugura-se uma concepção centrada na capacidade ativa do povo, pela qual não havia mais lugar nem para o culto do “Estado-nação”, que prometia o desenvolvimento pela eficácia instrumental-administrativa do planejamento compreensivo, nem tampouco para a ação das “vanguardas”, que previam combater o imperialismo e o latifúndio pela conscientização das massas amorfas, passivas e indiferentes.

É este o período de significativa ascensão dos movimentos de ação-direta, marcados pela mobilização e comunitarismo, alimentados por uma intelectualidade de esquerda e proclamadores de uma nova espontaneidade e força. De fato, o crescimento das FASFIL na década de 1970 praticamente triplicou, saltando de um total de dez mil novecentas

e noventa e oito instituições no início, para trinta e duas mil oitocentas e cinquenta e oito, em 1980. Contudo, como demonstra Doimo, tais movimentos eram marcados por profunda ambigüidade, fragmentação e dependência da institucionalidade alheia. A pretensa espontaneidade de tais movimentos, como sendo fruto da pressão e da quase virtualidade “revolucionária” do povo, cai por terra ante a imensa documentação produzida por esses mesmos movimentos, provando sua busca por institucionalização. Entretanto, a retórica da espontaneidade continuava presente, como ressalta a autora (p. 126).

Recusar a institucionalidade política em nome do “popular” significa, neste caso, afirmar a capacidade concreta de se contrapor à tradição política autoritária: o clientelismo do período coronelista, a manipulação das massas do período populista, o assistencialismo do período nacional-desenvolvimentista e a subordinação do povo-nação pelo regime militar. Significa estabelecer um amplo diálogo crítico com um passado que, no limite, subsumiu a sociedade civil no interior do sistema político e do Estado.

As premissas deste discurso entram em crise a partir de meados da década de 1980. Em parte porque ainda que não concretizado, o processo de redemocratização trouxe consigo um aparente avanço constitucional em direção à resposta às demandas sociais. Contudo, esse é um dos motivos menos destacados; houve, sobretudo, um reposicionamento dos setores anteriormente ligados à questão dos movimentos populares. Primeiramente a Igreja Católica, a partir do Concílio Vaticano II, procura conviver de um modo mais positivo com a modernidade, abandonando em grande parte o comunitarismo de orientação marxista e outras práticas políticas que subtraíam o sentido de espiritualidade. A esquerda institucionaliza-se em partidos e acaba sendo tragada pelo processo de transição em que permaneceram as alianças arquitetadas pelas elites políticas e oligárquicas tradicionais, viabilizadas pelas eleições indiretas para a presidência civil.

Para além da Igreja e da “nova esquerda”, a própria intelectualidade começa a assimilar novos valores e posicionamentos e assiste-se, então, nesse momento de transição, à segunda clivagem que Neder afirma ter acontecido. Essa teria sido a da emergência de novos modelos de organizações civis marcados basicamente pelas organizações não-governamentais, principalmente no final da década de 1980. É o que Doimo chama de novos movimentos sociais, em oposição a movimentos populares (p. 68).

Nessa perspectiva, quando falamos em “novos movimentos sociais” estamos lançando mão de uma categoria *européia*, cunhada por intelectuais europeus para dar conta daquele perfil de condutas coletivas e de conexões ativas entre diversos agenciamentos que, nos anos pós-70, passaram a girar em

torno da crise do padrão assistencial-previdenciário do *welfare state* e das transformações da própria sociedade industrial. Por outro lado, quando falamos em “movimento popular” estamos diante de uma categoria reconhecidamente *latino-americana*, cunhada em tempos de autoritarismo político pela confluência de outros tantos agenciamentos, para referir-se a uma vasta gama de movimentos reivindicativos referidos ao Estado de ‘mal-estar social’. Ambos, porém, não deixaram de se pautar igualmente por condutas de ação-direta sobre o sistema de decisões e, respeitadas as diferenças e as especificidades conjunturais, inscrevem-se na categoria de campos ético-políticos já que, para além das reivindicações locais e pontuais, influíram nos padrões de convivência política. (grifo original)

Desta feita, os novos movimentos sociais ganham espaço cada vez maior no que tange aos modelos e ao número existente a partir da crise dos movimentos populares do final da década de 1980.

Quando Neder trata acerca do combate à referida suspeita de incapacidade da sociedade civil brasileira em se organizar em torno de causas e demandas, parte da tese de que a redemocratização não significou simplesmente uma transição para a democracia no plano do Estado de Direito. Acontece segundo ele outra transição: “a difusão das identidades democráticas, das formas coletivas de solidariedade e da assimilação de valores e normas do comportamento democrático no dia-a-dia das pessoas” (p. 4). Esses novos paradigmas de associativismo caracterizam-se, particularmente, pelas ONGs e Fundações, isto é, pela constituição de um Terceiro Setor no contexto brasileiro. Aqui, importa efetuar algumas relações.

As ONGs estão presentes no contexto brasileiro principalmente a partir da década de 1970. Na realidade, elas constituem atualmente o fenômeno mais visível desse processo de diversificação das associações civis e mobilizações populares que se analisou anteriormente. No contexto ditatorial, as ONGs constituíam-se em organismos auxiliares e muitas vezes financiadores dos movimentos populares e sociais, assumindo um papel coadjuvante neste processo de mobilização. Entretanto, com a paulatina erosão no campo do movimentalismo popular, as ONGs assumem cada vez mais a função de grupos de pressão e partem elas mesmas para não somente a reivindicação e a mobilização, como também para a proposição de suas próprias ações.

Neste instante, é oportuno solucionar as questões em aberto que se colocaram na análise da ARCA. O fato de que essa segunda clivagem tenha acontecido em meados da década de 1980 indica as peculiaridades de uma ONG fundada anteriormente ao período.

Desta forma, pode-se visualizar nas dinâmicas da ARCA uma aproximação com as ONGs mais antigas, que funcionavam quase como subsidiárias dos movimentos populares mais tradicionais. A própria ligação estreita com o mundo acadêmico remete à relativa dependência dos movimentos populares em relação à intelectualidade de esquerda, ativa na ação social antes da institucionalização partidária. Essa aproximação se reflete também na aproximação do Partido Verde em Goiás com o PT por exemplo. A verve de resistência ditatorial também é evidente nas palavras do professor paraense citadas anteriormente, acerca da identificação no período entre militância ambiental e luta contra a ditadura.

Outro fator que se compreende melhor a partir dessa constatação é o fato de que desde o início da instituição, percebe-se a busca por associar à questão ambiental demandas diversas de justiça social (perceptíveis nos próprios planos diretores elaborados que abrangiam diversas melhorias, muitas vezes, causas de outros movimentos: habitação, transporte etc.). Assim, conclui-se que essa aproximação com o movimentalismo popular se justifica em função do momento de criação, quando a predominância de ações sociais centrava-se nos movimentos populares.

É interessante notar que as ONGs e os movimentos populares emanam de uma mesma forma de mobilização jurídica. Reportando-se, por exemplo, à auto-definição da ARCA, consta que esta é uma Associação Civil, como tantos outros movimentos populares. A grande questão é que inseridos em um novo contexto, os movimentos progressivamente assumem essa nomenclatura de ONG, que não é jurídica, mas demonstra uma mudança no referencial ideológico que os motiva. Obviamente não ocorre uma simples substituição da categoria “povo” pela “sociedade civil”. O processo é mais complexo. Contudo, o arrefecimento do movimentalismo popular coincide com a ascensão do paradigma das ONGs, impulsionando muitos desses movimentos a transitarem para essa denominação.

Importa enfatizar que na década de 1980 o processo de insatisfação e desconfiança havia se transferido da sociedade civil para o Estado, agora nominado o grande culpado da ineficiência e das mazelas sociais. Assim, a sociedade civil cada vez mais se mobiliza, inicialmente, ao redor de dois pontos: desenvolvimento social, cidadania, defesa dos direitos humanos e ambientalistas, ocupadas com questões relacionadas à degradação/preservação ambiental e ecológica no meio urbano e rural. E aqui, esta última demanda que é o foco de toda a discussão, acaba por se tornar a grande responsável pelo verdadeiro *boom* de ONGs no Brasil, a partir da realização da ECO-92.

Deste modo, a temática ambiental estabelece a sua relação com as FASFIL. Ainda que tal questão não tenha sido uma temática prevalente no início da ampliação das ONGs e Fundações no Brasil, é importante perceber que foi a partir destas que o conceito se popularizou no país, o que, por sua vez, demonstra ser nesse terreno que o movimento ambiental fundamenta seus alicerces e seus paradigmas de associativismo e mobilização, justificando assim a longa recuperação histórica dos conceitos e contextos feitos até aqui. Como demonstram o histórico da ARCA e da FOB e o modo pelo qual se associam, difícil é supor uma análise acerca do movimento ambiental que relegue a segundo plano a discussão em torno da ascensão desses novos movimentos sociais.

Contudo, ressalta-se que esta certamente não é a única explicação para o êxito do movimento ambiental no período, uma vez que, percentualmente, o total de entidades que se dedicam ao ambientalismo é relativamente pequeno, quando comparado ao total de entidades tidas como FASFIL. Nesse sentido, pode-se afirmar que é muito mais o movimento ambiental que tira proveito das novas formas de mobilização do que o contrário, já que há a idéia de que foi esta causa que deu visibilidade às FASFIL, pelo menos no Brasil.

Assim, no contexto da década de 1990, os movimentos sociais de tipo popular perdem espaço para os novos movimentos sociais de inspiração européia e neoliberal. A sociedade civil deixa de ser *espaço* e passa a ser *agente* das lutas sociais. Nesse cenário, algumas considerações são necessárias. A primeira diz respeito à necessidade de compreensão da idéia de que as ONGs e Fundações, bem como a referência ao conceito de Terceiro Setor, são fenômenos oriundos da realidade dos países centrais, daí a justificativa em compreender a gênese de tais entidades a partir dos processos que ocorreram nesses países. A segunda se refere à quase ausência da referência ao ambientalismo nesse processo.

Em tempo, elucida-se que as entidades que no Brasil se enquadram no universo das FASFIL não encontraram na bandeira ambiental uma causa propulsora. Isso reforça a tese de que o Terceiro Setor encontrou na questão social e de cidadania a principal força motriz e que a causa ambiental só ganhou força no cenário dos novos movimentos da sociedade civil a partir da década de 1980, ou seja, a partir da plena consolidação em nível internacional da política neoliberal e da cristalização da sociedade em rede de capitalismo informacional. A tabela a seguir confirma a ascendência do espectro meio ambiente no Brasil, em comparação ao crescimento do total de entidades e ao segmento mais numeroso, o de entidades tidas como religiosas.

**Tabela 1.2 Índice de Crescimento por Períodos do Total das FASFIL e das entidades componentes do setor religião e meio ambiente – Brasil**

Classificação das Entidades Sem Fins Lucrativos	Índice de crescimento por período					
	De 1981a 1990		De 1991a 2000		De 2001a 2002	
	Índice (%)	Total em 1990	Índice (%)	Total em 2000	Índice (%)	Total em 2002
Total de entidades	141,30	105.826	131,52	245.013	12,60	275.895
Religião	104,20	34.297	86,52	63.973	10,12	70.446
Meio ambiente e proteção animal	272,29	535	280,93	1503	20,89	1817

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Cadastro Central de Empresas 2002.

Destaca-se que a tendência de crescimento diminuiu ao longo das duas décadas, tanto em relação ao número total de entidades quanto ao número de entidades consideradas religiosas. Contudo, a mesma tendência não se observa na causa ambiental. Apesar da diminuição do ritmo em praticamente todos os grupos, o movimento ambiental cresce e mantém essa tendência, já que dados referentes ao ano de 2006 apontam que o crescimento das ONGs e Fundações ambientais entre 2002 e 2006 foi o triplo do que cresceram o total de entidades no período. Assim, reitera-se que o movimento ambiental brasileiro só pode ser compreendido a partir desses novos paradigmas, justificando-se análise anterior, que buscou apontar as dinâmicas e especificidades dessas mudanças no cenário nacional.

Neste ponto, talvez se mostre necessária uma tentativa de resumo do que até aqui se discutiu. Após a apresentação geral das instituições em estudo, percebeu-se que alguns fatores são fulcrais para a compreensão da crescente importância conferida à causa ambientalista no período que compreende as duas décadas do século passado. O primeiro deles diz respeito à própria constituição dos próprios movimentos. Desta forma, constatou-se que a mobilização social em torno da defesa ambiental intensifica-se a partir de paradigmas novos, que se estruturam alicerçados em conceitos como Terceiro Setor, Organização Não Governamental e Fundação Empresarial. Contudo, pesa ainda uma breve exposição fundamental na caracterização desses novos movimentos: o fato de que, em geral, ONGs e Fundações se mobilizam através da formação de redes.

Para tanto, importa salientar o conceito proposto por Manuel Castells de uma “sociedade em rede”, gerada a partir da crise da década de 1970. Naquele instante, como enfatizado, dá-se a gestação das doutrinas neoliberais aliadas a um novo e rápido impulso tecnológico – causando a também rápida obsolescência da tecnologia –, alcançando assim um novo “modo de desenvolvimento” do sistema capitalista em um renovado cenário mundial: o da globalização.

Manuel Castells propõe uma teoria que visa explicar o surgimento de um novo “modo de desenvolvimento” do capitalismo. O autor entende produção como sendo a “ação da humanidade sobre a matéria (natureza) para apropriar-se dela e transformá-la em seu benefício, obtendo produto, consumindo (de forma irregular) parte dele e acumulando excedente para investimento conforme os vários objetivos socialmente determinados.” Logo, o modo de produção capitalista determina-se segundo as lógicas da produção em massa e da expansão do consumo, qualquer que seja o modo de desenvolvimento deste modo de produção. Para modo de desenvolvimento, o autor traz a definição de “procedimentos mediante os quais os trabalhadores atuam sobre a matéria para gerar o produto, em última análise, determinando o nível e a qualidade do excedente”. É a partir deste quadro teórico que Castells (1999, p. 52-54) define a gestação, nas últimas décadas do século XX, de um modo de desenvolvimento *informacional*, no qual

a fonte de produtividade acha-se na tecnologia de geração de conhecimentos, de processamento da comunicação e de comunicação de símbolos [...]. O que é específico do modo informacional de desenvolvimento é a ação de conhecimento sobre os próprios conhecimentos como principal fonte de produtividade.

Ora, é a partir dessas mudanças fundamentais que se torna plausível a noção de sociedade em rede. A grande questão é que o capitalismo informacional “visa o desenvolvimento tecnológico, ou seja, a acumulação de conhecimentos e maiores níveis de complexidade no processamento de informação” (p. 55). Na sua obra anterior, Castells afirma que no modo informacional de desenvolvimento “a fonte de produtividade acha-se na tecnologia de geração de conhecimentos, de processamento da comunicação e de comunicação de símbolos” (CASTELLS, 2003, p. 53).

Assim, os movimentos sociais que se estruturam a partir dessa lógica absorvem, esse paradigma de informacionalismo, no qual a categoria rede e a produção de tecnologia – tema do próximo capítulo – têm papel central. Essas mudanças, segundo Scherer-Warren, exigiriam novos recursos metodológicos para o estudo dos movimentos sociais

contemporâneos. De acordo com a autora, “ainda que a cidadania jurídica se realize nos limites territoriais de um Estado-nação, o estabelecimento de consensos em torno da cidadania social, tende a ultrapassar as barreiras nacionais com a globalização da cultura-política” (SCHERER-WARREN, p. 18). É por isso que o título dessa obra traz a noção da “cidadania sem fronteiras”, a noção de uma ação social que se insere na perspectiva de uma sociedade civil planetária, organizada a partir do paradigma das redes.

Seguindo a proposta da autora, o conceito de rede apresenta uma multiplicidade tanto de significado quanto de aplicação, uma vez que se mostra ao mesmo tempo como referencial teórico e metodológico para a análise dos movimentos, ou até mesmo é utilizado pelos próprios atores sociais para explicar suas relações e práticas. Desta forma, uma análise dos novos movimentos sociais – e aqui, do movimento ambiental – a partir do referencial de redes, aponta para a busca por relacionar as práticas de cada movimento às dinâmicas gerais que o impulsionaram.

Assim, de acordo com a autora, há três questões básicas que devem ser levadas em conta na análise dos objetos em questão: formas de mobilização de recursos, estratégias de organização e ação e efeito multiplicador de redes. É a partir dessa tripla análise que se deve olhar a atuação dos movimentos sociais em estudo, buscando de uma caracterização geral que colabore na compreensão do movimento ambiental como um todo.

### **1.5 O movimento ambientalista no âmbito dos novos movimentos sociais: a dinâmica fundamental das redes**

Os três eixos de problematizações propostos por Ilse Scherer-Warren são compreensíveis a partir dos questionamentos que se colocam aos novos movimentos sociais. Como se discutiu anteriormente, diversas críticas são feitas particularmente às ONGs, uma vez que nem sempre estão claros os modos pelos quais se concretizam a aquisição de recursos e o gerenciamento dos mesmos. Nesse sentido, destaca-se a necessidade de transparência apontada por Ricardo Neder, entendida como a “qualidade que orienta os atores na busca de uma das condições básicas do entendimento com outros agentes, que é ser visível quanto a seus fins e propósitos, e comparecer em público para assumir isso como compromisso” (NEDER, 1997, p.11). Já o aspecto que analisa as estratégias de ação, questiona até que ponto tais ações estão desvinculadas de uma política governamental no caso das ONGs, e no caso das Fundações, desvinculadas de interesse de mercado. Menos problemática é a análise acerca do efeito multiplicador de redes, muito embora ela possa apontar o grau de inserção do movimento no cenário dos novos movimentos sociais, colaborando até mesmo com as questões anteriores.

Devido à anterioridade na data de fundação, a ARCA desponta no exame a ser feito. A forma de aquisição de recursos da instituição se efetiva mediante: “a) contribuições dos sócios; b) subvenção e auxílios; c) doações e legados; d) rendas patrimoniais; e) arrecadações eventuais; f) quaisquer outros meios legais”<sup>42</sup>. Para a mobilização destes recursos, um dos órgãos dirigentes da instituição é o Conselho Fiscal. Suas atribuições são:

- a) apreciar o relatório e as contas anuais da Diretoria encaminhando-os à Assembléia Geral, acompanhados do parecer respectivo, por escrito;
- b) deliberar sobre todos os assuntos que lhe forem encomendados pela Diretoria;
- c) autorizar qualquer alteração no Patrimônio da Sociedade, na aplicação de seus bens; compra e venda de imóveis, respeitadas as disposições estatutárias;
- d) fiscalizar todos os atos da Diretoria, nos aspectos administrativos e financeiro.<sup>43</sup>

---

<sup>42</sup> Documento 1.

<sup>43</sup> Documento 1.

Assim, percebe-se um esforço para a administração de recursos mais transparente, uma vez que as prerrogativas de seu estatuto têm sido cumpridas na instituição. Pode-se, porém, atribuir essa relativa tranqüilidade à pouca visibilidade das ações da ARCA e ao patrimônio pouco significativo. Sediada no prédio de Arquitetura da UCG, a ARCA divide espaço ao supervisionar a Oficina de Planejamento Urbano Ambiental (OPUA), tendo como público alvo os próprios alunos da instituição de ensino. Assim, além da contribuição dos sócios, depende também dos auxílios provenientes de todos os cursos e oficinas promovidos, sempre focando “ações de educação ambiental e formação de profissionais qualificados para auxiliar projetos desenvolvidos pela entidade”<sup>44</sup>.

Essa tendência relativamente conservadora da ARCA, no que tange à sua fonte de financiamento, reflete-se em suas estratégias de ação e mobilização. As ações já listadas no início deste capítulo estão muito mais ligadas às formas conservadoras de participação social, sendo que a novidade fica por conta da própria temática ambiental. Quando comparadas as principais ações arroladas no ano de 1984 com as do ano de 2000, enxergam-se poucas mudanças. A isso, atribui-se mais uma vez o contexto de surgimento da ARCA e uma tendência ao conservadorismo e certa acomodação. Relembra-se aqui como corroboração à idéia, a associação anterior entre a luta ambiental e resistência à ditadura, a ligação e dependência à intelectualidade acadêmica com tendências de esquerda e a participação na criação do Partido Verde goiano – que, embora possua a mesma inspiração diferenciada dos partidos verdes europeus, ficou por muito tempo à sombra dos partidos mais tradicionais. A ligação com os movimentos populares também se apresenta com a associação de demandas diversas, como veiculam algumas reportagens acerca do assentamento de indígenas ou a reforma agrária, além das óbvias questões urbanas, em busca de justiça social, a partir dos planos diretores urbanos, de regularização fundiária, planos de manejos de praças, parques etc.

A questão, por certo, também se reflete ao efeito multiplicador de redes. Para uma ONG fundada antes da segunda clivagem dos movimentos sociais apontada por Neder, ou seja, antes da proliferação do próprio modelo de ONG como tendência de mobilização social predominante, a inserção nas perspectivas da sociedade em rede e a mobilização segundo este paradigma apresentam pouco desenvolvimento. A primeira ação que se aproxima da tentativa de formação de redes poderia ser visualizada na realização dos quatro Seminários sobre Universidade e Meio Ambiente. No entanto, embora sendo um evento com foco em troca de

---

<sup>44</sup> Disponível em <<http://www.arca.org.br>>. Acesso em: mar. 2008.

experiências no que se refere às ações desenvolvidas entre os diversos participantes, a questão do posicionamento acadêmico indica uma preocupação mais central nas discussões. A primeira referência à categoria rede na documentação analisada se dá somente na edição de dezembro de 1994 do Arca Viva, quando do anúncio de uma reunião da Rede do Cerrado. Contudo, cabe ressaltar a anterior participação da ONG no Fórum Goiano das entidades ambientalistas e na criação do Instituto do Trópico Subúmido em 1991. Não parece coincidência o fato de que as primeiras formas de mobilização em rede da ARCA, ainda que limitadas, tenham se efetivado justamente a partir dessa segunda clivagem, quando os paradigmas de associativismo, segundo o modelo de redes, começam a proliferar no cenário social brasileiro.

Com todas essas ressalvas, pode-se compreender a pequena visibilidade que a ARCA apresenta, no que se refere ao apelo à mídia e à comunicação de suas ações – a única manifestação pública com esse caráter que se pode identificar reporta-se à manifestação contra a construção do prédio da Caixa no Bosque dos Buritis em Goiânia, em 1984. Mesmo com ações importantes e de influência considerável no contexto local em que se insere, a ARCA tem pouca visibilidade, o que aponta para um distanciamento do caráter quase panfletário de boa parte do movimento ambiental. A própria instituição não está vinculada, por exemplo, à maior rede institucionalizada de ONGs no Brasil, a Abong, uma das que apontam a noção de que as ONGs fundadas na década de 1980 possuem estreita ligação com o movimentalismo popular e até mesmo teriam se consolidado na resistência e militância contra a ditadura. De acordo com o *site* da instituição

Esse contexto fomentou o surgimento de organizações não governamentais – ONGs, que com uma institucionalidade de associação sem fins lucrativos e com o financiamento de agências de cooperação internacional desenvolviam trabalhos de educação popular, alfabetização de adultos, assessoria sindical e a movimentos camponeses e urbanos. Essas ONGs tiveram um importante papel na organização e formação de inúmeros movimentos sociais e de suas lideranças, operários, trabalhadores rurais, oposições sindicais, lideranças populares, contribuindo com a rearticulação da sociedade civil brasileira. É desse universo de ONGs que irá surgir a Abong. Organizações fortemente marcadas pela resistência a ditadura e autoritarismo; pela presença ativa nas lutas democráticas, pelo compromisso de luta contra a exclusão e as desigualdades sociais; pela defesa de direitos e construção da cidadania; pelo apoio aos movimentos sociais, pela busca de alternativas de desenvolvimento ambientalmente sustentáveis e socialmente justas; e pela defesa intransigente da ética na política para a consolidação da democracia.<sup>45</sup>

---

<sup>45</sup> Disponível em <<http://www.abong.org.br>>. Acesso em: 19 ago. 2008.

Portanto, um olhar comparativo entre os estudos de caso atesta a discussão anterior a respeito das mudanças que se fizeram sentir entre as formas de mobilização, na virada da década de 1980 para a de 1990. Essa idéia de que a década de 1990 introduz mudanças fundamentais na dinâmica em relação à mobilização popular se atesta até mesmo na data de criação da própria Abong, que só se efetiva em 1991, quando também se consolida a participação maciça em eventos de porte nacional e internacional. A década de 1990 é momento central na maturação de uma nova ética social e política, calcada na noção de responsabilidade social e ambiental, o que se reflete na intensa mobilização em torno dessas questões.

Esses reflexos são claros no que se refere à Fundação O Boticário. A própria criação da FOB aponta para a influência de experiências estrangeiras e a ligação com a forma mais tradicional do movimento ambientalista, associada à contracultura dos anos 1960. Por ser uma fundação empresarial, a principal fonte de recursos é a doação anual de parte do lucro líquido da empresa mantenedora, O Boticário. A Fundação O Boticário também recebe doações de franqueados, além de patrocínios e apoios de empresas e outras organizações. Tendo em vista o caráter privado da verba, a exigência de transparência que se impõe é menor e os resultados relevantes que as ações da instituição têm promovido desde a sua criação comprovam uma aplicação eficiente dos recursos. Vale, porém, relembrar a questão da agregação de valor à marca, em virtude das ações da Fundação, que toca diretamente na questão da aquisição de recursos. Quando uma amostra de clientes foi questionada sobre a questão: “Você considera que as ações feitas por meio da Fundação O Boticário agregam valores à imagem da empresa?”, a resposta positiva alcançou o índice de 88%<sup>46</sup>.

No que se refere às formas de mobilização, a FOB apresenta uma postura básica de financiadora de projetos e mantenedora de áreas de proteção ambiental particulares. Entretanto, a assimilação de diversas outras demandas se deu paulatinamente, na medida em que vários projetos subsidiados, principalmente a partir de 2000, visavam ao “ecodesenvolvimento”, isto é, ações ambientais que também tocassem em questões sociais<sup>47</sup>. Contudo, não se pode afirmar que essa assimilação de demandas distintas, ainda que semelhante, seja da mesma ordem do processo que se deu em relação à ARCA. O contexto da

---

<sup>46</sup> Documento 24.

<sup>47</sup> Alguns títulos de projetos comprovam essa tendência, como “Oficinas para a geração de alternativas econômicas aos pescadores profissionais e seus familiares – Moinho Cultural Sul-Americano” do Instituto do Homem Pantaneiro em Mato Grosso do Sul e “Apoio à organização da produção de sementes nativas em dois assentamentos extrativistas no Acre – Porto Dias e São Luiz do Remanso” do Centro de Trabalhadores da Amazônia no Acre. Documento 23.

ONG refere-se, como ressaltado, à aproximação dos movimentos populares tradicionais da década de 1970. As idéias que melhor traduzem as questões na década de 1980 são “luta”, “batalha”, “justiça social”, “movimento trabalhista”, etc. Já o contexto de diversificação das ações da FOB pode ser explicado através da consolidação dos novos movimentos sociais enquanto principais mecanismos de satisfação dessas demandas, que ligadas à temática da preservação ambiental, se fazem compreender principalmente a partir do conceito de “desenvolvimento sustentável”, cristalizado durante a década de 1990 <sup>48</sup>.

Quanto ao efeito multiplicador de redes, a FOB apresenta desde o início essa tendência. Primeiramente, na própria política de incentivo a projetos de diversas outras associações e iniciativas de cunho ambientalista. Nesse aspecto, recorda-se a parceria, já em 1994 com a Fundação MacArthur dos Estados Unidos, para o financiamento de projetos (parceria substituída em 2001, quando os recursos passaram a provir da Fundação Interamericana, marcando a preocupação maior com a área social). Esse Programa de Incentivo à Conservação da Natureza (PICN) recebe doação de outra rede, a Avistar, voltada às práticas ornitologistas.

Além dessas parcerias, que evidenciam o constante planejamento e execução de ações em esferas mais amplas, destacam-se a inserção da FOB na Rede Inter-Americana de Informação sobre Biodiversidade (IABIN), que atua exatamente a partir da construção de redes temáticas. O objetivo dessas redes é o de capacitar a troca e o compartilhamento de informações, coordenar a transferência de tecnologia em nível regional e facilitar a inclusão de temas de biodiversidade em agendas nacionais. A rede temática na qual está inserida a FOB é a de áreas protegidas (RTAP), que tem o objetivo de

promover um compartilhamento de informações mais efetivo sobre áreas protegidas, internamente e entre os países das Américas, contribuindo para um esforço global nesta área [...] Dentre as atividades principais da RTAP podemos destacar: levantamento, digitalização, padronização e disseminação de dados sobre áreas protegidas; promover o acesso e aperfeiçoamento de métodos e ferramentas de avaliação da efetividade de áreas protegidas, com o intuito de compartilhar as melhores práticas e lições aprendidas. <sup>49</sup>

A citação é importante porque expõe a importância da categoria rede na análise dos movimentos, já que é esta conexão que permite o desenvolvimento de suas ações. Desta

---

<sup>48</sup> A primeira menção direta à sustentabilidade na documentação da ARCA só foi veiculada em informativo do ano de 2002.

<sup>49</sup> Disponível em <<http://www.iabin.net>>. Acesso em: 04 ago. 2007.

forma, a FOB evidencia essa tendência de inserção no paradigma das redes, até mesmo pela associação ao grupo que aglutina as fundações empresariais e institutos no Brasil, o Gife. Essa tendência de inclusão da FOB em políticas de redes, quando contrastada com as restrições desse paradigma no que se refere à ARCA apenas corrobora a idéia de que as duas décadas finais do século XX brasileiro representaram um momento decisivo nos paradigmas de associativismo civil. A erosão do campo de ação dos movimentos populares, a construção de uma sociedade em rede, as conjunturas da política neoliberal a partir da derrocada do Estado de Bem-Estar Social e a conseqüente retração do Estado, abriram espaço a partir da segunda metade da década de 1980 para a explosão dos novos paradigmas de associativismo civil, impulsionado ainda pelo fortalecimento da sociedade civil, a partir do processo de redemocratização. A ascensão das formas de mobilização em rede é fundamental para a compreensão do fortalecimento dos movimentos ambientais no período, na esfera das ações.

A discussão acerca das formas pelas quais atuam os movimentos ambientais foi desenvolvida até aqui. Há ainda um aspecto discursivo que foi tangencialmente abordado e que respalda os discursos dos movimentos, que se constituirá no tema do próximo capítulo: a consolidação de um princípio de responsabilidade no seio da sociedade em rede.

## CAPÍTULO II

### **A RELAÇÃO COM O CONHECIMENTO E A TECNOLOGIA: A busca por uma produção científica responsável**

*Nosso poder cresce por meio de sua utilização prudente; nossa segurança emana da justiça de nossa causa, da força do nosso exemplo, das qualidades temperantes da humildade e do autocontrole [...] O que é pedido a nós agora é uma nova era de responsabilidade.*

Barack Hussein Obama em seu discurso de  
posse presidencial

Seguindo o esforço de compreender as razões pelas quais o movimento ambientalista galgou níveis cada vez mais elevados de proeminência no cenário de mobilização global e nacional e persistindo na noção de que tal fenômeno desenvolveu-se no final do século XX, pode-se passar neste instante para uma tentativa de compreensão de seus aspectos discursivos. Uma vez que o primeiro capítulo se dedicou a evidenciar as mudanças que se processaram no interior das estruturas das formas de mobilização social – colocando os novos paradigmas de associativismo civil como fundamentais para o êxito de qualquer movimento social na sociedade em rede – o restante do trabalho procurará pôr em relevo o surgimento de discursos que potencializaram a causa ambiental, tentando também vincular esse surgimento às alterações profundas na sociedade que se processaram no período em questão.

O primeiro aspecto que é necessário problematizar é o intenso recrudescimento de uma nova imposição ética à produção científica e tecnológica que se desenvolve desde o segundo pós-guerra. Acredita-se que essa nova imposição engendra a formulação de um novo imperativo ético que acaba por se imiscuir em todas as esferas sociais, através da exigência de uma conduta responsável cada vez mais abrangente. Para que se possa prosseguir na problematização, dá-se continuidade ao cuidado de buscar junto aos próprios objetos de

pesquisa a identificação desse novo campo retórico e, a partir daí, pensar como se dá a relação entre o movimento ambientalista e essa produção de conhecimento e de novas tecnologias, assim como questionar de que forma essa relação estabelece e consolida um novo imperativo ético baseado na noção de responsabilidade.

## **2.1 ARCA: a responsabilização da universidade, o *locus* de produção científica**

O aspecto da produção de conhecimento científico para a aplicação em questões de cunho ambiental é evidente já no primeiro informativo publicado pela ARCA. O tema central acerca da postura da Universidade ante a causa ambiental destaca desde o início a preocupação em articular a produção acadêmica com mecanismos de intervenção direta na questão da recuperação e preservação do meio ambiente. Num primeiro momento, a ciência é caracterizada como aquela que até ali tinha servido muito mais ao aspecto destrutivo do que na promoção de ações práticas de preservação da vida. De acordo com o documento “a produção de conhecimento para a orientação dessas práticas, papel principal da Universidade, tem sido relegado a segundo plano, uma vez que as políticas da destruição colocam qualquer ciência a seu serviço, mesmo quando não são geradas para tal fim”<sup>50</sup>. O apelo em 1988 era para que o meio acadêmico despertasse para o envolvimento na formulação de propostas de intervenção direta para a correção de problemas ambientais. A positividade da ciência dependeria da apropriação que se fizesse dela, o que significa dizer que a ciência não era mais detentora de uma moral por si só. Desta forma, a produção de conhecimento na Universidade deveria motivar e impulsionar ações, não se restringindo a esterilidade da teoria *per se*. Essa passividade, que ao que parece, contradiz os princípios da produção científica e aparenta ser o principal motivo dessa apropriação pelas “políticas da destruição” do conhecimento científico. Desde já se estabelece o questionamento de uma ética positiva intrínseca à ciência.

A afirmação seguinte introduz nova tensão: “Ou fazemos deste compromisso, um compromisso social ou continuaremos a discutir e permitir a morte de nossos rios, reservas florestais, animais e inevitavelmente, do próprio homem”<sup>51</sup>. É importante observar que essa

---

<sup>50</sup> Documento 4.

<sup>51</sup> Documento 4.

idéia de morte do homem, ou seja, uma “morte essencial” daquilo que possibilita a existência da humanidade, é uma novidade sintomática. A destruição infligida pelo desenvolvimento inconseqüente pela primeira vez parece ser capaz de ultrapassar a sua posição de controle e ao homem (e cientista) assombra o sentimento de descontrole dessa técnica que pode extinguir as possibilidades de perpetuação da espécie.

Quando se recorda o espaço de ação da ARCA, a Universidade, compreende-se a importância conferida pela instituição a um necessário reposicionamento da mesma. Para a ARCA, a ciência no Brasil encontra no meio acadêmico o seu principal espaço de sobrevivência. Por isso, era tão urgente já na década de 1980 essa conscientização do potencial que a Universidade possibilita na formulação de políticas ambientais. Isso de certa forma já evidencia a tendência da ARCA de atrelar-se à esfera acadêmica, o que foi problematizado no capítulo anterior. É a partir daí que se pode aceitar a insistência da organização em defender a Universidade, principalmente levando-se em consideração o contexto de sua fundação e também o momento inicial de atuação. Como referido anteriormente, a identificação entre causa ambiental e oposição à ditadura ainda era muito recente e a Universidade na década de 1980 parecia ser encarada como meio privilegiado de resistência, luta, batalha e oposição, numa herança do movimento estudantil ativo no período ditatorial recém findado. Desta forma, estes primeiros apontamentos ao mesmo tempo em que situam a ARCA no campo de uma novidade discursiva (a preocupação de inserir a Universidade na urgência do debate em torno da proposta de ações ambientais), reiteram sua aproximação com o movimentalismo popular que começava a se esvaziar, aproximação esta perceptível até a atualidade.

Contudo, essa novidade – a necessidade de um posicionamento mais ativo da produção intelectual – não passa despercebida, ainda que esteja atrelada a essa exigência tradicional imposta a Universidade. O que se quer clarificar já neste ponto é que no interior dessa aparente continuidade refletida na discussão sobre o papel da produção acadêmica, está inserida uma mudança fundamental no que se refere ao questionamento mais abrangente sobre a possibilidade de continuidade da existência humana na Terra. Esse questionamento é a novidade em questão, ainda que inserido no contexto tradicional de crise da Universidade no cenário nacional, após a redemocratização<sup>52</sup>.

---

<sup>52</sup> Este fato ecoa desde o primeiro capítulo na reflexão aqui desenvolvida. Quando aponta as causas para a erosão do campo do movimentalismo popular (que abriu espaço para a ascensão dos novos movimentos sociais), Anna Maria Doimo indica os principais fatores que desencadearam o processo, para além do mero restabelecimento dos canais tradicionais de participação política advindos com a redemocratização. Seriam eles: o recuo da Igreja a partir do Concílio Vaticano II, com conseqüente retração do comunitarismo de inspiração marxista, abrindo

Assim, a discussão sobre esse novo imperativo ético proposto à ciência, no que se refere à ARCA, reflete-se na questão do papel da Universidade. Essa crise de identidade e a nova possibilidade de relação entre academia e ambientalismo são perceptíveis na citação abaixo:

A Universidade foi concebida para a explicação dos fenômenos segundo os dogmas da fé. E no séc. XIII talvez fosse a universalidade de um código de conduta necessário para *o alçar vôo da ciência – o decolar da consciência humana que hoje se encontra perplexo frente à natureza*. O período industrialista da sociedade gerado pela livre chance da acumulação castrou a universidade de grande parte de suas “pulsões”. A Universidade cresceu orientada pelo desenvolvimento tecnológico, inibindo o conhecimento na sua vertente especulativa. Fragmentou e multiplicou seus focos de explicação e impediu que enquanto instituição se realizasse a produção que lhe daria sentido. Agora a produção se mostra nua, vorás, destrutiva e consuntiva. A própria reprodução da humanidade está ameaçada e a natureza cobra sua consciência. A Universidade *tem que se reconhecer, tem que assumir o papel que lhe dá sentido e inteireza*. Quem sabe a ecologia, o ambientalismo possa ser seu novo paradigma<sup>53</sup>. (grifo meu)

Nas palavras da própria instituição, a Universidade possui um significado essencial, que parece estar ligado à universalidade do conhecimento e do saber, já apontando para a crítica da crescente especialização corrente no que se refere às áreas de conhecimento. É nesse ponto que o “homem científico” encontra-se “perplexo frente à natureza”, que cobra as intervenções mal calculadas ao longo da história da aventura humana. Mas de onde viria a solução para tal perplexidade senão do próprio conhecimento?

Todavia, algumas mudanças na produção do conhecimento precisavam acontecer para que este pudesse servir aos préstimos do ambientalismo. A principal dificuldade, nas palavras do professor Gerd Borheim, do Departamento de Filosofia da UFRJ, era justamente a excessiva fragmentação da Universidade e do saber, através da plurificação da ciência. Defendendo o uso do conceito “ambiental” em lugar do “ecológico” (como explicitado no capítulo anterior), Bornheim questiona:

Será que as Ciências que compõem o Meio Ambiente e que são praticamente todas elas, desde que estas ciências se orientem para tal, para formar-se o Meio Ambiente, será que este não seria o centro de convergência fundamental, o mais essencial das atividades da Universidade, de tal maneira

---

espaço para novas formas de espiritualidade como a Renovação carismática; a mudança do perfil das ONGs que abandonaram a posição de mera assessoria a movimentos populares, passando a incorporar critérios de eficácia e a dedicar-se a ações mais propositivas em termos de políticas públicas; e, o mais importante nesse momento, o abandono do otimismo teórico da intelectualidade acadêmica, na medida em que o segmento de esquerda se afastou dos movimentos em busca de uma organização partidária. De qualquer forma, a crise de identidade da Universidade brasileira é tema que subjaz a toda a análise efetuada a partir da ARCA.

<sup>53</sup> Documento 4.

que esta convergência toda possa ser vinculada de fato com a coletividade que vive em torno da Universidade?<sup>54</sup>

A Universidade, através de da interdisciplinaridade atingiria, o interesse do ambientalismo ao assumir diversas funções: de esclarecedora, pesquisadora, reparadora, indicadora, aconselhadora, etc.; buscava-se uma responsabilização de todos os membros da coletividade. Porém, a análise do professor é ainda mais arguta: segundo ele, essa busca não pode significar a mesma tentativa dos positivistas de recuperar uma “chave”, uma lei única de toda natureza. A pluralização da ciência e a especialização daí decorrente não eram necessariamente o problema. A questão é a necessidade da busca por uma Unidade, não mais de matriz teológica, como havia sido no início da universidade na Idade Média, “mas nesta realidade, neste mundo, que afinal de contas é a nossa casa, a nossa morada, ainda que ameaçada. Então é assumir essa casa”<sup>55</sup>. Vê-se que o que poderia conferir novamente sentido à Universidade era, na visão do filósofo, a própria causa ambiental.

A segunda chave é ainda mais fundamental aos objetivos deste capítulo. Ela questionava a possibilidade de que a questão ambiental abriria uma nova perspectiva ética ou até mesmo um novo projeto social – quem sabe até um “modo de produção ecológico”<sup>56</sup> –, isto é, um novo modo de conceber a relação entre homem e natureza. Na resposta, o professor Bornheim apontava: “nenhum grande filósofo do nosso tempo conseguiu de fato elaborar uma nova ética”<sup>57</sup>, e prosseguia na crença de que as mudanças de valores ainda não haviam sido plenamente sentidas para que se viabilizasse uma nova ética. “Não me parece suficiente porque é sempre uma ética do indivíduo, ou da felicidade enquanto indivíduo [...] Uma nova ética teria que ser mais coletiva, mais social e mais política”. A reflexão do professor será retomada no capítulo seguinte, uma vez que o tema aqui é a busca pela relação entre ambientalismo e ciência, na medida que novas exigências passam a ser impostas à produção do conhecimento.

Os Seminários Nacionais sobre Universidade e Meio Ambiente foram, naquele momento, o exemplo mais bem acabado dessa nova exigência feita à produção científica. De acordo com o Jornal da Arca, os encontros evidenciavam “a importância que assume a questão ambiental para um novo posicionamento da Universidade frente à Ciência e a

<sup>54</sup> Documento 4.

<sup>55</sup> Documento 4.

<sup>56</sup> A cacofonia resultante da aproximação dos dois conceitos apenas reforça a aproximação da ARCA com a intelectualidade de esquerda.

<sup>57</sup> A ironia está posta pelo desconhecimento até então da obra de Hans Jonas, que inspira o título deste capítulo e será analisada no item 4, mais adiante.

Comunidade”<sup>58</sup>. É certo que este novo apelo e imposição – que se manifestam através de termos como *compromisso*, *assumir o papel*, *novo posicionamento*, etc. – surgem a partir da constatação de que o tão propalado progresso científico havia conduzido a humanidade ao extremo de suas possibilidades. Assim, a noção de *risco ambiental*, ou seja, a constatação de que o intenso desenvolvimento tecnológico se tornou a principal causa dos problemas ambientais, aparenta ser motivo fundamental para essa novidade ética, num momento em que, como já se mostrou anteriormente, a própria positividade do saber e do conhecimento científico passa a ser questionada. A mobilização em que a ARCA então se inseria ressaltava, na visão da própria instituição, “a urgência da participação da Universidade na luta pela preservação das condições ambientais que nos últimos anos, no Brasil, vem se degradando de forma massiva e apavorante”<sup>59</sup>. O que se quer clarificar é que a análise da construção discursiva deste novo imperativo ético não significa ignorar os problemas ambientais que se agravaram com a contínua aceleração do desenvolvimento tecnológico e desde a década de 1980 são alardeados. Logo, a inquestionável degradação ambiental e o risco que dela advém são os motivos propulsores dessas novas exigências éticas.

Tais exigências vão sendo identificadas desde o início das ações da instituição e são perceptíveis nas vozes de diversos atores ligados a ela, como os próprios acadêmicos entrevistados nessa primeira edição do Jornal da ARCA. Toma-se como primeiro exemplo uma discussão empreendida pelo Professor Norbert Fenzl, da Universidade Federal do Pará, a respeito de uma novidade para a época (que por sua vez ressalta a crescente imposição de pautar ações de acordo com princípios de responsabilidade ambiental): a exigência legal que se criava naquele instante da elaboração de um Estudo de Impactos Ambientais (EIA) e de um Relatório de Impacto Ambiental (Rima) para a execução de projetos que afetassem o meio ambiente. A novidade por si só demonstra a preocupação em inserir na noção de desenvolvimento uma limitação de responsabilidade ambiental. Contudo, o problema estava na natureza dos organismos que empreenderiam tal análise. Num primeiro momento, o professor fez questão de salientar o aspecto positivo do Rima, uma vez que “obriga’ as empresas antes de implantar algum projeto, a fazerem um relatório de bases ambientais”<sup>60</sup>. O problema, a seu ver, estava no fato de que estes relatórios, uma vez produzidos pela empresa interessada na execução da obra, sofreriam inevitavelmente a influência subjetiva de seus financiadores, o que colocaria em xeque sua credibilidade científica, por assim dizer. A defesa

---

<sup>58</sup> Documento 4.

<sup>59</sup> Documento 4.

<sup>60</sup> Documento 4.

do professor era a de que um estudo como esse, para atingir o máximo de objetividade, deveria ser efetuado no âmbito da Universidade, o que retoma mais uma vez o imperativo que se buscava impor. Nas palavras do professor:

Eu pessoalmente acho que a Universidade e a comunidade universitária ainda têm em relação aos problemas gerais e ambientais da sociedade uma posição muito elitista. Ela é muito antiga, a Universidade pesquisa, mas não se mete em nada. Nós temos a liberdade de pesquisar, mas nós não aceitamos ser enquadrados numa determinada realidade mais concreta, para não, digamos assim, ser comprometidos com tudo o que possa vir a acontecer futuramente com nosso produto<sup>61</sup>.

A questão se torna reflexiva na ótica do professor, uma vez que a própria Universidade se eximia da responsabilidade de efetuar Rimas para conduzir suas ações. Como, pois, exigir que outros o fizessem de modo adequado? A necessidade de responsabilização transparece em outros momentos de seu texto: “[A Universidade] tem que se comprometer com o que está aí e na medida em que ela se compromete, que faz o problema também seu, é que a solução surge”<sup>62</sup>.

Essa chamada de responsabilidade está profundamente vinculada a uma tentativa de reversão nos mecanismos das dinâmicas entre a inovação tecnológica e ações ambientais. A questão chave era a probabilidade de que as gerações futuras tivessem impossibilitadas a sua perpetuação. Em uma das perguntas feitas neste primeiro informativo a uma das entrevistadas, tal preocupação é exprimida: “Qual é a importância das Associações ecologistas na organização da Sociedade Brasileira no sentido de garantir melhores condições de vida e preservação das nossas riquezas num futuro próximo?”<sup>63</sup>.

Essa nova imposição pode ser identificada em diversos depoimentos. Um bom exemplo foi a criação do Instituto do Trópico Subúmido na UCG, com participação da ARCA, potencializando as possibilidades de produção de conhecimento específico do Cerrado, indicando a busca por uma ação mais propositiva da ciência. Nas palavras de um dos pesquisadores do instituto à época vê-se claramente o peso da ciência nessa nova perspectiva:

Este trabalho tem como objetivo conseguir, através da pesquisa científica, elementos que subsidiem, de forma efetiva, as discussões em torno das questões ligadas ao cerrado e de seus problemas sociais. Só é possível um debate consistente destas questões quando o discurso não é vazio, mas sustentado por um conhecimento preciso daquilo que se fala e defende. E

---

<sup>61</sup> Documento 4.

<sup>62</sup> Documento 4.

<sup>63</sup> Documento 4.

uma maneira de se conseguir isso é através do conhecimento científico que o ITS quer proporcionar.<sup>64</sup>

Assim, o conhecimento científico é aquele que confere viabilidade à causa ambiental, levando à conclusão de que o questionamento à ciência definitivamente não implicou em uma refutação da mesma. O que se acredita é que a crise ambiental foi concebida como tal a partir da década de 1980 e impôs severos questionamentos à ciência, basicamente devido à percepção de que a moral positiva não lhe era intrínseca, ou seja, constatou-se o caráter amoral do conhecimento científico. Contudo, essa mesma constatação idealiza a concepção de um novo imperativo ético que, uma vez aplicado aos círculos de produção científica, coloque o conhecimento e a técnica a serviço da causa ambiental.

No caso específico da ARCA esse questionamento ao aspecto positivo da ciência e do desenvolvimento, em razão da aproximação com o movimentalismo popular e com a intelectualidade de esquerda, alia esta reflexão em alguns momentos aos clássicos enfrentamentos à acumulação do “capital” e à destruição que o industrialismo capitalista efetuou, em nome dessa acumulação. Por isso, numa tradicional e sucinta recuperação do histórico dos problemas ambientais brasileiros, lê-se:

Desde a “descoberta”, nossos dias têm sido uma sucessão de agressões à natureza e aos brasileiros. Os ciclos econômicos demonstram isso [...] Com Goiás também não foi diferente [...] A confusão que se faz com progresso e destruição não é de hoje, e isso implica que a luta daqueles que se apresentam para defender o meio ambiente equilibrado e a qualidade de vida da sociedade é de uma grandeza infinita.<sup>65</sup>

Mais uma vez este é um tema que retoma aspectos do capítulo anterior. A incorporação das demandas por justiça social e intervenções nesse sentido, que evidenciam a aproximação com o movimentalismo popular, discutida anteriormente, no que se refere à responsabilização pelos problemas ambientais, toma os mesmos vilões. Em nota no ARCA Viva de 1994, intitulada “Os responsáveis”, destaca-se:

Já se sabe que a população pobre da Terra não é a principal responsável pela devastação do meio ambiente. As grandes potências reconheceram, durante uma reunião da ONU, em Nova Iorque, que a culpa é mesmo do alto padrão de consumo dos países industrializados. Apesar de representarem apenas um quarto da população do globo, eles consomem 75% das matérias-primas e produzem a mesma percentagem do lixo mundial.<sup>66</sup>

<sup>64</sup> Documento 5.

<sup>65</sup> Documento 6.

<sup>66</sup> Documento 6.

Desta forma, ganham centralidade no processo de degradação ambiental o progresso tecnológico dos países centrais e o consumismo inconseqüente que dele decorre, aproximando o ambientalismo da crítica a determinados padrões do processo de globalização. É nesse discurso, um dos mais tradicionais dos detratores deste processo, que a tendência à esquerda do movimento encontrará a possibilidade de reverberar suas críticas mais habituais.

Outra questão analisada em um dos informativos da ARCA, que se relaciona com essa perspectiva mais recorrente, que evidencia a nova problemática, está no editorial do Arca Viva de 1995, em discussão acerca do conflito entre Brasil e EUA acerca da guerra de patentes. A crítica aos norte-americanos era a de que, como líderes da indústria da Biotecnologia (que movimentava então 200 bilhões de dólares), não queriam abrir mão do registro das patentes. A discussão era para que os EUA assinassem o tratado da Biodiversidade, passando a respeitar o direito de cada país de proteger a sua própria biodiversidade (e explorá-la é claro). A questão é interessante porque coloca o problema contemporâneo da ciência na busca pelo lucro, muitas vezes indiferentes às exigências éticas. No caso, o prejuízo brasileiro acarretava a diminuição da possibilidade de reverter a exploração coerente de sua biodiversidade em melhor qualidade de vida para, pelo menos, a população ligada à atividade em pauta.

Seguindo na identificação deste clamor ético e na sua relação com essa herança movimentalista, já em 2000, após anos de experiências, a então presidente da ARCA, Miraci Kuramoto Nucada, formula alguns novos pontos acerca do agir ético, proposto pela instituição.

A caminhada do homem através dos séculos trouxe inúmeras inovações e facilitou a vida de todos em decorrência do avanço da ciência, que proporcionou o desenvolvimento tecnológico. No entanto, é mais difícil constatar essa mesma velocidade de crescimento quanto aos aspectos morais e afetivos do homem, pois uma grande percentagem persiste num estágio pouco além da barbárie, seja porque ainda não pode avançar ou por invigilância [...] A sobrevivência tem sido o principal mote para o assassinato no passado e também para o homem agir em desacordo com o seu próprio discurso, no presente. Outra atitude contraditória refere-se àqueles que elegem uma bandeira de luta que lhes parece correta com direito à cobrança e postura de seus semelhantes, mas, em outros aspectos da vida é injusto, talvez até impiedoso e, muitas vezes, aético [...] O certo e o errado passam a ser relativos, depende da situação, do lado ou dos envolvidos.<sup>67</sup>

---

<sup>67</sup> Documento 8.

Assim, a mesma exigência que se fazia à Universidade, por uma ética que associasse a teoria à prática, é aqui transferida para o próprio sujeito. É ele que deve se responsabilizar por se auto-educar e buscar a coerência entre o que diz e o que faz. A responsabilização vai sendo individualizada. Essa crítica é relevante no contexto de análise da ARCA uma vez que nela, a então diretora se dirige a causas sociais geralmente defendidas por movimentos mais tradicionais, como a moradia, reforma agrária, que vêm seus objetivos como fins em si mesmos, que para serem conquistados, incluiriam a “violência à natureza”. Desta forma, na virada de século, a ARCA parece se distanciar da postura mobilizacional, ainda que se possa perceber alguns de seus traços.

Outro fator importante a se destacar é o que se afirmou anteriormente sobre a responsabilização do sujeito. Para que se possa chegar a um nível de plena “educação”, ou seja, para que os discursos não se limitem ao campo teórico e passem à esfera da ação, é necessário, aos olhos da ambientalista, um comprometimento individual de cada ser humano.

Sairmos da barbárie, aprimorar nosso lado afetivo, moral, intelectual para compatibilizar com o desenvolvimento tecnológico alcançado pela humanidade só depende de cada um de nós: esforçar para educarmo-nos, aprender a respeitar o próximo é a condição para, enfim, termos um ambiente saudável e uma melhor qualidade de vida. É necessário que nos dediquemos de corpo e alma, 24 horas por dia, a construir em nosso interior o novo ser humano eticamente aprimorado e fraterno, numa batalha ardorosa tal como se livra de um vício.<sup>68</sup>

Essa necessidade imperiosa de auto-educação se reflete em diversos exemplos práticos que conduziriam a uma atitude responsável. E ainda que seja o tema do próximo capítulo, pode-se aqui destacar alguns destes exemplos que refletem de modo sucinto ações que apelam a essa responsabilidade individual, ao mesmo tempo em que questionam o agir científico.

Ainda no informativo de julho de 2000 lê-se extensa matéria acerca dos transgênicos. O tema se coloca como um dos mais bem acabados exemplos no que se refere à exigência de uma nova ética da ciência, que tem suas bases lançadas no agir ético do indivíduo. Se a idéia de alimentos *frankenstein* põe em relevo o nível de questionamento das ações morais da ciência contemporânea diante das possibilidades que se abrem através da manipulação genética, é na rejeição do consumidor a estes produtos que estaria a maior arma dessa nova consciência que se impõe ao ser humano “eticamente aprimorado e fraterno”. O

---

<sup>68</sup> Documento 8.

apelo da matéria veiculada é para que o consumidor tenha assegurado seu direito de escolha, através da correta identificação de alimentos transgênicos e exorta: “Informe-se e tome partido”<sup>69</sup>. Assim, o questionamento à ciência e a exigência de limites éticos à mesma só se confirmaria na medida em que tal questionamento partisse de um clamor individual, através da auto-educação.

É importante perceber, no entanto, que esse discurso em favor do engajamento individual foi assumindo gradativamente um caráter de ação mais tangencial e menos direta, reforçando o relativo distanciamento da ARCA em relação aos paradigmas do movimentalismo popular. A noção de responsabilidade individual é apontada aqui também como uma das bases do apelo ao voluntariado que é um dos critérios de classificação das associações sem fins lucrativos.

Tema que exemplifica bem a idéia dessa individualização responsável se deu quando da dificuldade enfrentada em 2000, no contexto brasileiro, em relação à crise energética, com a possibilidade de apagões. A matéria publicada no informativo da ARCA do final daquele ano aponta para a necessidade de economizar e investir em fontes alternativas através de medidas simples como o incentivo ao uso de lâmpadas fluorescentes e a diminuição do tempo utilizado nos banhos: ações cotidianas. Na mesma edição, como uma alternativa aos transgênicos, dá-se grande atenção à agricultura orgânica, isto é, a alimentos que não usam agrotóxicos ou manipulação genética. Estes exemplos demonstram que a possibilidade de intervir na questão ambiental encontra na atitude responsável de cada indivíduo uma de suas principais armas.

Aparentemente, é possível perceber que essa nova imposição por uma ação e em alguns casos ao consumo responsável, de alguma forma está ligada à proposta de um novo estilo de vida, desvinculada do ímpeto consumista associado à sociedade tecnológica. Assim, não parece ser imprudente visualizar a necessidade de uma nova ética individual, como um produto dessa mesma imposição à ciência e produção tecnológica. De alguma forma, o temor ancestral do domínio do homem pela máquina – e atualmente, de modo mais amplo, pela produção científica – está refletido nessa busca pela libertação de um estilo de vida e inconseqüente, que aponta na direção da construção de uma nova identidade, tema do próximo capítulo. Paradoxalmente, nessa busca por uma nova consciência e por mecanismos que atenuem o mal já causado, possibilitando ao indivíduo novo modo de vida, não parece haver outra saída senão a própria retomada da ciência, como fonte propositora de soluções e

---

<sup>69</sup> Documento 8.

alternativas. Começa-se a estabelecer, portanto, uma problemática fundamental para o movimento ambientalista: a sua ambígua relação com a ciência, ao mesmo tempo causa e solução para os problemas ambientais.

No caso da ARCA, essa relação se manifesta basicamente no envolvimento com projetos de planejamento urbano.

Entre estes projetos constam Planos de Urbanização e regularização fundiária para áreas de ocupação espontânea, Planos Diretores e diretrizes para o planejamento de vários municípios do Estado de Goiás, Planos de Manejo de praças, parques, reservas e equipamentos sociais em diversas cidades de Goiás e bairros de Goiânia; Elaboração de estudos e criação de Áreas de Preservação Ambiental (APA); promoção e realização de cursos, workshops, palestras e especializações.<sup>70</sup>

Portanto, a ligação com o meio acadêmico ressalta a imprescindibilidade do conhecimento técnico para a ação da instituição. Esta parceria não se dá somente com a Universidade Católica de Goiás, mas com outras instituições universitárias, como a UniEvangélica em Anápolis, a Universidade Estadual de Goiás e o Instituto de Estudos Sócio-Ambientais (IESA) da Universidade Federal de Goiás. Logo, não parece ilegítimo salientar a coerência entre o discurso que marcou o início da instituição em direção à responsabilização da Universidade na proposição de soluções e a concretização desse apelo em sua linha de atuação mais privilegiada. A realização de cursos de pós-graduação se mostra um dos principais meios de formação de profissionais e técnicos voltados para a proposição de soluções, em acordo com a preservação e recuperação ambiental:

As aulas se destinam à capacitação de profissionais das mais diversas áreas educacionais que possam contribuir tecnicamente com o desenvolvimento de planos de ações urbanas e ambientais. Além de subsidiar universidades e órgãos de governo, a especialização proporciona aos alunos o conhecimento de técnicas de caracterização do ambiente natural e do construído, com destaque para seus potenciais de utilização, bem como o aperfeiçoamento da metodologia de reconhecimento e análise dos problemas urbanos e dos recursos naturais.<sup>71</sup>

Assim, percebe-se que a problemática da relação com a produção de conhecimento científico aplicada à ARCA, liga-se ao modo pelo qual a ONG se estrutura desde sua criação. A realização de planejamentos urbanos e a execução de alguns deles no âmbito universitário reforça a Universidade como *locus* de ação privilegiado. Acerca da

<sup>70</sup> Disponível em <<http://www.arca.org>>. Acesso em: mar. 2008.

<sup>71</sup> Disponível em <<http://www.arca.org>>. Acesso em: mar. 2008.

defesa do planejamento e ciente das dificuldades para efetivá-lo, lê-se na palavra de arcano introdutória ao informativo de abril de 2003:

O que tem feito nossos centros de produção do conhecimento e as universidades pela cidade? Têm pressionado o governo e as forças políticas para que o conhecimento seja aplicado a fim de melhorar a qualidade de vida das pessoas? As organizações da sociedade civil estão acompanhando a dinâmica urbana? A imprensa é testemunha ocular dos acontecimentos e consegue intervir criticamente em seu local de influência? Todos nós temos responsabilidades para com a cidade em que vivemos.<sup>72</sup>

Essa responsabilidade não se restringe, por conseguinte, somente à esfera da pesquisa científica, mas se estende a todas as esferas sociais. Como se afirmou anteriormente, no interior dessa mobilização, o discurso da responsabilidade imposta à ciência consolidou-se até chegar ao apelo à ação do sujeito e constitui-se como problemática maior do próximo capítulo. Antes, porém, importa efetuar a mesma análise no que tange à Fundação O Boticário, buscando entrever a possibilidade de aplicar o problema da relação entre ambientalismo e ciência à instituição, bem como identificar as diferenças e semelhanças em relação à ARCA, na medida em que sua estruturação, como apontado no capítulo anterior, se deu no contexto de plena disseminação dos novos paradigmas dos movimentos sociais e da consolidação do discurso em favor da preservação ambiental.

---

<sup>72</sup> Documento 11.

## 2.2 Fundação O Boticário: mercado, responsabilidade e ciência

Para uma adequada visualização da mesma problemática analisada a partir da ARCA na Fundação O Boticário, pode-se iniciar pelos fatores apontados anteriormente, que motivaram Miguel Krigsner a criar a instituição. Ganha relevo neste ponto a influência de José Lutzenberger, que mesmo não se envolvendo diretamente na criação da FOB, parece ter sido fundamental na propagação de alguns ideais, o que pode ser depreendido na análise dos documentos da instituição. Assim, começa-se a partir de um texto da autoria de Lutzenberger, disponibilizado na página virtual da Fundação Gaia, criada pelo ambientalista, que apontará muitos dos questionamentos e propostas de atuação adotados pela Fundação O Boticário.

Como engenheiro agrônomo pós-graduado em engenharia do solo, Lutzenberger possuía conhecimento técnico e científico suficiente para produzir um texto permeado por uma linguagem técnica sem, contudo, distanciar-se do público leigo nos detalhes que apresenta. O texto intitulado “Gaia” foi escrito originalmente em 1986 e atualizado com alguns pequenos comentários em nota em 1994. Analisá-lo, ainda que brevemente, oferece a oportunidade de entrever a década de 1980 como o momento básico de questionamento ao extremo desenvolvimento tecnológico e ao afastamento entre ciência e moral. O ambientalista inicia afirmando a postura da ciência em relação ao meio ambiente.

a visão cartesiana que ainda domina grande parte do pensamento científico atual coloca-nos como observadores externos da Natureza. Daí o conceito de "ambiente natural". O ambiente é visto como algo externo a nós, no qual estamos total e umbilicalmente imersos, é verdade, mas que não faz parte de nosso ser – uma dicotomia bem clara.<sup>73</sup>

A problemática que incomoda o autor pontifica já no início: a externalização da concepção do ambiente, isto é, a objetivação do mesmo estabelece uma dicotomia clássica, que se mostra como fator da degradação produzida em nome do progresso científico. Percebe-se, portanto, que as bases para a relação com a ciência estabelecida pelo movimento ambiental, aparentemente se fundamenta numa reformulação da visão que se tem do ambiente. Desta forma, parece possível afirmar que as ciências ambientais não surgem a partir de uma concepção tradicional de ambiente e natureza, uma vez que sua epistemologia está calcada em uma nova perspectiva desses conceitos. A ambígua relação com a ciência começa

<sup>73</sup> Disponível em <<http://www.fgaia.org.br/texts/t-gaia.html>>. Acesso em: jun. 2008.

então a ser esclarecida neste ponto. De fato, todo o texto de Lutzenberger se direciona no esforço de defender a necessidade de uma nova concepção de ambiente, de natureza, pois só a partir daí o cientista poderá estabelecer uma correta relação com o mesmo. A crítica à postura tradicional da ciência continua:

Temos hoje a cibernética e a sinérgica, mas são raros, muito raros, os que observam a Natureza, muito mais raros ainda, aqueles que lidam com o Mundo dentro dos enfoques destas disciplinas. A doutrina que norteia a tecnologia moderna baseia-se, sempre, em visão reducionista. Os alvos são estreitos, o raciocínio é linear.<sup>74</sup>

A argumentação do autor caminha então na direção da proposta de uma visão sinérgica, simbiótica entre o cientista e o objeto de sua ciência. Nesse sentido, Lutzenberger usa de diversos exemplos para elucidar suas idéias. Destaca-se aqui o trecho em que fica evidenciada a coerência do autor que, tendo trabalhado numa das maiores multinacionais de defensivos agrícolas, profere a crítica:

Até as criaturas que costumamos classificar de pragas ou parasitas têm sua função. A moderna agronomia não estaria trabalhando com enxurradas de venenos se não tivesse esquecido que a "praga" só ataca hospedeiro doente, desequilibrado, desajustado. Atacando somente os indivíduos marginais dentro das populações, os organismos parasitas constituem-se em mais um crivo da Seleção Natural, que esmera constantemente as espécies, faz surgir sempre mais diversidade, sempre mais sinérgico, sempre mais ciclos e epiciclos de reciclagem dos recursos dos quais se serve a Vida.<sup>75</sup>

Este é um claro exemplo da tese do autor. A incoerência da ciência na busca por satisfazer os anseios pela otimização da técnica – nesse caso, agrícola – ignora os processos básicos de adaptação das espécies, que não são tidas somente como espécies isoladas, mas como integrantes de todo um ciclo mais abrangente de Vida (em que a inicial maiúscula muito acrescenta). Ora, a percepção é a de que atacando as “pragas”, o homem interfere num ciclo de diversidade que cedo ou tarde retornará sobre ele e o afetará. Desta forma, na visão do ambientalista, Descartes é o grande culpado por essa objetivação da realidade, que exclui o homem da totalidade: “A Vida jamais poderá ser compreendida nos termos que queria Descartes que, nos seres vivos, com exceção dos Humanos, via simples máquinas, relógios ou autômatos; robôs, como diríamos”<sup>76</sup>.

<sup>74</sup> Disponível em <<http://www.fgaia.org.br/texts/t-gaia.html>>. Acesso em: jun. 2008.

<sup>75</sup> Disponível em <<http://www.fgaia.org.br/texts/t-gaia.html>>. Acesso em: jun. 2008.

<sup>76</sup> Disponível em <<http://www.fgaia.org.br/texts/t-gaia.html>>. Acesso em: jun. 2008.

A crítica à postura da ciência recai também sobre a crescente especialização do conhecimento. Inclui-se aí a própria biologia, momento em que o autor chama a atenção para a pluralidade das ciências biológicas. Essa verticalização extrema do conhecimento apenas reforça a tendência a ignorar-se a totalidade do objeto, exemplificada na comparação irônica:

Quando observo o trabalho dos biólogos moleculares, que se aprofundam sempre mais na dança das macromoléculas dos gens nos cromossomos e no citoplasma, pouco ligando para o organismo como um todo, me vem a imagem de alguém que, querendo conhecer e compreender os magníficos sistemas ferroviários europeus [...] se limitasse a estudar, com o microscópio, as letras nas tabelas dos grossos manuais de horários dos trens, e que passasse a vida fazendo nada mais que isso.<sup>77</sup>

Entretanto, a inutilidade dessa atividade científica é relativizada pelo autor. Contudo, fica clara a crítica, fundamental na argumentação deste capítulo, de que essa postura esfaceladora do conhecimento, nas palavras do próprio autor, “nenhuma orientação ética nos proporciona”. Lutzenberger reflete sobre um aspecto fundamental que confere os alicerces aos novos questionamentos à ciência após a revolução tecnológica da década de 1970: “é dogma corrente em círculos científicos modernos que a Ciência nada tem a ver com valores, com ética, com política, com religião...”<sup>78</sup>. A afirmação é feita com pesar e subentende-se o anseio para que tal dogma seja revisto. A ciência precisa retomar algum aspecto ético, moral que a conduza<sup>79</sup>.

Em contrapartida a essa visão reducionista do conhecimento, o autor tece sua argumentação em direção à proposta de uma visão mais abrangente. Aos biólogos apenas científicos, opor-se-ia a figura do naturalista.

A diferença está na veneração! Para o naturalista, a Natureza não é simples objeto de estudo e manipulação, é muito mais. Ela é algo divino – não temos medo desta palavra – é sagrada, e nós humanos somos apenas parte dela. Daí a atitude do naturalista não poder jamais ser atitude de agressão, dominação espoliação. O naturalista procura a integração, a harmonia, a preservação, o esmero, a contemplação estética. Ele está no mesmo nível do artista, do

<sup>77</sup> Disponível em <<http://www.fgaia.org.br/texts/t-gaia.html>>. Acesso em: jun. 2008.

<sup>78</sup> Disponível em <<http://www.fgaia.org.br/texts/t-gaia.html>>. Acesso em: jun. 2008.

<sup>79</sup> Essa noção transparece também em outro momento. Quando defende a idéia de que não há acasos na evolução, Lutzenberger parece retomar algum princípio ordenador de todos os fatos, se não históricos, pelo menos evolutivos. Não fica claro se há a defesa absoluta dessa noção, mas partindo do pressuposto de que a *deep ecology* propõe uma nova utopia, não seria difícil supor a possibilidade de que essa utopia pudesse ser impulsionada por uma força supra-histórica, ou mesmo, supra-evolutiva, como se lê nos trechos: “Será mesmo acaso tudo isto? Que divino acaso! [...] Se bem que na Biologia tudo parece ser intencional – o ovo não teria sentido, não fosse para dar origem ao pinto – a maioria dos biólogos tem horror a qualquer sugestão de alvo, de finalidade preconcebida no maravilhoso processo da Evolução Orgânica.”

compositor, maestro, escultor, pintor, escritor, mas ele trabalha dentro da disciplina científica, em diálogo limpo com a Natureza.<sup>80</sup>

Fica clara no trecho a inserção do biólogo na vertente da ecologia profunda do movimento ambientalista. Essa concepção, que se cristalizará adiante na própria formulação da idéia do nome Gaia em referência à Terra, contudo, diferentemente do que se poderia supor, não está distanciada de uma íntima ligação com a ciência, como revela o texto de Lutzenberger. A associação imediata com a contracultura e com a busca de ecotopias em “sociedades alternativas”, tradicionalmente efetuada quando se refere à essa vertente do movimento ambientalista, pode ser relativizada quando, em meio a uma visão idealizada da relação homem/natureza, evidencia-se um sólido embasamento científico. Para além, Lutzenberger defendia a necessidade de que a ciência se pautasse por essa idealização.

É neste instante e a partir dessa proposição que o autor efetua uma longa exposição através de uma série de exemplos em linguagem técnica, buscando comprovar que a Vida só é possível na atmosfera terrestre e, numa relação recíproca ignorada por muitos e vista como grande novidade, ressalta como a própria Vida é responsável pela manutenção das características atmosféricas. A simbiose, portanto, se estabelece. Numa série de análises acerca dos gases que compõe a atmosfera, através de uma visão complementar da fotossíntese vegetal e da respiração animal, o ambientalista defende que não só os seres vivos dependem do planeta, mas ele também depende da vida em sua totalidade para manter suas características. Deste modo, qualquer alteração inconseqüente nessas formas de regulação e equilíbrio geradas ao longo de bilhões de anos põe em risco a manutenção dos mesmos. Daí o problema da intervenção humana. Em pouquíssimo tempo, quando comparado ao longo processo de equilíbrio estabelecido pelo planeta, o homem alterou profundamente as características que regulavam a simbiose perfeita. Na visão do ambientalista, tal fato é inédito e exige correção urgente. A sensação de que as novidades tecnológicas catapultaram a humanidade a níveis novos, exigiria logicamente uma nova postura.

Este é um fato totalmente novo! Um momento decisivo na vida de GAIA. Uma situação faustiana. O homem, conhecendo demais, talvez cedo demais, cego de orgulho e com gula incontável, desencadeou um processo de demolição que supera todas as crises anteriores [...] Por enquanto a intenção expressa da Sociedade de Consumo é continuar demolindo. A ordem é "desenvolvimento" a qualquer custo, quer dizer, tudo o que GAIA fez, será substituído por algo feito pelo Homem, em enfoque imediatista, sem levar em conta os sistemas de controle de GAIA.<sup>81</sup>

<sup>80</sup> Disponível em <<http://www.fgaia.org.br/texts/t-gaia.html>>. Acesso em: jun. 2008.

<sup>81</sup> Disponível em <<http://www.fgaia.org.br/texts/t-gaia.html>>. Acesso em: jun. 2008.

Essa situação decisiva parece contradizer algumas das noções básicas da lei da sobrevivência que comumente se articula. Contrariando até mesmo Darwin, Lutzenberger relativiza a noção de que só os mais fortes sobrevivem, uma vez que tal idéia pode ser encontrada na legitimação da busca por constante desenvolvimento técnico, que proporcione dominação e o uso do poder. “Quanto mais nos aprofundamos na Ecologia, mais nos damos conta que sobrevive o mais ajustado, o que mais harmoniza, que mais ressonância tem com a Sinfonia, entre eles criaturas tão delicadas, tão frágeis e vulneráveis como a orquídea e o beija-flor, a sarracênia e a perereca”<sup>82</sup>. Desta forma, a humanidade não deveria buscar somente o desenvolvimento da força, do seu poderio, da supremacia e até mesmo do controle da Vida (na concepção de Lutzenberger), como durante tanto tempo pretendeu a ciência. Talvez o homem devesse caminhar na direção contrária e reconhecendo a sua vulnerabilidade e fragilidade, assumir uma postura mais humilde diante da totalidade que o cerca.

Essa proposição de uma nova postura reverteria a atual atitude humana de “câncer no organismo de Gaia, devastando, fazendo extinções em massa, toxificando até que não haja volta”. Essa atitude destrutiva poderia ser revertida. Como fazê-lo? Na concepção do ambientalista, através da própria ciência. A problemática que se constitui no tema deste capítulo, a relação do ambientalismo com a ciência, se cristaliza. “Se soubermos usar sabiamente o potencial intelectual que ela [ciência] nos propiciou, assim como a fabulosa tecnologia que daí surgiu, poderemos até mesmo assumir o controle consciente de GAIA”. Escrevendo na década de 1980, o autor faz a analogia: qual seria o novo sistema nervoso de Gaia caso o homem consciente de suas ações se colocasse como a massa cinzenta do planeta? “A moderna eletrônica, com seus computadores sempre mais perspicazes, comunicação global instantânea por satélite, já começa a estruturar algo que quase poderia tornar-se um meta-sistema-nervoso planetário”. Ou seja, o estabelecimento de fluxos de redes é este novo sistema nervoso e retoma a tese discutida anteriormente de que o ambientalismo cresceu na medida em que a sociedade em rede se estabeleceu. Esse é o cenário de sua ascensão. A responsabilidade de idealizar e efetivar ações se repercute na responsabilidade de multiplicar essas ações, propagá-las, influenciando outros na mesma medida.

Logo, não basta ter a forma ideal para os fluxos de trocas de informações e experiências. O que está em jogo agora é o conteúdo desses fluxos, que devem alicerçar-se numa nova postura da ciência em relação à natureza, seu objeto. “Se conseguirmos esquecer

---

<sup>82</sup> Disponível em <<http://www.fgaia.org.br/texts/t-gaia.html>>. Acesso em: jun. 2008.

nossas querelas, acabar com a prostituição da Ciência para a demolição da Vida e para os delírios da corrida armamentista e da ‘guerra nas estrelas’, se conseguirmos colocar nosso gênio em ressonância com GAIA, só o futuro poderá dizer das alturas alcançáveis”.<sup>83</sup>

Retomando sua visão holística, pensa que o maior risco oferecido não é à Gaia em si, mas ao próprio homem. Desta forma, recupera-se este aspecto já entrevisto na análise referente à ARCA de que o risco em questão não é somente o da destruição da natureza, mas da própria existência humana na Terra.

A continuar a cacofonia atual, o desastre será total. Para nós! Talvez nem tanto para GAIA. GAIA tem muitos recursos, tem muito tempo. Com novas formas de vida encontrará saída. Sobram-lhe ainda uns cinco bilhões de anos até que o Sol, em sua penúltima fase evolutiva, ao tornar-se "gigante vermelho", venha expandir-se até aqui, antes de apagar-se lentamente. GAIA será recirculada nos gases incandescentes do Sol, assim como cada um de nós seremos recirculados no solo.<sup>84</sup>

Perceba-se, entretanto, o diferencial da afirmação. A inevitabilidade da morte distancia qualquer busca por perpetuação antropocêntrica. O que se defende não é a possibilidade de eternizar a existência humana, já que a própria Terra cumpriria seu ciclo e seria “recirculada” com a morte do Sol. O que se põe em questão é a capacidade que o homem demonstrou de antecipar esse ciclo. A morte essencial do homem, questão suscitada anteriormente, figura como inevitável, também como suicídio.

Poder-se-ia supor que a análise acerca da obra de Lutzenberger não está diretamente relacionada à Fundação O Boticário. Contudo, ela importa porque além da profunda ligação com o tema aqui analisado, as idéias do ambientalista são perceptíveis na conduta da instituição. A responsabilidade é tema freqüente em diversas ações da empresa O Boticário.

O futuro do planeta Terra depende do comportamento dos seres humanos em relação à sociedade, aos negócios e aos recursos naturais existentes [...] Preservar o equilíbrio do planeta é o melhor que podemos oferecer às gerações futuras e é com esta premissa que O Boticário atua na gestão dos seus negócios. Responsabilidade em relação às pessoas e à natureza são valores muito presentes na forma de gerir nossos negócios. Sabemos que uma empresa sozinha não consegue mudar o mundo, mas acreditamos que ela pode contribuir significativamente para que isto aconteça.<sup>85</sup>

<sup>83</sup> Disponível em <<http://www.fgaia.org.br/texts/t-gaia.html>>. Acesso em: jun. 2008.

<sup>84</sup> Disponível em <<http://www.fgaia.org.br/texts/t-gaia.html>>. Acesso em: jun. 2008.

<sup>85</sup> Disponível em <<http://www.boticario.com.br>>. Acesso em: jun. 2008.

Essa responsabilidade, como referida anteriormente, foi atrelada à marca pelos próprios consumidores. Logo, a FOB é vista como a primeira expressão da responsabilidade social da empresa frente à comunidade. E para cumprir a missão de promover ações de conservação da natureza, o reposicionamento do conhecimento científico na concepção dessas ações é fundamental, estando aqui presente o apelo feito por Lutzenberger. Nos valores da instituição destaca-se a busca pela “capacidade de agregar conhecimentos que contribuam para o desenvolvimento pessoal e organizacional, com intuito de ter flexibilidade, agilidade, proatividade, inovação e criatividade”<sup>86</sup>. A produção e troca de conhecimento e experiências é a base da atuação da FOB, retomando o aspecto das redes, o meta-sistema-nervoso planetário de Lutzenberger.

Neste sentido, a própria empresa O Boticário destaca sua participação no Comitê Brasileiro do Pacto Global, estabelecido em 2000. O documento mostra a consolidação plena na virada do milênio do discurso em favor de uma atitude responsável, que desde então vem sendo divulgada através das metas do milênio – que serão discutidas em momento posterior. Por ora, cabe ressaltar a tendência de reprodução da atitude. O termo estimulava a “ética na condução dos negócios e a promoção de valores fundamentais nas áreas de direitos humanos, direito do trabalho, meio ambiente e de combate à corrupção”<sup>87</sup>. Esse é o novo conteúdo de fluxos proposto por Lutzenberger; fluxos cuja promoção constitui também um dos objetivos do termo assinado. Ou seja, a responsabilidade reside não somente nas ações em si, mas também no dever de divulgar e influenciar através das mesmas.

Dentre os compromissos de responsabilidade defendidos pela empresa, está não somente a adoção de uma postura preventiva em relação ao meio ambiente e promoção da responsabilidade ambiental, mas também o objetivo de “comunicar sua política e suas ações para toda a sua rede de relacionamento, incentivando para que este compromisso seja assimilado e praticado por todos”<sup>88</sup>. Desta forma, o tema da responsabilidade e do efeito multiplicador de redes se concatena<sup>89</sup>.

Como exemplo de sua política de compromisso ambiental, o *site* da empresa faz questão de salientar algumas de suas principais determinações:

---

<sup>86</sup> Disponível em <<http://www.boticario.com.br>>. Acesso em: jun. 2008.

<sup>87</sup> Disponível em <<http://www.boticario.com.br>>. Acesso em: jun. 2008.

<sup>88</sup> Disponível em <<http://www.boticario.com.br>>. Acesso em: jun. 2008.

<sup>89</sup> Para tanto basta lembrar a inserção da FOB na IABIN, Rede Interamericana de Informação em Biodiversidade, que visa justamente à troca de informações e conhecimento técnico através do estabelecimento de algumas redes temáticas (no caso da FOB, a Rede de Áreas Protegidas). Disponível em: <<http://www.iabin.net>>. Acesso em: jun. 2008.

Atender à legislação pertinente e os requisitos subscritos pela organização; reduzir os impactos ambientais decorrentes de todas as atividades desenvolvidas nas suas instalações localizada no município de São José dos Pinhais, de forma a controlar e prevenir a poluição; garantir a saúde e segurança dos seus colaboradores, terceiros e visitantes, por meio da prevenção e minimização dos riscos do ambiente de trabalho; fortalecer o compromisso individual como base aos esforços coletivos de atendimento sistemático das metas.<sup>90</sup>

Para os interessados em verificar a coerência entre discurso e prática, ali estão também disponibilizadas ações diversas, como todo o processo acerca da estação de tratamento de efluentes da fábrica, o plano de gerenciamento de resíduos sólidos e até mesmo os indicadores de desempenho ambiental, que podem ser livremente verificados.

É neste contexto de busca por uma conduta responsável da empresa que a Fundação O Boticário encontra seu sentido. Como se referiu anteriormente, ela é de fato a primeira iniciativa de cunho “responsável” da empresa. Deve-se, portanto, procurar nas suas ações diretas a ambígua relação que se estabelece entre movimento ambiental e ciência.

O principal mecanismo de ação no início da Fundação O Boticário – o Programa de Incentivo à Conservação da Natureza (PICN) – já se configura como excelente exemplo da necessidade que o ambientalismo tem de que a ciência, através de uma nova significação do seu objeto de análise, contribua na idealização de ações de caráter ambiental. O financiamento de projetos desde o início privilegiou aqueles

voltados a ações de proteção ou pesquisas que forneceram suporte à tomada de decisões para a conservação da natureza, em todos os biomas brasileiros e nas 27 unidades da Federação, incluindo o ambiente marinho. Entre os temas apoiados por meio desse programa estão a promoção da conectividade da paisagem e estudos dos impactos das mudanças climáticas sobre os ambientes naturais.<sup>91</sup>

O resultado desses projetos é amplamente noticiado pela fundação, com destaque para a já referida descoberta de novas espécies, que homenageando a empresa financiadora, carregam seu nome na denominação científica. A FOB é clara no que se refere à seleção dos projetos científicos em cada edital semestral. O caráter conservacionista da entidade se evidencia através da rejeição de projetos voltados ao controle de efluentes, reciclagem de lixo ou ambientes criados pela atividade humana. O foco é a “primeira natureza”, os santuários de

<sup>90</sup> Disponível em <<http://www.boticario.com.br>>. Acesso em: jun. 2008.

<sup>91</sup> Disponível em <<http://www.fundacaoboticario.org>>. Acesso em: jun. 2008.

vida selvagem, as áreas de proteção e reserva. Os temas privilegiados refletem a necessidade de um conhecimento científico para seu desenvolvimento:

Conservação de espécies e comunidades silvestres em ecossistemas naturais; políticas voltadas à conservação de ecossistemas naturais; regeneração de ecossistemas naturais; prevenção ou controle de espécies invasoras; criação ou manejo de unidades de conservação; e, pesquisa sobre vulnerabilidade, impacto e adaptação de espécies e ecossistemas às mudanças climáticas.<sup>92</sup>

Um exemplo próximo de um desses projetos desvela com clareza a produção científica. Em projeto financiado em 1998, denominado de “Ecologia e conservação da onça pintada e onça parda no Parque Nacional das Emas e em fragmentos de cerrado do seu entorno”, uma equipe de biólogos agiu diretamente na maior unidade de conservação de Cerrado preservado no país. A localização no município de Mineiros, no estado de Goiás, coloca o parque na maior área de produção de grãos do Estado de Goiás, o que vinha isolando as áreas nativas do entorno. A descrição de toda a metodologia do trabalho – que incluiu coleta de dejetos de animais e monitoramento dos mesmos – além das conclusões acerca dos problemas relativos à própria condição dos animais, colaborou em ação, junto ao Ministério Público de Goiás, contra a construção da Hidrelétrica de Iturumim, no Rio Correntes, “que, caso ocorresse, alagaria 77.000 ha de extrema importância ecológica para a fauna do cerrado do Parque Nacional das Emas”.<sup>93</sup> O exemplo consegue evidenciar algumas problemáticas já discutidas – como o custo ambiental do “progresso” – e demonstra também de que forma essas pesquisas científicas estão diretamente ligadas à proposta de ações diretas que influenciam em diversos graus a sociedade, não se restringindo, portanto, ao âmbito institucional. É exemplo prático da forma pela qual a ciência pode e deve auxiliar na formulação de propostas, submetendo-se ao imperativo ético calcado na noção de responsabilidade, defendido pelos ambientalistas.

Além do PICN, o outro grande projeto da FOB, o Programa de Áreas Naturais Protegidas, também está intimamente ligado ao incentivo do estabelecimento de técnicas e técnicos capazes de intervir diretamente na gestação de idéias. O objetivo principal do programa é o de incentivar a conservação de terras privadas, monitorando unidades de conservação públicas e criando redes próprias de reservas naturais privadas.

Para aumentar o número e o percentual de áreas naturais protegidas no Brasil, a Fundação identifica as áreas potenciais, e por meio de um trabalho

<sup>92</sup> Disponível em <<http://www.fundacaoboticario.org>>. Acesso em: jun. 2008.

<sup>93</sup> Documento 23.

conjunto com seus proprietários, incentiva à conservação dessas terras. Esse incentivo se dá através de orientações técnicas e por mecanismos legais, além da indicação das medidas de proteção mais adequadas para a efetividade da ação.<sup>94</sup>

Toda essa “orientação técnica” e “indicação de medidas de proteção” contam em sua origem com a pesquisa científica. Essa atuação está intimamente ligada à inserção da FOB nas redes de proteção ambiental, tanto que a geração de conhecimento conta com parcerias junto a órgãos públicos e até mesmo instituições de ensino estrangeiras.

Analisar o nosso patrimônio natural já protegido é uma forma de subsidiar ações e políticas públicas que garantam a continuidade e a eficácia dos caminhos já trilhados pelo Poder Público. Assim, em parceria com o IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente –, o Centro para Conservação Tropical (Center for Tropical Conservation) e a Duke University (EUA), a Fundação desenvolve e aplica um modelo de monitoramento e observação das unidades de conservação nacionais, o qual possibilita a obtenção de dados e informações que são compartilhados com organizações de várias partes do mundo.<sup>95</sup>

Fica evidenciada, mais uma vez, a relevância da ação do movimento ambientalista no cenário contemporâneo, e o quanto o seu grau de influência na tomada de decisões também cresceu ao longo da década de 1990 – tomando por base a data de criação da primeira unidade de conservação da FOB, em 1994, e crendo que essas relações se dão desde o início desta ação.

No interior das áreas protegidas a presença da atividade científica também é intensa. A Reserva Natural Salto Morato, por exemplo, capacitou mais de 1600 mil pessoas em cursos técnicos até o ano de 2005, através de 60 cursos realizados ali. Assim a instituição afirma que a reserva

tem como um de seus objetivos de manejo, promover e incentivar as atividades de pesquisa que possam contribuir para a conservação da natureza, em particular aquelas que levem ao melhor conhecimento do ecossistema local e à otimização do manejo da Reserva. Para tanto, a área conta com um subprograma de pesquisa em seu plano de manejo, que prevê o ordenamento da pesquisa, e oferece facilidades aos pesquisadores, como alojamento para doze pessoas, sala de trabalho e de triagem de material, equipamentos de campo, equipamentos de proteção individual e acompanhamento em campo pelos guarda-parques.<sup>96</sup>

<sup>94</sup> Disponível em <<http://www.fundacaoboticario.org>>. Acesso em: jun. 2008.

<sup>95</sup> Disponível em <<http://www.fundacaoboticario.org>>. Acesso em: jun. 2008.

<sup>96</sup> Disponível em <<http://www.fundacaoboticario.org>>. Acesso em: jun. 2008.

Este processo está atualmente em execução na segunda unidade de conservação adquirida pela FOB, a Reserva Natural Serra do Tombador, cujo Plano de Manejo está em fase de concepção. Este documento leva em consideração a especificidade e características naturais da área e tem servido de base para a implementação da reserva (que inclui as dependências físicas), bem como norteará as pesquisas científicas e cursos de capacitação que já estão assegurados para serem desenvolvidos na reserva.

A importância da produção de conhecimento científico também se evidencia em um terceiro programa desenvolvido pela FOB: Programa de Formação em Conservação da Biodiversidade. “Fazem parte da programação regular, cursos relacionados a áreas naturais protegidas, o Programa Trainee em Meio Ambiente e parceria com instituições de ensino superior para cursos de pós-graduação”<sup>97</sup>. As atividades ocorrem no interior das reservas naturais da FOB, mas podem ser distribuídos pelo país também. Atualmente, o curso de pós-graduação é ministrado em parceria com a Universidade Federal do Paraná, no “Programa de Pós-Graduação em Ecologia e Conservação”.

A idéia é trazer conteúdos mais específicos de conservação para os programas e demais ações destes cursos, utilizando tanto da expertise presente atualmente no quadro da Fundação, como de sua rede de contatos. Além disto, a Fundação também pode atuar nestas parcerias disponibilizando a estrutura de sua rede de reservas privadas para o desenvolvimento de atividades didáticas, monografias, dissertações e teses, assim como apoiando financeiramente projetos desenvolvidos com um foco claro em conservação.<sup>98</sup>

A FOB também se vincula ao meio acadêmico e nele encontra o espaço ideal para a capacitação técnica de profissionais que possam intervir diretamente nas ações patrocinadas pela instituição. Assim, as práticas vêm do incentivo ao aprimoramento técnico, o que reporta-se ao apelo de Lutzenberger de possibilitar uma perspectiva abrangente de todo o conhecimento científico.

Ao final dessa primeira exposição, que visou à identificação, nos estudos de caso, de sua relação com a ciência, é necessário retomar alguns apontamentos discursivos, para que se possa, em seguida, analisar teoricamente a questão.

O primeiro ponto que transparece nos documentos é a constatação de que a ciência esteve até então, prostituindo-se, ao ser apropriada pelas políticas de destruição. Desta

<sup>97</sup> Disponível em <<http://www.fundacaoboticario.org>>. Acesso em: jun. 2008.

<sup>98</sup> Disponível em <<http://www.fundacaoboticario.org>>. Acesso em: jun. 2008.

forma, salta a singularidade do momento histórico, que representa o final do século XX, após a revolução tecnológica da década de 1970 e a constatação de que essas novas perspectivas, uma vez que abririam a possibilidade de mais destruição, exigiriam novas atitudes éticas para evitar tal fato. Para a consolidação dessa percepção de singularidade, conta a noção de risco ou perigo, uma vez avaliado o estado de degradação ambiental e as conseqüências decorrentes.

Esse assombro diante da singularidade do momento em questão conduz ao segundo apontamento, que é o questionamento da positividade intrínseca do saber científico. O mundo só chegou a este ponto porque não percebeu esse distanciamento, e, partindo do questionamento moral da ciência, os ambientalistas clamam para que esse vazio ético seja preenchido. Se a ligação entre ciência e moral deixou de existir, a nova era tecnológica necessitaria de um imperativo ético que direcionasse suas ações, ainda que essa matriz não esteja ligada à moral.

Esse novo imperativo seria o terceiro apontamento em questão, através de uma postura de ações pautadas na idéia de responsabilidade. Essas atitudes seriam balizadas por uma constante humildade, no sentido de que a humanidade não deveria mais caminhar em direção à efetivação da “lei do mais forte”, mas compreender sua vulnerabilidade, como parte de um todo simbiótico, do qual é apenas uma parte. Assim, a responsabilidade não emanaria do querer humano, isto é, da vontade ligada a sentimentos morais: ela viria do poder, uma vez que a humanidade deveria retroceder no seu almejo pela onipotência.

Um dos problemas apontados como causadores do atual estado da dissociação moral entre ética e ciência seria a extrema objetivação e especialização da mesma, quarto ponto de destaque. À fragmentação do saber, o movimento ambientalista propõe a busca pela universalidade, isto é, pela perspectiva de integração, que possibilite ações menos pontuais e mais conscientes de seu papel no todo. Essa consciência do homem científico deve passar também pela percepção de que se faz parte de um todo, o que reduz a extrema externalização do objeto.

É a partir dessa perspectiva que se torna viável a apropriação da ciência pelo movimento ambientalista. Essa quinta problemática, que é a central deste capítulo, se dedica exatamente a pontificar qual é esse processo de ressignificação da ciência, que permite o seu reposicionamento, não mais como vilã e principal causadora da destruição ambiental, mas como propositora de ações e fonte de soluções para o problema. Ora, desta forma, clarifica-se

a idéia de que o apelo à imposição de marcos éticos não se dá necessariamente à ciência como uma entidade exterior, mas ao homem que dela faz uso. A ciência é tão boa ou má quanto aquele que se utiliza dela.

A urgência dessa tomada de consciência retoma a sensação de ineditismo do momento histórico, principalmente a partir de um novo questionamento: o homem caminha em direção ao suicídio existencial, sexto tema em questão. A coisa toda é nova porque pela primeira vez o homem percebe que aquela natureza tida como plenamente passível de submissão pela objetivação nunca foi e nunca será plenamente controlável. Com isso, assombra a possibilidade da morte da “essência” do homem na medida em que morre o ambiente, tese cara aos ambientalistas.

Cabe a ressalva, que se coloca como sétimo apontamento, de que para o movimento ambientalista, essa preocupação não pode ser antropocêntrica. Isto é, ainda que se questione e se tema pela extinção do gênero humano, ela não pode ser motivada simplesmente por essa aspiração egoísta. Desta forma, o novo imperativo ético de responsabilidade não seria proposto somente para benefício do homem: a perspectiva é a de uma integração holística com o planeta até porque a ciência mesmo aponta para a extinção natural da humanidade (com o inevitável esfriamento e posterior extinção do Sol). Portanto, a ética da responsabilidade ultrapassa os limites das relações humanas.

Todos esses temas serão problematizados a seguir, restando um último aspecto já apontado e que se constituirá no cerne do próximo capítulo: de que forma essa responsabilidade centrada numa perspectiva holística tem conduzido à concepção de uma nova identidade, que tem servido de base para a unificação de todo o multifacetado movimento ambiental, revolucionando as ações mais cotidianas do sujeito contemporâneo. Neste momento, então, passa-se à análise acerca da relação estabelecida entre ciência e ambientalismo, partindo da constatação do deslocamento e desconforto da civilização tecnológica com o mundo que ela mesma concebeu.

### 2.3 O Mal-Estar da civilização: ciência e moral dissociadas

A identificação de uma crise que marca as duas últimas décadas do século XX, no que se refere à produção científica obriga, antes de tudo, a uma recuperação do processo que conduziu a ciência até aquele instante. O primeiro ponto que se deve problematizar é o estatuto de legitimidade e autoridade da ciência na contemporaneidade e o apelo por uma ética agregada ao saber científico, em virtude de profundas alterações nas práticas dessa nova ciência que não mais se sustenta em bases de valores culturais obsoletos. Um dos problemas centrais inseridos no campo da filosofia das ciências é aquele que reflete acerca do estatuto da verdade do saber científico, o que por sua vez, toca exatamente na questão a respeito da legitimidade e autoridade dessa ciência em apontar essa verdade. Como demonstra Paul Rabinow, a partir das idéias de Foucault, “até o século XVII, era amplamente – senão universalmente – sustentado que para conhecer a verdade é preciso ser virtuoso, ou seja, capaz e merecedor de ter conhecimento” (RABINOW, 1999, p. 168). A íntima ligação entre verdade e virtude conferia àquilo que era tido como científico uma associação direta com o que é benéfico e positivo.

O que mais importa aqui é evidenciar essa crise: a ruptura que o fim do século XX efetiva no que se refere ao caráter positivo da ciência, tendo em vista a crescente evidência da essência amoral do conhecimento. Ernesto Sábato mostra a necessidade de visualizar o que afinal de contas está sendo abalado por ela, o que por sua vez, exige uma recuperação histórica do seu centro. Assim o autor sentencia que a crise “es el fin de toda esa concepción de la vida y del hombre, que surgió en Occidente con el Renacimiento” (SÁBATO, 2002, p. 17). É na Renascença, período áureo do humanismo, que estariam as bases do paradoxal processo de desumanização da humanidade. Alterações substanciais a respeito das noções de tempo e espaço, as bases materiais da vida, revolucionaram a maneira do homem existir. A quantificação dos mesmos influenciou artes, comércio, religião e política. Entre a angústia metafísica e abstrata e a técnica precisa e real, colocou-se o humanista, tão distante de um mero retorno aos valores clássicos, pois é na duplicidade específica do espírito renascentista (entre o ímpeto profano e a herança cristã), que se tornou possível a ciência moderna, ora confiando naquilo que a experiência comprovava diante dos seus olhos, ora se alicerçando na

idéia de uma racionalidade do Universo advinda da escolástica<sup>99</sup>. Foi este o momento de surgir, nas palavras de Sábato, “um nuevo tumultuoso y adolescente entusiasmo [que] intenta el dominio del espíritu humano” (p. 30), inebriando-o com ilusões demiúrgicas que atestam o nascimento do homem profano.

Não há como questionar a importância desse momento e de seu legado na modernidade. Cassirer, citando D’Alembert, evidencia que os homens do XVIII reconheciam as marcas que a abrangente Renascença imprimira no Ocidente. A propósito, o autor recorre às palavras do próprio enciclopedista para atestar em que medida os homens de sua época percebiam já a importância do seu momento histórico, o Iluminismo, sob a herança reconhecida de uma atitude senão inaugurada, ao menos rascunhada por assim dizer, pelos homens de três séculos antes.

Ao que fosse dado o privilégio de percorrer os dois séculos que separam o XV do XVIII, seria concedida especialmente a possibilidade de entrever a consolidação de um sistema filosófico, cuja construção seria a própria tarefa do conhecimento filosófico em si. Os homens seiscentistas assistem à cristalização do cartesianismo e sua busca por uma causa primeira, a certeza de que há um ponto de partida unívoco intuitivamente apreendido e de que através do método da demonstração e da dedução seria possível atingir essa causa primordial. Em outras palavras, Descartes apregoa a autonomia do método que permite partir do Universal para compreensão do particular, dos princípios abrangentes para a compreensão dos fenômenos específicos.

Inaugura-se aqui, nas palavras de Heidegger, “o tempo da imagem no mundo”, isto é, o instante em que se percebe a concepção pelo homem de uma imagem objetiva do mundo que o cerca – o início do grande problema apontado pelos ambientalistas. Num esforço por manter a metafísica como parâmetro de análise da realidade, o autor determina alguns fenômenos essenciais da modernidade. Seriam eles a ciência, a técnica de máquinas, a arte, o fazer humano como cultura e a desdivinização<sup>100</sup>. Tomando a ciência como fenômeno

<sup>99</sup> Quanto a essa idéia, vale a contribuição de Whitehead: “[...] O modo por que a Igreja medieval havia imprimido na Europa a idéia da providência minuciosa de um Deus racional e pessoal foi um dos fatores que fortaleceram a fé na ordem da natureza” (WHITEHEAD *apud* LIMA, 1989, p. 112). A esse respeito, Lima comenta que “tal fé na ordem do mundo constituirá o horizonte dentro do qual a ciência moderna fermentará” (*Ibidem*).

<sup>100</sup> Embora o autor coloque a ciência hierarquicamente acima dos outros fenômenos, considera-se válido anotar sua percepção acerca do processo de desdivinização, que endossa a perspectiva acerca da postura real do humanista e do moderno ante o divino, manifestada na nota anterior e que pode ter sido criticada por Lutzenberger. Diz Heidegger que “esta expressão não visa a simples eliminação dos deuses, o ateísmo grosseiro [...] Mas a desdivinização não só não exclui a religiosidade, como é através dela que a relação aos deuses se transforma na vivência religiosa. Ao chegar-se aqui, é porque os deuses fugiram. O vazio que surgiu é substituído pela investigação historiográfica e psicológica do mundo” (HEIDEGGER, 1998, p. 98).

maior, o autor busca então a sua essência, seguindo a lógica de que se a ciência mostra-se como fundamento metafísico da modernidade, ao se encontrar a essência dessa ciência, poder-se-ia por sua vez reconhecer qual seja a essência da mesma modernidade. Embora isso se cristalice em momento posterior, é desde o fim da era medieval que se vai construindo essa atitude essencial que mais a frente será evidenciada com o auxílio de outras teses. Cabe destacar aqui, ainda seguindo os argumentos de Heidegger, que o início da modernidade não é decisivo simplesmente pelo fato de que a laicização do homem o liberta, mas sim porque pela primeira vez o homem se mostra como sujeito. Seguindo a etimologia da palavra, o autor demonstra que quanto se fala em sujeito, menciona-se o subjacente, isto é, aquilo que reúne tudo sobre si. Este é o sujeito cartesiano, que tem a sua existência comprovada por meios próprios, pela sua capacidade de refletir. A razão é tida aqui como algo inato ao espírito humano, uma possessão da verdade, configurando-se como um conteúdo de determinados conhecimentos. Ela se compreende a partir daquilo que é e dos resultados que expõe (cf. CASSIRER, 1994, p. 32).

De fato, esta seria a diferença básica que assinalaria o advento da modernidade. Não se trataria de uma continuidade com alterações em relação à visão de mundo medieval ou antiga, simplesmente porque essas não existiram. O homem moderno é o primeiro a *representar* o mundo através de uma imagem, onde este verbo adquire o sentido amplo de “trazer para diante de si” (HEIDEGGER, 1998, p. 114-115), tendo-o como objeto, como algo passível de análise e controle.

Só agora pode haver algo como uma posição do homem. O homem põe, com base em si mesmo, o modo como ele se tem de pôr em relação ao ente, enquanto algo objetivo. Começa aquele modo de ser homem que o âmbito das faculdades humanas como espaço de medida e de consumação da dominação do ente na totalidade.

Em processos simultâneos e reciprocamente estimulantes, o homem se subjetiva tanto quanto e na medida em que objetiva a totalidade do mundo que o cerca. Tornando-o imagem, o homem está pronto para conquistar o mundo, justificando assim todo o entusiasmo que se fazia sentir nos ânimos da época e dando início ao sentimento de completo domínio da natureza. Desta forma, pode-se inferir a causa pela qual o movimento ambientalista depende tanto dessa relação com a ciência e porque é a partir de uma crise desse conhecimento científico que o discurso ambientalista se propaga. A ciência moderna só tem sentido a partir da possibilidade de submissão da natureza, que foi aberta por essa representação de uma visão do mundo objetiva. Logo, é natural que no momento em que essa

objetivação passa a ser questionada em seus benefícios, o clamor por um respeito à natureza tenha condições de ser repercutido.

O século XVIII introduz uma mudança fundamental na maneira como o homem encara a própria questão do pensar em si e percebe-se que tal mudança pode ser compreendida a partir das mudanças na física de então. O entusiasmo apontado por Sábato no período renascentista encontra no século XVIII um enorme recrudescimento em função do movimento Iluminista. Entretanto, ainda que, como se demonstrará adiante, as mudanças tenham sido substanciais, não há como supor a existência de uma ruptura entre o século XVII e o XVIII. Logo, é necessário lançar um olhar sobre este século em que as idéias parcialmente gestadas anteriormente se faziam mais evidentes e ativas.

Foucault colabora, ao analisar o texto de Kant em resposta a uma questão que definitivamente preocupava, e a seu ver, ainda preocupa o homem moderno, já que reside no âmago da legitimidade da ciência e da racionalidade: o que são, afinal de contas, as Luzes? Neste breve comentário acerca do também breve texto de Kant, Foucault destaca uma mudança básica na maneira como o filósofo busca responder à questão. Diferentemente das formas usuais para refletir o próprio presente, Kant não o vê como simplesmente uma época importante do mundo ao qual pertencia, nem como momento em que sinais poderiam ser entrevistados para prever o que viria a seguir e nem como a aurora de uma realização; o Iluminismo é, antes, uma solução que introduz uma diferença básica em relação ao passado. Assim, a primeira novidade é essa nova atitude frente ao presente, não subordinado às outras categorias temporais. Ora, a solução que as Luzes representam, aos olhos de Kant, não é outra senão a libertação do homem de um estado de menoridade, “um certo estado da nossa vontade que nos faz aceitar a autoridade de algum outro para nos conduzir nos domínios em que convém fazer uso da razão” (FOUCAULT, 2000, p. 337).

A viabilidade para a liberação desse estado estaria no interior do próprio homem, quando a partir desta mudança interna, seria possível o uso correto da razão: submetendo-a quando se é simplesmente parte de uma engrenagem (uso privado da razão), ou liberando-a de qualquer limite quando se raciocina simplesmente como ser racional (uso público da razão). O homem é culpado de seu estado; a superação da menoridade exige coragem: o *sapere aude*, isto é, ouse saber. Ser menor significa submeter-se a um tutor, seja à Igreja, seja ao Estado, seja à própria filosofia. De qualquer modo e para além do texto de Kant, o que Foucault (p. 341) pretendeu destacar através de sua propositadamente sucinta análise, é que, a seu ver, pela primeira vez na história

um filósofo liga assim, de maneira estreita e do interior, a significação de sua obra em relação ao conhecimento, uma reflexão sobre a história e uma análise particular do momento singular em que ele escreve em função do qual ele escreve. A reflexão sobre “a atualidade” como diferença histórica e como motivo para uma tarefa filosófica particular [...].

Este seria então, o esboço do que ele chama de atitude de modernidade, um modo diferente de se relacionar com a atualidade, um desejo de heroificação do presente. Mais do que um período, a modernidade seria então uma atitude, que teve seu ponto de partida no pensamento Iluminista. Esse *ethos* filosófico teria imperado até este momento de crise, e por estar além do humanismo – que é um tema – evidencia a diferença básica introduzida pelo XVIII. O *ethos* filosófico do homem moderno é assim definido nas palavras de Sábato: “Éste es el hombre moderno. Conoce las fuerzas que gobiernan al mundo, las tiene a su servicio, es el dios de la tierra: es el diablo. Su lema es: *todo puede hacerse*. Sus armas son el oro y la inteligencia. Su procedimiento es el cálculo” (SÁBATO, *op. cit.*, p. 26)

Importa aqui continuar evidenciando questões fundamentais que o XVIII introduz, muito embora não se configure uma ruptura em relação ao século anterior. O defensor de tal tese é Cassirer e cabe agora um retorno aos argumentos do autor. Partindo do texto de D’Alembert, Cassirer (p. 21) assinala uma novidade básica introduzida pelo pensamento iluminista.

Não se trata apenas de que o pensamento se esforce por alcançar novas metas, desconhecidas até então; é que quer agora saber para onde o seu curso o leva e quer, sobretudo, dirigir o seu próprio curso [...] O pensamento sente-se ainda mais profundamente conquistado, mais apaixonadamente comovido por uma outra questão: a de sua própria natureza e do seu próprio poder [...] É uma época que sente, em seu próprio âmago, uma nova força atuando e que, não obstante, está menos fascinada pelas *criações* incessantes dessa força do que pelo seu *modo de ação*.

Esse pensar sobre o pensar, problematizando o presente, o modo de ser histórico e a constituição de si próprio como sujeito, caracteriza o Iluminismo. Aquilo que Heidegger aponta como base do advento da modernidade é agora problematizado pelo homem Iluminista: é exatamente em função da consolidação do sujeito cartesiano que se torna possível a atitude de modernidade germinada no texto de Kant, que subsidia Foucault <sup>101</sup>.

<sup>101</sup> Ora, se estiver correta esta afirmação, não seria imprudente supor que a crise do final do século XX impõe severos questionamentos a essa objetivação do mundo, que conduz a crítica à “heroificação do momento presente”, exigindo uma revisão, portanto, da atitude de modernidade, na medida em que a reflexão sobre o poder do saber tem gerado conclusões nada animadoras. Essas possíveis novas exigências filosóficas serão

Mais uma vez, paira a afirmação da continuidade entre o XVII e o XVIII assinalada por Cassirer. No entanto, essa continuidade não suplanta as mudanças evidentes, que podem começar a ser compreendidas através da própria noção de razão.

Esta não é mais vista como possessão do homem, mas antes como uma aquisição. Não importa aquilo que ela é, mas antes, aquilo que ela *faz* e produz, pois é a partir de seus resultados que se pode compreendê-la. Daí a nova ênfase no que importa ser ressaltado: a experiência do particular e em seu resultado, para atingir-se o universal que o abarca. Tomando os padrões da física moderna newtoniana, a filosofia do XVIII abandona a dedução a partir de hipóteses e enfatiza a análise, renunciando a um ponto de partida verdadeiramente unívoco e primordial. Incurrendo na mesma simplificação anteriormente feita ao modelo cartesiano, a lógica newtoniana diferenciar-se-ia agora a partir de uma inversão: são os fatos particulares que permitem atingir uma universalidade, é a análise dos fenômenos que permite perceber aquilo que os une, o princípio racional empiricamente atestado. Aqui, entende-se a origem da extrema especialização do conhecimento e fragmentação do saber, que é criticada pelo ambientalismo. Aliada à representação objetiva do mundo, que o torna passível de plena submissão, percebe-se a ascensão da idéia de que essa submissão dar-se-ia a partir da sua mutilação, e do conhecimento específico de cada um dos seus micro-componentes. Consagra-se a noção de que um acontecimento só pode ser plenamente compreendido na medida em que é decomposto e reconstruído em cada detalhe, conhecendo-lhe fundamentalmente suas causas. Contudo, salienta-se que essa novidade fragmentadora do método newtoniano não se mostra como uma criação, mas antes como uma síntese. Identificar mudanças não implica necessariamente que elas sejam rupturas, já que nesse caso, o que se dá é meramente um remanejamento de estruturas anteriores – nas palavras de Cassirer, uma diferença específica, uma mudança de acento.

O novo programa metódico formulado por Newton disseminou-se ao defender a perfeita inteligibilidade da natureza, o que elevou a ciência (principalmente as naturais) ao posto de explicadora *per se* do mundo, concretizando e potencializando o afã de controle do sujeito, homem. Cassirer (p. 30) pontua:

A filosofia do século XVIII está, em todas as partes, vinculada ao exemplo privilegiado, ao paradigma metodológico da física newtoniana; mas logo sua aplicação foi generalizada. Não se contenta em compreender a análise como grande ferramenta intelectual do

---

analizadas adiante, e estariam na base da argumentação do movimento ambientalista, como os documentos evidenciaram.

conhecimento físico-matemático e vê aí o instrumento necessário e indispensável de todo o pensamento em geral.

Assim é que se assiste à consagração da noção de que o espírito da análise pura não tem restrições quanto a problemáticas. Qualquer domínio, mesmo o psíquico e o social (inclusive a história), é passível de submissão à autoridade da razão em seu método específico, o da relação analítica e da reconstrução sintética. Saliente-se que o paradigma newtoniano não rechaça a noção de uma causa primeira, de um princípio universal. A inversão se dá na medida em que ele não é mais o ponto de partida, mas sim aquilo que se atinge através da análise e da experiência. Numa certa perspectiva, isso explica também porque o ambientalismo não pode abandonar a ciência como solução para os problemas. A diminuição de sua especialização extrema ressaltaria esse aspecto universal que o paradigma newtoniano conserva. A ressalva acerca da universalidade mantida é importante porque evidencia a tendência dessa nova noção de racionalidade, de buscar *leis gerais* que determinem e regulamentem os fenômenos. Entre fenômenos e princípios, continua não havendo nenhuma oposição, e ambos permanecem unificados pela razão. A multiplicidade dos acontecimentos é ordenada racionalmente a partir de uma regra geral que os une. O princípio de causalidade permanece, pois, como integrante do processo de explicação dos fenômenos – o que acaba lançando luz às palavras de Lutzenberger, quando relativiza a inexistência de acaso no processo evolutivo.

Num retorno a Kant, agora a partir de Luiz Costa Lima, atesta-se a consagração desse pensamento. Mesmo que a causa em muitos casos seja simultânea a seus efeitos, esta tem caráter de necessidade, de universalidade, logo, de *lei*. “De acordo pois com a epistemologia kantiana, sem a subordinação a esse mecanismo nenhuma disciplina mereceria a designação apropriada de científica. E, se a história não se quiser ver no campo da ‘razão prática’, não se poderá mostrar senão praticante daquela engrenagem” (LIMA, 1989, p. 29). Essa reflexão mostra como a partir de então, até mesmo a própria história aspirou a esse estatuto de cientificidade, uma vez que, como diz Lima, “desde Newton, ou, se preferirmos, desde Kant, a ciência tendo por base a física, tem sido considerada um modo uno de inteligibilidade; uno e superior. Unidade e superioridade resultantes do uso do instrumental matemático, capaz de respaldar a formulação de leis” (p. 111). Esse é o binômio sobre o qual se assenta a ciência moderna e que deve caracterizar todos aqueles que sob seu teto se abrigam. Ascende-se assim, acima de todas as outras, as ciências naturais, pela suposição de

sua capacidade de conferir inteligibilidade ao mundo, alcançando os princípios causais e deterministas.

Seguindo no esforço de compreender a crise desse estatuto de positividade da ciência na contemporaneidade e partindo da visualização de como se cristalizou esta crença de positividade intrínseca a ela, resume-se o que até aqui se expôs. O que deve ficar em primeiro plano é a profunda influência que as novas idéias advindas da filosofia exerceram em todas as áreas do conhecimento. O ponto central é o momento em que se abandona uma concepção filosófica calcada em substância – aquilo que subjaz, a essência – e se passa a um novo modo de filosofar baseado na física newtoniana. Pesa a declaração de que esta não se coloca simplesmente como processo de apreensão de fenômenos, passando a ser para além disso, uma *visão de mundo*. A alegria e otimismo do Iluminismo setecentista ascendem ao status de dogma a noção de progresso consagrada no XIX. Sábato afirma que “el éxito de la concepción mecánico-matemática de la naturaleza llevó insensiblemente a su generalización” (SÁBATO, *op. cit.*, p. 41).

O sentimento de controle do mundo, sentido pelo homem títere, objetiva a realidade e dogmatiza a noção de que leis universais a regem. Logo, o estabelecimento e o controle dessas leis permitiriam controlar do real. Deste modo, embora se abandone a noção de um Deus que controla o mundo, concebe-se a idéia de que há algo que o controla e de que esse algo é passível de apropriação, noção que, uma vez generalizada, toca até mesmo numa concepção de história e parece não impor possibilidade a este homem que constrói sua imagem à semelhança de Deus.

O século XIX é o século das filosofias da história, das metanarrativas que se pautam por distintos elementos (marcha do espírito, luta de classes, progresso) com um mesmo objetivo: encontrar a unidade em meio à multiplicidade, concatenar os fatos dispersos, evidenciar um elemento causal que é menos importante por ser uma essência do que pelo modo como age e organiza as informações entrecruzadas. O tempo passa a ser entendido como superação, onde cada etapa histórica da humanidade é tomada a partir de um todo abrangente e *a priori*. Estabelecidas as leis, torna-se viável a possibilidade de controle do tempo, dos rumos do progresso, da história do homem. O método newtoniano aporta-se na história e o esvaziamento de uma racionalidade alicerçada na noção cartesiana de substância que promove, gera os produtos que se impregnam em tudo o que aspira à denominação de ciência: os modelos dedutivos e a observação empírica. Tais fatores estão nas bases da formulação das utopias, o que implica dizer que toda visão utópica do mundo traria em si essa

crença na possibilidade de determinar o futuro, sempre superior ao presente e, em nome dele, sacrificar o que for necessário no presente – ainda que isso represente a própria biosfera.

Não se trata de dar continuidade a essa percepção da cristalização de uma perspectiva positivista na história. Importa que a noção de progresso seja evidenciada como motor de toda a produção científica no século caracterizado pelo grande alcance da segunda Revolução Industrial. O século XIX é o século do otimismo, da crença no mito do progresso. A ciência e a tecnologia produzida por ela geravam o conforto, a eliminação de doenças e pareciam apontar sempre para um futuro promissor. A atitude de modernidade de enaltecimento do presente é retomada.

O século XX, no entanto, configura um novo quadro que inicia um processo de reversão do caráter da relação entre ciência, ética e verdade. Para compreendê-lo e a amplitude de sua crise, utilizar-se-á basicamente três autores deste século: Sábato, escrevendo em 1951, no momento de crise no segundo pós-guerra; Sevcenko, que aponta a intensificação dessa sensação já no início deste novo século, escrevendo em 2001 e, por fim, fundamental para a conexão entre o tema da crise de racionalidade e o ambientalismo, Hans Jonas, que escreve em 1979, ou seja, no ápice da potencialização da crise, uma obra que pensa em termos filosóficos essa crise e propõe a solução através de uma nova ética.

Os traumas do século XX causados por eventos de magnitude até então desconhecida levaram a uma profunda reavaliação no modo pelo qual o homem-progresso encarava sua criação tecnológica. As inseguranças e incertezas de uma humanidade sem referências sólidas corroeram as bases de uma esperança fundamentada na visão positiva acerca da ciência e cresceram na mesma proporção em acentuava-se o desenvolvimento tecnológico. “[...] Desde 75 passamos por algo como dez revoluções tecnológicas sucessivas no espaço de duas décadas e meia. Uma escala de mudança jamais vista na história da humanidade” (SEVCENKO, 2001, p. 38).

Essa virada na relação entre verdade científica e virtude engendra o mal-estar existencial do homem, sendo as duas crises lados de uma mesma moeda. Esse mal-estar dita o ritmo nos século XX e pode ser aqui melhor explorado através do ensaio de Nicolau Sevcenko e Ernesto Sábato. O pensamento dos séculos anteriores é completamente revisto no contexto do século que passou. Se o que a visão de mundo do método newtoniano fez foi simplesmente uma mudança de acento quanto à concepção de uma racionalidade, o que o século XX fez foi questionar fria e tenazmente a vantagem dessa racionalidade. Assim, Sábato

se refere a esse período: “Desolado, el hombre se sintió por fin en un universo incomprensible, cuyos objetivos desconocía y cuyos Amos, invisibles y crueles, lo llenaban de pavor” (SÁBATO, *op. cit.*, p. 18). O título da obra, *homens e engrenagens*, exemplifica a angústia: o homem não somente como o senhor das engrenagens, mas numa imagem chapliniana, tragado por elas, submetido a seu tecnicismo tirânico.

Esse processo é metaforicamente representado por Sevcenko como uma montanha-russa. O início da aventura foi exatamente o surgimento do humanismo até o “maravilhoso” século XIX – todo o período analisado anteriormente –, na palavras de Sábato (p. 16), momento “en que todos los males de la humanidad iban a ser resueltos mediante la Ciencia y el Progreso de las Ideas”. A sensação de subida constante não pareceria apontar em outro sentido senão o das constantes melhorias. O despertar do homem profano conduziu ao segundo momento do percurso onde as coisas começaram a ficar mais intensas: a Revolução Científico-Tecnológica a partir de 1870. Sábato (p. 136) assinala:

Al desarrollo del capitalismo correspondió un paralelo desarrollo de la industria. Y el avance del conocimiento científico fue la contraparte de este proceso, en un complejo movimiento recíproco: las necesidades técnicas forzaban los avances de la ciencia pura y éstos traían nuevas posibilidades a la técnica.

O momento de euforia que perpassou essa descida arriscada e vertiginosa renunciava as dificuldades que viriam a seguir. O avanço da técnica produziu os dois maiores conflitos da história da humanidade e em qualquer direção que se olhasse, poder-se-ia temer pelo apocalipse iminente. É esse o contexto em que Sábato escreve seu ensaio, em 1951. A desumanização da humanidade, a seu ver, acompanhou a ascensão da técnica. Assim sendo, paralelamente à recuperação da crise da ciência e sua positividade está a própria crise da essência do homem, conseguindo estabelecer claramente o vínculo entre os temas que justificam uma nova anseio por uma nova ética que solucione as duas crises. Mas onde estaria a origem dessa crise existencial? Sábato (p. 15) atesta:

La problemática del hombre se replantea cada vez que parece rescindir el pacto primero entre el mundo y el ser humano, en tiempos en que el ser humano parece encontrarse en el mundo como un extranjero solitario y desamparado. Son tiempos en que se ha borrado una imagen del Universo, desapareciendo con ella la sensación de seguridad que se tiene ante lo familiar: el hombre se siente a la intempérie, sin hogar. Entonces, se pregunta nuevamente sobre sí mismo. Así es nuestro tiempo. El mundo cruje y amenaza derrumbarse, esse mundo que, para mayor ironía, es el producto de nuestra voluntad, de nuestro prometeico intento de dominación. Es una quiebra total. Dos guerras mundiales, las dictaduras totalitaristas y los

campos de concentración nos han abierto por fin los ojos, para revelarnos com crudeza la clase de monstruo que habíamos engendrado y criado orgullosamente. (*Ibidem*, p. 15)

A ciência havia se mostrado em toda a sua frieza a serviço da destruição e da morte, “y así aprendimos brutalmente uma verdade que debíamos haber previsto, dada la esencia amoral del conocimiento científico: que la ciencia no es por sí misma garantia de nada, porque a sus realizaciones le son ajenas las preocupaciones éticas” (p. 16). A velocidade com que as mudanças começavam a se processar indica o desespero de quem se arrepende quando se encontra no meio da suposta “euforia” provocada pelo brinquedo inconseqüente, que começa a gerar uma incapacidade de acompanhar o ritmo com que as transformações se processam. A feliz comparação de Sevcenko dessa sensação, perceptível no momento histórico do segundo pós-guerra se traduz nas palavras de Sábato (p. 44-45):

El hombre no ha tenido tiempo para adaptarse a las bruscas y potentes transformaciones que su técnica y su sociedad han producido a su alrededor y no es arriesgado afirmar que buena parte de las enfermedades modernas sean los medios de que se está valiendo el cosmos para eliminar a esta orgullosa especie humana. El hombre es el primer animal que há criado su propio médio. Pero – irónicamente – es el primer animal que de esa manera se está destruyendo a sí mismo.

Nesta crítica, Sábato aponta a preocupação com a possibilidade de que essas mudanças que começavam a não ser perfeitamente sentidas, conduzissem ao fim da raça humana, outro tema que foi amplamente identificado nos documentos dos estudos de caso. Contudo, cabe aqui uma ressalva fundamental: parece ser legítimo supor que esse temor está muito mais relacionado ao potencial destrutivo da tecnologia aplicado, na eliminação da vida humana, às “enfermidades modernas” no seio da própria sociedade, evitando assim incorrer no anacronismo de atrelar este temor diretamente ao risco ambiental e às conseqüências que dele advém. Não há um instante sequer na obra do autor em que se possa perceber a menção à questão ambiental diretamente, estando a mesma sempre subjacente à preocupação com o avanço da técnica. É possível supor que os dois exemplos mais claros para esse temor expresso por Sábato tenham sido o horror do Holocausto e as bombas atômicas, que mostraram a técnica a serviço da destruição da integridade do homem enquanto organismo – é, assim, uma preocupação ainda antropocêntrica. Desta forma, reforça-se a tese de que é só em razão do novo impulso com a revolução microeletrônica da década de 1970 que se gera um novo posicionamento da questão sobre a possibilidade de extinção do homem, não mais a

partir de suas próprias políticas de autodestruição, mas de uma resposta de todo o planeta à degradação ambiental.

Ao final da análise dos argumentos de Sábato em relação a esse mal-estar da civilização, pesa a necessidade de elucidar quais as saídas, para tal dilema. Ainda que tal resposta fique por ser completamente visualizada, é satisfatório perceber que a solução para tal angústia, que põe uma nova questão filosófica ao homem, está na ótica de Sábato (p. 95), ligada à reapropriação da técnica, dotando-a de moral – numa harmonização explícita com o discurso ambiental depreendido dos documentos.

Será menester, ahora, recuperar aquel sentido humano de la técnica y la ciencia, fijar sus limites, concluir com su religión. Pero sería necio prescindir de ellas em nombre del ser humano, porque al fin de cuentas son también producto de su espíritu. Como sería absurdo prescindir de la razón, por el solo hecho de que nuestros ingenuos predecesores la hayan elevado a la categoría de mito.

A obra de Sábato colabora na visualização do contexto de surgimento desse novo clamor ético e da necessidade de imposição de limites à técnica. Acrescenta também na compreensão de que aliada à crise da racionalidade do saber científico se encontra a crise da própria existência do homem e toda a discussão ontológica que dela decorre. Mas a obra não alcança o último estágio do percurso pela montanha-russa, que é o momento de escrita de Sevcenko.

Esse último momento é o *loop*, que alude à completa reversão de todas as bases tradicionais já obliteradas. É o instante em que as coisas ficam de ponta-cabeça. Para além do mal-estar gerado pela constatação de que o processo de desumanização do homem se acelerou após a II Guerra, o instante do *loop* é o momento em que as sensações estão tão aturdidadas que não se tem mais precisão. Até mesmo o mal-estar se perde, uma vez que o anestésico momento causa a perda da sensibilidade às mudanças, dada a celeridade com que ocorrem. Assim, a imagem de Sevcenko se alicerça sobre a tese de que “a escala das mudanças desencadeadas a partir desse momento é de uma tal magnitude que faz os dois momentos anteriores parecerem projeções em câmara lenta” (SEVCENKO, *op. cit.*, p. 16).

Rabinow (1999) dá um exemplo de como esta singularidade do momento histórico reverte as bases sobre as quais o incentivo à ciência se assentava. Ao traçar interessante discussão a respeito da relação entre corpo e pessoa na contemporaneidade, na medida em que fragmentos do corpo humano utilizados em pesquisa científica começam a

não mais ser considerados como corpo em si, o autor indica uma mudança significativa numa concepção metonímica de base cristã de substituição da parte pelo todo, identificação entre corpo e pessoa. Tecendo suas idéias a partir da tese de que o que tem deixado a humanidade inquieta em relação à boa parte das mudanças introduzidas com a revolução tecno-científica do fim do XX não é necessariamente a “novidade” de sua natureza, mas fundamentalmente o choque que tais novidades causam quando contrastadas com as próprias bases sobre as quais se apóiam, o autor propõe que tais bases – no caso de sua análise, a herança da moral cristã – possuem uma determinada “antiguidade” que se insiste em obliterar, ainda que involuntariamente, e que permanecem à espreita. Nesse sentido, e em relação a seu objeto, o autor sentencia: “Em si e visto de fora, o abandono da abordagem do organismo não é bom nem mau. No entanto, ele aparentemente causa uma confusão e perturbação; em particular, quando se procura enquadrá-lo em outras esferas de valor, onde vigoram diferentes narrativas de responsabilidade e pessoalidade” (RABINOW, 1999, p. 181). O caráter essencialmente amoral da ciência vai se desvelando, assim como a dificuldade de se impor uma ética calcada em valores.

De acordo com o autor, Foucault já adiantava que uma das principais características da modernidade encontra-se exatamente nessa separação entre verdade e virtude – entre o “sujeito que busca a verdade” e o “sujeito ético”. Em suas palavras, o surgimento do “sujeito de conhecimento não-ascético” foi o que permitiu a institucionalização de toda a ciência moderna. No caso de Rabinow, repousa a preocupação do autor em evidenciar a problemática recente da utilização desses fragmentos não mais tidos como pertencentes a alguém, na produção de mais conhecimento, saúde e – de modo novo e fundamental – *lucro*. Logo, a ciência indo de encontro a formulações culturais mais antigas, acaba suscitando uma série de questões éticas, principalmente no tocante à sua cada vez maior inter-relação com a indústria. O problema da busca pelo lucro passa a ferir gravemente a auto-legitimação que por tanto tempo sustentou a atividade científica e ainda mantinha certa possibilidade legítima de identificação entre sujeito ético e sujeito de conhecimento. Não por acaso, em sintonia com Sevcenko, Rabinow atesta que o sentimento de singularidade do final do século XX, é o momento de consolidação dessa crise já que “no mínimo, a partir de 1980 nos vemos com uma nova virada na longa história das relações entre verdade e virtude, poder e cultura. Uma coisa é igualmente clara:  *piedade, moralismo ou nostalgia não serão capazes de endireitar as coisas*” (p.169, grifo meu). O autor mesmo aponta essa necessidade, esse

clamor por uma solução para a crise, que estaria muito longe de soluções pautadas por valores morais.

Sevcenko (p. 23 *et seq.*) elenca diversos dados – alguns deles citados no primeiro momento desta seção – para reforçar a tese do ineditismo do período inaugurado pela Revolução Microeletrônica:

O que distinguiu particularmente o século XX, em comparação com qualquer outro período precedente, foi uma tendência contínua e acelerada de mudança tecnológica, com efeitos multiplicativos e revolucionários sobre praticamente todos os campos da experiência humana e em todos os âmbitos da vida do planeta [...] Se somássemos todas as descobertas científicas, invenções e inovações técnicas realizadas pelos seres humanos desde as origens da nossa espécie até hoje, chegaríamos à espantosa conclusão de que mais de oitenta por cento de todas elas se deram nos últimos cem anos.

Tal afirmação encontra ressonância na afirmação já feita de que entre 1975 e 2000 o mundo passou pelo equivalente a dez revoluções tecnológicas. A essa revolução tecnológica, somar-se-iam a ascensão da cultura da imagem e do consumo e a desregulamentação dos mercados, que conjuntamente teriam contribuído para a completa reversão dos valores. O mesmo autor (p. 89) enfatiza:

O resultado é uma situação na qual as imagens são mais importantes do que os conteúdos, em que as pessoas são estimuladas a concorrer agressivamente umas com as outras, em detrimento de disposições de colaboração ou sentimentos de solidariedade, e na qual as relações ou comunicações mediadas pelos recursos tecnológicos predominam sobre os contatos diretos e o calor humano.

O custo social e humano dessa revolução é alto, na acepção do autor. Mas este custo já vinha sendo percebido desde o momento de tomada de consciência acerca da crise ontológica, após a II Guerra – como ficou exemplificado nas idéias de Sábato. O que o novo impulso tecnológico trouxe consigo foi a percepção de que havia outro custo, para além do próprio ser humano: o ambiental. Retoma-se as idéias de Sábato. Quando este supõe a possibilidade do fim da raça humana, as causas estariam ligadas tão somente ao potencial autodestrutivo. As causas dessa possibilidade até então, não estavam em fatores extrínsecos ao homem. O que se defende é que essas mudanças na técnica, a partir da década de 1970, foram fundamentais para que um clamor ético surgisse não somente para revigorar os laços sociais perdidos (como a citação acima demonstrou): essa mudança é fundamental para que uma nova ética pudesse incluir também o meio ambiente. Este é mais um fator que pode,

portanto, colaborar na compreensão das razões pelas quais o discurso ambiental foi potencializado a partir da década de 1980. Foi só a partir dessa possibilidade ética que incluiria a técnica e a relação da mesma com o ambiente, que a questão assumiu cada vez mais centralidade de demandas e discussões – certamente em função dos próprios problemas ambientais que se manifestavam em escala cada vez maior.

Sevcenko (p. 95), então, diferentemente de Sábato, tem condições de incluir em sua reflexão sobre o mal-estar de viver no século XX, a questão do assalto à natureza. A degradação teria começado desde a primeira fase da Revolução Industrial, e cresceu a partir da segunda fase com o uso de novas fontes energéticas fazendo com o que o quadro na passagem de século fosse “dos mais alarmantes”.

Na perspectiva de Sevcenko, necessita-se de um princípio de precaução, uma vez que não se sabe como medir em longo prazo o impacto de muitas das tecnologias produzidas atualmente. Essa idéia demonstra a tese de que não há outra saída para a crise senão a própria ciência. A problemática da ambigüidade da relação do ambientalismo com a ciência e a técnica é formulada pelo autor (p. 100, grifo meu):

*Por um lado*, com o propósito de fomentar o controle da natureza, a ciência e a tecnologia não raro acabam gerando efeitos que envolvem riscos difíceis de avaliar, pela amplitude de sua escala e pelo inusitado de situações com que nunca tivemos que lidar em toda a história pregressa e para as quais, portanto, não temos experiência nem compreensão. *Por outro lado*, para uma criteriosa avaliação da situação e para a formulação de alternativas, a ciência e a técnica são ferramentas indispensáveis. Logo, não se trata de condenar pura e simplesmente cientistas e técnicos por *falta de responsabilidade*, mas de entender como funcionam as políticas que controlam as decisões sobre as pesquisas e os processos produtivos.

Desta forma, o caráter amoral da ciência também se manifesta. Anseia-se, portanto, por uma nova concepção ética que não esteja calcada em valores morais. A idéia é clamar pela responsabilidade da ciência, pelo dever de que a mesma prossiga em direção à proposição de soluções, por um caminho que talvez passe por aquilo que Lutzenberger idealizou: a visão totalizante da ciência, que parte, por sua vez, da visão totalizante sobre o ambiente. A dissociação plena entre sujeito ético e sujeito científico conduz a ciência a ser pautada pela rentabilidade, em vez da responsabilidade.

A necessidade desse princípio de precaução estaria mais do que assinalada. Formulado a partir dos temores sobre as conseqüências do consumo de alimentos transgênicos, este princípio se alicerça sobre o velho dito de que “é melhor prevenir do que

remediar”. Sevcenko (p. 103, grifo meu) mostra que diversos movimentos (ONGs principalmente) teriam se levantado em favor da causa, não para tolher o desenvolvimento de novos produtos, mas para “submetê-los ao primado do interesse público, da defesa do meio-ambiente e da saúde e enquadrá-los sob uma *ética de máxima responsabilidade*”.

Evitando-se a redundância, é importante destacar as intenções da argumentação até este momento. A partir da análise dos documentos recolhidos junto à ARCA e à FOB, foi possível perceber o problema da relação ambígua entre ciência e ambientalismo. Esta relação só pode ser compreendida a partir do momento que estabelece a ciência e a técnica como estando intimamente ligadas a todas as causas da degradação ambiental. Daí decorre a constatação da dissociação entre moral e ciência, que exigiu uma recuperação histórica, demonstrando que nas bases da formulação da ciência moderna reside essa dissociação. Essa tomada de consciência engendra um questionamento acerca da positividade da ciência, que é também fruto de uma angústia existencial do homem ocidental, gerada no início do século XX e cristalizada após a II Guerra. Dessa angústia emana a constatação sobre o potencial autodestrutivo da humanidade e os primeiros anseios acerca da necessidade de se impor limites à técnica. Tais questionamentos são potencializados a partir da década de 1970, quando um novo impulso tecnológico e às vistas de grandes alterações no equilíbrio natural do planeta, percebeu-se que o desenfreado desenvolvimento técnico e científico cobrava um preço não só do homem, mas do próprio ambiente que o precede e o abriga.

Para que a ciência possa assumir essa nova posição, seria necessária uma ressignificação da própria visão do conhecimento a partir de sua inserção numa visão mais holística, o que acarretaria uma nova ética calcada na noção de responsabilidade, não advinda de valores morais. Ética que, uma vez disseminada, se tornaria um dos fatores de explicação do êxito do movimento ambiental na contemporaneidade.

A discussão até aqui se ocupou em reconhecer na teoria os apontamentos necessários para a compreensão de toda a problemática da crise e de que modo ela clama por uma solução ética que efetue esse reposicionamento da ciência. Assim, é necessária uma análise de como seria possível essa ética baseada na responsabilidade que libertaria a ciência e a técnica do serviço à destruição, colocando-as aos préstimos da conservação e da recuperação.

## 2.4 O princípio responsabilidade em termos filosóficos: a obra de Hans Jonas

A densidade de uma obra filosófica como a de Hans Jonas mereceria por si só, um trabalho de análise. Contudo, a relevância e a proximidade de suas idéias com o tema analisado aqui exigem a busca por perceber de que modo o autor consegue conceber uma nova ética para a sociedade em rede<sup>102</sup>. É importante recordar a data de escrita da obra: 1979. Importa, pois, uma análise dos principais argumentos do autor, que se ligam à problemática deste trabalho, buscando evidenciar como se articulam os argumentos filosóficos na formulação dessa ética.

### *a) A necessidade de uma nova ética*

O autor inicia a obra apontando o mesmo sentimento de crise assinalado anteriormente e que está nas bases do ambientalismo, causado pelo avançado estágio de desenvolvimento da ciência e da técnica.

O Prometeu definitivamente desacorrentado, ao qual a ciência confere forças antes inimagináveis e a economia o impulso infatigável, clama por uma ética que, por meio de freios voluntários, impeça o poder dos homens de se transformar em uma desgraça para eles mesmos. *A tese de partida deste livro é que a promessa da tecnologia moderna se converteu em ameaça, ou esta se associou àquela de maneira indissolúvel.* (JONAS, 2006, p. 21, grifo meu)

O problema é, pois, o mesmo apontado pelos autores analisados: o progresso da técnica e a capacidade de autodestruição que ele acarreta. E caminhando na direção das discussões de Sevcenko, na visão de Jonas (p. 21), essa ameaça está além da ameaça física.

Concebida para a felicidade humana, a submissão da natureza, na sobremedida de seu sucesso, que agora se estende à própria natureza do homem, conduziu ao maior desafio já posto ao ser humano pela sua própria ação. Tudo aí é novo, sem comparação com o que o precedeu, tanto no aspecto da modalidade quanto no da magnitude: nada se equivale no passado

---

<sup>102</sup> A obra em questão é JONAS, Hans. *O Princípio Responsabilidade: Ensaio de uma ética para a civilização tecnológica*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC Rio, 2006.

ao que o homem é capaz de fazer no presente e se verá impulsionado a seguir fazendo, no exercício irresistível desse seu poder.

Conclui-se, a partir da afirmação, que toda ética de responsabilidade e a própria visão de que a técnica necessita de novos limites depende, portanto, da aceitação da idéia de que se vive, a partir da década de 1970, em um mundo *completamente* novo. Uma vez que se duvide de tal opinião, toda a discussão que sustenta o discurso ambiental pode ser relativizada. Ora, aceitando-se esta perspectiva, a questão ganha sentido porque é somente através deste sentimento que se pode ter clareza do que Jonas chama de “perigo”, do risco real que se corre. Não havendo o que temer, porque alterar a ordem vigente? O autor, porém, defende a necessidade de uma “heurística do medo”, pois só se pode antever aquilo que está em crise quando se admite a probabilidade de que a crise exista – ou posto de forma negativa, se não há medo das possibilidades do futuro, não há o que mudar. Logo, é só a partir dessa consciência que seria possível perceber que o que está em risco é não somente o destino do homem, isto é, sua sobrevivência, mas a própria integridade de sua essência.

Ora, se a crise é extrema ela exige uma solução à altura. Se a crise é existencial a resposta deve ser ontológica. Assim, a nova ética deve ir além da esfera dos valores e se alicerçar na própria ontologia do homem, problematizando a relação entre ser e dever, causa e finalidade, natureza e valor. Já neste momento introdutório, Jonas aponta que esse novo princípio oporia à imodéstia dos objetivos da técnica humana, uma modéstia e um temor – ou como mostrou Sevcenko, uma precaução. Entretanto, o autor salienta que sua obra tão somente propõe analisar filosoficamente as novas questões e obrigações éticas e não elaborar um tratado sistemático que poderia ilustrá-las. Pode-se arriscar dizer, todavia, que o ambientalismo tenha se encarregado disso.

Como referido anteriormente, Jonas inicia a elaboração dessas questões a partir da exposição da natureza modificada do agir humano. Ora, se a ética relaciona-se com o agir, então o agir diferenciado exigiria também uma modificação na ética. Importa primeiramente ao autor identificar as diferenças entre a técnica moderna – o auge da Revolução Microeletrônica – e as de tempos anteriores. Nessa nova recuperação, Jonas salienta a unidade existente entre os processos de violação da natureza e de civilização do homem. Assim, o homem cria e molda o ambiente na medida em que ele mesmo cria sua própria vida humana. “Tudo isso é válido, pois antes de nossos tempos as interferências do homem na natureza, tal como ele próprio as via, eram essencialmente superficiais e impotentes para prejudicar um

equilíbrio firmemente assentado” (p. 32). Desta forma, a técnica prossegue, mas nunca havia chegado ao ponto de ameaçar a natureza, cuja permanência sempre acabava se impondo. Ora, se ela não se alterava, a única esfera de atuação da responsabilidade humana estaria no mundo que ele próprio criara, ligada, portanto, ao âmbito social. “A natureza não era objeto da responsabilidade humana – ela cuidava de si mesma e, com a persuasão e a insistência necessárias, também tomava conta do homem: diante dela eram úteis a inteligência e a inventividade, não a ética” (p. 33 *et seq.*).

Assim, as éticas tradicionais, até aquele momento, não colocavam em questão a possibilidade de um dano duradouro ao mundo objetivo e a sua ordem natural, o que acarretava uma perspectiva antropocêntrica, na medida em que se preocupavam estritamente com a relação entre o homem e seu semelhante. Daí, a entidade “homem” não era visto como passível de ser afetado pela *techne* (arte), o que significa dizer que ele não poderia ser alterado em sua essência – que em nenhum momento é questionada. Em virtude dessas questões, as éticas tradicionais estariam restritas a uma aplicabilidade muito imediata e próxima, ou seja, o alcance das ações nunca era avaliado numa perspectiva de longa duração e de um espaço ampliado. Após essa pequena análise Jonas é categórico: “Tudo isso se modificou decisivamente” (p. 39).

Reforça-se a tese de que a década de 1970 é o momento da completa revolução – a idéia do *loop*. A primeira alteração foi a constatação da vulnerabilidade da natureza. “Essa descoberta, cujo choque levou ao conceito e ao surgimento da ciência do meio ambiente (ecologia), modifica inteiramente a representação que temos de nós mesmos como fator causal no complexo sistema das coisas” (p. 39). Um objeto de ordem inteiramente nova pedia atenção do homem: a própria Biosfera. Jonas salienta que, este fato, apesar de representar uma inegável novidade, não implica por si só numa perspectiva que abandone o antropocentrismo, já que, pensar em preservar a biosfera somente para assegurar a possibilidade de existência da humanidade é uma ação que tem no homem a sua centralidade, e não na biosfera em si. Entretanto, a ressalva não seria o suficiente para anular a mudança que se percebe.

Outra novidade que vem dessa alteração é uma nova imposição moral ao saber. Ante a novidade que é a necessidade de considerar a condição global da vida humana, o saber deve reconhecer sua incapacidade de prever a contento o alcance de suas ações no futuro, possibilitando uma ética que deve instruir o autocontrole sobre o exercício do poder.

Partindo dessas duas mudanças, Jonas avança uma possibilidade chave: E se houvesse um direito moral da própria natureza? Por ter se tornado uma espécie de bem confiado à humanidade e passível de alteração pela técnica, a biosfera não deveria exigir um direito próprio? “Isso significaria procurar não só o bem humano, mas também o bem das coisas extra-humanas, isto é, ampliar o reconhecimento de ‘fins em si’ para além da esfera do humano e incluir o cuidado com estes no conceito de bem humano” (p. 41). Desta forma, romper-se-ia com a perspectiva antropocêntrica das éticas tradicionais.

Jonas retoma, nesse ponto, a centralidade da técnica. Uma vez que esta muitas vezes, como se demonstrou no tópico anterior, foi tida como “vocação” da humanidade, a tecnologia assumiu posição central nos fins da vida humana, o que a transporta para o centro da ética. Ou seja, a nova ética deveria partir dela, para então guiar as demais relações entre o homem e o ambiente. Esta é a grande responsável pela crise, no mesmo sentimento de Sábato, pois na medida em que se expandiu, contraiu-se o conceito do homem acerca de si próprio.

Há, pois, uma necessidade de reconstrução da imagem que o homem tem de si mesmo. Nessa reconfiguração da imagem de si mesmo, Jonas assimila a perspectiva de que tempo e espaço são cada vez mais relativizados no cenário contemporâneo. Sendo assim, o homem que deveria emergir reivindicando o limite da técnica e pela nova ética não seria o indivíduo limitado ao seu próprio espaço e tempo, mas o ator coletivo e, por consequência, o ato coletivo que, por sua vez, deve ser avaliado não a partir do momento contemporâneo da ação, mas se projetando num futuro indeterminado. Rompe-se deste modo com a proximidade espacial e com a simultaneidade temporal na análise do impacto de ações<sup>103</sup>. Jonas aponta então para a supressão das fronteiras entre o mundo dos homens e a natureza, onde o natural teria sido tragado pelo artificial. Desta forma, entende-se de que forma a possibilidade do perecer natural implica no perecer daquilo que é produto humano, fazendo com que a presença do homem no mundo abandone o *status* de dado primário e indiscutível, que determinava a ética das ações, e se torne o alvo da própria ética.

A análise prossegue então na direção dos clássicos imperativos éticos a partir do imperativo categórico de Kant formulado em “Fundamentação da Metafísica dos Costumes”: “Aja de modo que tu também possas querer que tua máxima se torne lei geral”. Ou seja, as ações devem ser medidas quanto ao grau de benignidade ou prejuízo, justamente pelo modo como elas podem afetar diretamente o sujeito que as praticou. Seu impacto é avaliado pela

<sup>103</sup> Esse processo de reconfiguração do tempo e do espaço a partir da reversão ocasionada em função da sociedade em rede será a base da argumentação no capítulo seguinte quando se discutir a proposta de uma nova identidade.

influência que causa no *espaço próximo* que cerca o indivíduo, no *instante em que a comete*. Ela é concebida na medida em que cada indivíduo possa guiar as ações pela intenção de que as mesmas possam ser praticadas por todos os seres humanos. A esse imperativo Jonas lança uma nova proposição: “Aja de modo a que os efeitos da tua ação sejam compatíveis com a permanência de uma autêntica vida humana sobre a Terra” (p. 47). Assim, o novo imperativo de responsabilidade extrapolaria os limites da simultaneidade temporal e da imediaticidade espacial das ações ao propor a inclusão voluntária da futura integridade do homem na condução da ação presente; homem este que está distante tanto no tempo quanto no espaço daquele que pratica tais ações.

Após discorrer sobre três exemplos éticos tradicionais que propunham soluções ao momento decisivo em que Jonas escreveu – a religião, a política e a utopia marxista – o autor expõe a idéia de que em nenhum momento ele questiona a validade de tais éticas: o que se questiona é a validade de sua aplicação nas especificidades do cenário atual. Sua tese é a “de que os novos limites do agir exigem uma ética de previsão e responsabilidade compatível com esses limites, que seja tão nova quanto as situações com as quais ela tem de lidar” (p. 57). O maior exemplo que exige essa nova ética é a percepção de que o homem se tornou objeto de sua própria técnica, isto é, a sua “essência” também passou a ser passível de manipulação, cujos maiores exemplos advêm de questões relativas à manipulação genética, como clonagem e pesquisa com células-tronco.

Esse avanço da técnica conduz ao excesso de responsabilidade, uma vez que diante do crescente poder humano, necessita-se de uma contenção responsável baseada no temor. “Uma humildade não como a do passado, em decorrência da pequenez, mas em decorrência da excessiva grandeza de nosso poder” (p. 63). A ética que se calcaria no dever imposto ao *poder* e não apenas na moral que determina o *querer*.

Finalizando essa primeira caracterização do estado atual que exigiria a formulação de uma nova proposição ética, Jonas expõe seu temor de que essa ética fique impossibilitada de ser concretizada, uma vez que no momento de maior vazío assiste-se à ascensão do maior dos poderes, quer dizer, havia (ou ainda há) a coincidência entre o auge da técnica e o auge da crise ontológica. Porém, a seu ver, uma ética, qualquer que seja ela, tinha que existir, pois onde houvesse ação do homem, uma ética a guiaria. Por conseguinte, o autor encerra sua primeira argumentação indicando a crença de que a ética da responsabilidade é possível, alertando mais uma vez que sua obra não se encarregaria de propor as ações que essa ética poderia ocasionar.

*b) Trazendo a responsabilidade para o centro da ética*

Após a reflexão inicial, Jonas (2006) discorre acerca da possibilidade ontológica da responsabilidade que não cabe nos objetivos estritos deste trabalho. O autor se perguntava por que até aquele instante a responsabilidade não ocupara o centro do debate sobre a ética. A seu ver, justamente porque a responsabilidade é uma função do poder e do saber: o indivíduo é responsável por aquilo que pode e sabe fazer. Mas a ação em si não parte de nenhum dos dois; ela parte da vontade, do querer – o poder seria justamente a capacidade de submeter a vontade ao dever. Assim, a ação benéfica (o dever) condicionada ao querer dependia mais de outros elementos afetivos tidos como virtuosos, como coragem (no caso do soldado defendendo seu país), prudência (que inibe ações que possam por em risco a sua integridade e a do próximo) e justiça (que “dá a cada um o seu”). Essa ética é profundamente antropocêntrica, já que o que é bom é avaliado em termos de sua influência na ação do homem que desfruta desse bem que, uma vez experimentado, poderá ser reproduzido para as gerações seguintes. A consciência de futuro existia, mas nunca parecia reservar algo inesperado ou desconhecido, levando apenas à mesma repetição daquela ação “boa”, em consonância com os valores morais estabelecidos. A contemporaneidade, para Jonas, injeta uma intensa dinâmica neste processo. Em suas palavras (p. 211)

nós, contemporâneos, cujo Ser se encontra sob o signo de uma constante mudança que se auto-engendra, cujo produto “natural” são sempre coisas realmente novas e que nunca existiram, não podemos imitar a sabedoria política dos antigos. Eis a razão pela qual, para os antigos – cujo presente não projetava tamanha sombra sobre o futuro, contando apenas com ele mesmo –, a “responsabilidade com os que virão” não constituía uma norma natural de conduta. Não havia nenhum objeto semelhante ao nosso [...].

Essa projeção de uma grande sombra do presente sobre o futuro altera as relações entre poder e dever. Em mais uma inversão kantiana, Jonas pensa que não mais se deve aceitar a máxima: “Você pode, porque você deve”. A questão não é mais compreender o que o homem é para descobrir o que ele pode fazer a partir daí. O princípio é partir daquilo que ele já faz, para então definir as direções do que ele deve fazer. A inversão pronta seria: “você deveria porque você age, você age porque você pode, ou seja, seu poder exorbitante já está em ação” (p. 215). Assim, deve compreender a centralidade do poder na ação ética, uma vez que o mesmo é quem submete a vontade ao dever, assumindo que esse poder se reveste de responsabilidade, é a possibilidade que se tem de trazer a responsabilidade para o centro da

ética. “Portanto, no caso do homem, e apenas nesse caso, o dever surge da vontade de autocontrole do seu poder, exercido conscientemente: em primeiro lugar em relação ao seu próprio Ser” (p. 217), já que não havendo o autocontrole imposto ao poder, a possibilidade de “não-Ser” é bem real. Então é a limitação do poder, que liga a vontade ao dever, que traz a ética para o centro da responsabilidade. Se ela nunca esteve aí, é porque até então o homem não havia questionado e se surpreendido com o alcance de seu poder.

*c) O potencial destrutivo da idéia de progresso*

Tendo declarado a intensidade das mudanças introduzidas no seu tempo histórico e compreendido porque a responsabilidade ainda não havia se colocado como centro da ética, Hans Jonas parte para a segunda parte de seu trabalho, voltado para a crítica de todas as utopias que apontam para o futuro de desenvolvimento ininterrupto – sobretudo a crítica ao marxismo<sup>104</sup>.

Antes mesmo da consagração do método cartesiano superado por Newton em seguida, Jonas critica o ideal baconiano, já que Bacon é tido como o pai da ciência moderna, como principal causador da necessidade de se avaliar o desenvolvimento atual sob a ótica do medo e do perigo e afirma (p. 235):

O perigo decorre da dimensão excessiva da civilização técnico-industrial, baseada nas ciências naturais. O que chamamos de programa baconiano – ou seja, colocar o saber a serviço da dominação da natureza e utilizá-la para melhorar a sorte da humanidade – não contou desde as origens, na sua execução capitalista, com a racionalidade e a retidão que lhe seriam adequadas.

Esse êxito excessivo é problemático porque concorre no aumento demográfico, que sempre clamará por um “mais” em lugar de um “basta”. Ora, o problema está justamente no fato de que este êxito ainda não foi sequer conhecido pela maioria da população mundial: é, pois, lícito exigir que ele seja contido antes que isso ocorra? Fato é que nos moldes tradicionais, o desenvolvimento e o progresso se desenvolveram apoiados numa pilhagem brutal do planeta e sobre esse campo Jonas (p. 236) se posiciona:

---

<sup>104</sup> Recordar-se apenas que estas utopias foram concebidas no momento de consolidação do paradigma newtoniano que, uma vez aplicado à história, produziu as metanarrativas da história, base das utopias na visão de Jonas.

até que este diga a última palavra, não mais consentindo em sua superexploração [...] Mantidas por um longo tempo fora do jogo, graças à técnica, as leis de equilíbrio da ecologia, que impediam o crescimento excessivo de uma única espécie, se imporão de forma assustadora, na mesma proporção em que se atingiram os limites de sua tolerância.

Assim, na compulsão por exercer o poder sobre a natureza, o programa baconiano mostra no ápice de seu triunfo a sua contradição intrínseca de descontrole sobre si mesmo, já que neste ponto, o homem antes inebriado com a onipotência da conquista e submissão da natureza, vê-se incapaz sequer de proteger-se de si mesmo, quanto mais, proteger a natureza do próprio homem. O poder teria se tornado autônomo e, ainda que fosse necessária a catástrofe que resultaria desse poder, o homem deveria perceber a necessidade de um “poder sobre o poder”.

Na visão de Jonas, essa nova forma de poder só pode surgir da própria sociedade. É neste ponto que o autor se pergunta então qual a melhor alternativa social para a formulação dessa ética do poder responsável. O mundo liberal capitalista a seu ver já havia evidenciado seu fracasso. Jonas dedica-se, então, a retirar do comunismo essa possibilidade.

O que interessa dessa crítica ao marxismo é que dela advém a preocupação maior com a utopia, que esteve embutida tanto na idéia progresso capitalista quanto no comunismo soviético. Para a consolidação da ética da responsabilidade, é preciso que o homem se despeça desse ideal utópico que o conduziu ao auge da civilização tecnológica. O primeiro passo nessa direção se daria com o reconhecimento do perigo psicológico da promessa de que o bem-estar mundial possa continuar aumentando acima da média. A utopia socialista, por exemplo, se tivesse obtido êxito na redistribuição desse bem-estar acumulado, apenas poderia aguçar o desejo por mais. Portanto, o perigo está nessa tendência utópica de apontar sempre para o mais e nunca para o menos. Segundo Jonas (p. 265)

*In summa:* em vez do crescimento, a palavra da ordem será a contração, algo muito mais difícil para os pregadores da utopia do que para os pragmáticos, desvinculados de ideologias [...] Nesse mero cálculo pragmático, torna-se um imperativo da maturidade a renúncia ao sonho acalentado pela juventude, que é o que significa a utopia para a humanidade.

No âmbito da desconstrução das utopias, a idéia a ser questionada é a da veracidade das noções de progresso. Nesse sentido, Jonas problematiza a possibilidade de um progresso ético a partir de diversas aplicações da possibilidade do progresso. O primeiro deles

é o do indivíduo<sup>105</sup>. Desta feita, o auto-aprimoramento seria natural e caminharía junto com a maturidade, pois o que se pode e deseja atingir está “além do já alcançado. É aqui que a idéia de ‘progresso’ se originou como conceito e como ideal, abrindo espaço, inclusive para uma ‘utopia’ pessoal” (p. 268). Mas essa idéia que se aplica no âmbito individual é possível no âmbito social? Haveria o progresso da civilização?

Para Jonas, não há dúvida de que a resposta seja positiva, porque o saber humano em suas modalidades é cumulativo e de patrimônio coletivo. É evidente, a seu ver, que o custo humano e animal são altos, mas ainda que nos tivesse sido facultada a possibilidade de uma escolha consciente em favor ou não do progresso da civilização, a resposta dificilmente seria desfavorável.

O primeiro progresso civilizatório é o da ciência e da técnica. O caráter cumulativo das duas é fato inequívoco, mas o preço que se lhe cobra não seria claro. No caso da ciência, a busca pelo conhecimento não é só um direito, mas um importante dever do sujeito do conhecimento. A diferença é que esse sujeito, na ótica de Jonas (p. 270), é cada vez mais coletivo.

Aqui se encontra o preço interno do progresso científico, aquele pago pela qualidade do próprio conhecimento. O nome desse preço é “especialização”, que por causa do enorme aumento do material de conhecimento, por suas subdivisões e seus métodos especiais, cada vez mais sutis, conduz a uma fragmentação extrema do conhecimento total. O preço que o indivíduo paga para poder contribuir criativamente no processo, e mesmo para entender adequadamente o assunto como um observador, é a renúncia a partilhar de tudo o mais que se encontre fora de sua estreita competência. Assim, na medida em que cresce o patrimônio cognitivo coletivo, o conhecimento individual se torna cada vez mais fragmentário.

Essa especialização também acarreta o distanciamento crescente do conhecimento produzido da grande parte de seus contemporâneos. Contudo, não se cogita a possibilidade de frear o processo, até porque esse progresso – que na visão de Jonas talvez seja o único que é realmente desejável – tem caráter eternamente inacabado, o que impossibilita a afirmação de que esteja vinculado à realização de uma utopia.

O mesmo já não poderia ser dito à respeito do rebento das ciências naturais: a técnica. O seu elevado potencial transformador poderia sim, na análise do filósofo, estar ligada à efetivação de uma utopia. E aqui tanto no aspecto positivo quanto negativo. A técnica

---

<sup>105</sup> Nesse ponto, a idéia é aceitável, na medida em que a própria origem da noção de progresso, de acordo com o filósofo, estaria ligada à idéia de uma superação na esfera moral e individual retratada na obra “O Peregrino”, de John Bunyan, que retrata o processo de salvação da alma do cristão.

poderia ser vista tanto como mecanismo de efetivação ou de entrave de uma utopia, o que já denota a possibilidade de que seu progresso possa não ser assim tão desejável, ainda que a idéia de seu movimento autônomo seja um fato unívoco, onde cada etapa necessariamente superaria a anterior.

Mas ainda que haja essas diferenças, a ciência e a técnica caminharam juntas e foi deste modo que prometeram um futuro melhor à humanidade. Assim, seu progresso, essa “aventura prometêica”, deixou de ser o meio, passando a ser um fim em si mesmo. Desta feita, ter-se-ia formulado uma nova utopia, que temerosamente não teria fim, uma vez que a auto-superação do homem aponta somente para o infinito das possibilidades. A grande dificuldade é que a técnica só pode ser medida a partir de seus resultados e estes são carregados de uma ambivalência que jamais poderão encerrar a discussão se seu progresso é ou não desejado.

*d) A crítica da utopia e a centralidade da questão ambiental na proposição do imperativo de responsabilidade*

Para a crítica dessa utopia, o primeiro passo é a análise das condições materiais para a possibilidade de sua concretização, pois todo ideal utópico depende da possibilidade de reproduzir o conforto e disponibilizá-lo a todos. Com a radicalização da técnica, tanto o fomento da abundância de matéria quanto a comodidade de sua obtenção se tornaram mais viáveis. Assim, a efetivação da utopia dependeria cada vez mais da elevação da potência da produção e da técnica.

Neste ponto, Jonas elenca uma série de problemáticas que põe em relevo o problema da agressão e do esgotamento de matérias primas para esse desenvolvimento exponencial. Aqui, “pouco importa que tal agressão venha de ‘direita’ ou da ‘esquerda’, que o agressor seja marxista ou burguês liberal, pois as leis da natureza não são nenhum preconceito burguês” (p. 300). O problema é qual é o limite para tal agressão.

O autor se coloca como porta-voz da tese deste capítulo, de que a crise ética da ciência e da técnica ganhou novos contornos a partir da percepção de uma nova problemática, que só é potencializada com o novo impulso tecnológico da década de 1970: a questão ambiental. A esse respeito afirma (p. 301):

É uma descoberta relativamente recente não só a de que tal coisa [o esgotamento dos recursos naturais] pode acontecer em princípio, do ponto de vista das leis físicas, mas que, para esta nave Terra estritamente limitada, tal catástrofe possa ser o resultado direto das agressões que o homem lhe venha a fazer, ou já está fazendo. Isso impõe um amortecedor até então desconhecido à crença do progresso, seja socialista ou capitalista.

A despeito da natureza da ideologia, a questão é muito mais complexa. Na formulação do questionamento básico acerca de qual seria o limite do desenvolvimento tecnológico, Jonas (p. 301) reconhece:

Essa questão situa-se no domínio do saber da jovem ciência ecológica e, em particular, nas áreas de conhecimento de biólogos, agrônomos, químicos, geólogos, climatologistas e outros, além de economistas e engenheiros, de urbanistas e especialistas em transporte, cuja colaboração *interdisciplinar* conduz à ciência ecológica de que hoje necessitamos. Aqui o filósofo nada tem a dizer, apenas ouvir.

Ora, é precisamente em resposta a essa expectativa que se mobilizou o movimento ambiental a partir da década de 1980, como ficou evidenciado na análise das fontes que abriu o capítulo. Para reforçar esse aspecto, Jonas elenca alguns dos problemas que naquele instante já eram verificáveis e que hoje ditam a pauta. O primeiro é o problema da alimentação, analisado sobre a problemática dos agrotóxicos (e atualmente reverberado na agricultura orgânica, no debate sobre os transgênicos etc.). Esta preocupação com a alimentação da população global, na época em 4,2 bilhões, já suscitava um questionamento mais amplo: o problema da crise energética.

Jonas reitera a tese de que o planeta possui um sistema cíclico fechado de energia. Nenhuma forma de energia é perdida. Para concretização do ideal utópico, há a dependência da disponibilização de grande quantidade de energia, mais do que de matéria-prima propriamente dita. A primeira questão que o autor discute é acerca da viabilidade das diversas formas de produção de energia, renováveis e não-renováveis. As últimas, mais limpas e puras, já contavam com a exigência de um grande investimento para um retorno relativamente reduzido. Em última análise, o que Jonas aponta é para o problema térmico último: a questão do aquecimento global. O problema geral é que pela irrefutável lei física da entropia, todo processo de consumo de energia resulta em perda parcial de calor, daí a impossibilidade do uso irrestrito do uso da energia no espaço terrestre.

Sobre essas afirmações, Jonas (p. 307) faz questão de ressaltar que sua análise não pretende ser uma forma de desestímulo ao desenvolvimento de novas matrizes energéticas (principalmente as limpas).

Mas [...] tal cálculo precisa ser feito bem antes dessa situação, pois seria melhor antecipar os patamares críticos do que aguardar a chegada até eles. *Para tal, necessitamos de uma nova ciência que saiba lidar com a enorme complexidade das interdependências.* Enquanto não existirem projeções seguras [...] a prudência será a melhor parte da coragem e certamente um imperativo de responsabilidade [...]

Assim, o primeiro imperativo é essa crítica à grandiloquência do poder e o apelo a fins mais modestos. É desse ponto que nasce a ciência ambiental e a interdisciplinaridade que rejeita a excessiva fragmentação e explica o modo pelo qual o ambientalismo lida com a ciência. Logo, “é necessário em todo caso, renunciar à utopia, o fim excessivo *par excellence*, tanto porque seus esforços conduzem à catástrofe quanto porque ela não pode perdurar por um período de tempo que valha a pena” (p. 308).

Após esse primeiro passo da crítica utópica, que repousa sobre a preocupação com as matrizes energéticas, Jonas passa para a sua relação com o surgimento do imperativo ético de responsabilidade. Como já apontara anteriormente, Jonas (p. 349) destaca que para além da sua relação com qualquer matriz ideológica, a tecnologia possui em si mesma uma dinâmica utópica.

Assim, a crítica da utopia implicava numa crítica da tecnologia, na antecipação de suas possibilidades extremas. [Ela também] serve à fundamentação da alternativa que nos incumbe: a da ética da responsabilidade, que hoje, após vários séculos de euforia pós-baconiana e prometética, de onde se originou também o marxismo, deve segurar as rédeas desse progresso galopante. Conter tal progresso deveria ser visto como nada mais do que uma precaução inteligente, acompanhada de uma simples decência em relação aos nossos descendentes. Se não o fizermos, a natureza o fará, de maneira terrível [...] *Do jeito que estão as coisas, durante certo tempo a postura positiva implicará desempenhar-se, antes de tudo, de funções de preservação e proteção, no seio do qual poderão exercer-se as funções de recuperação e melhoramento, embora submetendo-as sempre, no entanto, ao signo da modéstia.* (grifo meu)

Esses seriam as primeiras ações práticas de um princípio de responsabilidade. Justamente as ações que o ambientalismo arroga para si desde a década de 1980 – vide o caráter conservacionista e recuperacionista da ARCA e da FOB em pauta.

Criticar a utopia significa refutar o sonho. E essa refutação significa também abandonar a perspectiva de que se possa prever qual será o futuro da história, como o faz a utopia marxista e outras metanarrativas históricas. “O espírito da responsabilidade rejeita o veredicto prematuro da fatalidade por ter assumido o ‘rumo da história’” (p. 350). A crítica é válida não tanto pela influência que exerce na utopia em si, mas porque através dela se abrem as possibilidades reais <sup>106</sup>. É no seio dessas possibilidades práticas que nasce o novo movimento ambiental.

Assim, à ética utópica da esperança, Jonas contrapõe a ética não-utópica da responsabilidade. Salienta que essa não é a ética do medo, ainda que a heurística deste seja fundamental, já que os tempos são outros e o medo não pode ser somente uma característica dos pusilânimes, como pontua (p. 352)

O medo que faz parte da responsabilidade não é aquele que nos aconselha a não agir, mas aquele que nos convida a agir. Trata-se de um medo que tem a ver com o objeto da responsabilidade [...] *A responsabilidade é o cuidado reconhecido como obrigação em relação a um outro ser, que se torna a “preocupação” quando há uma ameaça a sua vulnerabilidade* [...] Quanto mais no futuro *longínquo* situa-se aquilo que se teme, quanto mais distante do nosso bem-estar ou mal-estar, quanto menos familiar for o seu gênero, mais necessitam ser diligentemente mobilizadas a lucidez da imaginação e a sensibilidade dos sentidos. (grifo meu)

A perda de sensibilidade, apontada também por Sevcenko, precisa imaginar o infortúnio antes, para apenas depois conceber a salvação. A acusação de pusilanimidade não parecia incomodar Jonas. Medo não é covardia, do mesmo modo que angústia não é ansiedade. Esta viria a partir do momento em que o homem abandonasse o caminho ao encontrar a angústia; permanecer no caminho é o principal objetivo de um novo tratado ético.

Vale ainda a observação de que a recuperação da visão positiva do homem é um benefício presente, o que implica dizer que não se trata de um sacrifício ao homem contemporâneo. Essa recuperação só se dará mediante a antecipação de sua visão negativa. Daí abre-se a possibilidade do que ele possa vir a ser (p. 353).

Somente o respeito, na medida em que ele nos revela um algo ‘sagrado’, que não deveria ser afetado em nenhuma hipótese (o que podemos vislumbrar mesmo, sem uma religião positiva), nos protegeria de *desonrar o presente em nome do futuro*, de querer comprar este último ao preço do primeiro [...] A proteção do patrimônio em sua existência de permanecer semelhante ao que ele é, ou seja, protegê-lo da degradação, é tarefa de cada minuto; não

<sup>106</sup> Essas possibilidades práticas, como o autor apontara anteriormente, não foram por ele sistematizadas – tarefa que se propôs a realizar em momento posterior, mas que não concretizou antes de sua morte, em 1993.

permitir nenhuma interrupção nessa tarefa é a melhor garantia de sua duração; se ela não é uma garantia, pelo menos é o pressuposto da integridade futura da “imagem e semelhança” [...] Guardar intacto tal patrimônio contra os perigos do tempo e contra a própria ação dos homens não é um fim utópico, mas tampouco se trata de um fim tão humilde. Trata-se de assumir a responsabilidade pelo futuro do homem. (grifo meu)

Antes de dar por encerrada a reflexão de Jonas no que se refere aos interesses deste trabalho, cabe salientar a experiência do intelectual. Tal como os autores que fazem a crítica a partir da segunda metade do século XX, o autor se reporta aos traumas do momento na busca dessa nova ética. Traumas pessoais inclusive. Judeu e alemão, Jonas se viu obrigado a fugir da Alemanha e envolveu-se diretamente na luta sionista e contra o nazismo (alistando-se nas tropas inglesas). Da época se colhe o depoimento que o autor concedeu, citado por Siqueira (1999):

Cinco anos como soldado no exército britânico na guerra contra Hitler [...] Afastado dos livros e de toda parafernália da pesquisa [...] Mas algo mais substantivo e essencial estava envolvido. O estado apocalíptico das coisas, a queda ameaçadora do mundo, [...] a proximidade da morte, [...] tudo isto foi terreno suficiente para se dar uma nova reflexão sobre as fundações do nosso ser e para rever os princípios pelos quais guiamos nosso pensamento sobre elas. Assim, de volta às minhas próprias origens, fui arremessado de volta à missão básica de filósofo e de seu empreendimento nato, que é pensar.

Desta forma, a reflexão acerca do medo estaria ligada a essa experiência da morte, do estado apocalíptico potencializado pelo avanço da técnica. Portanto, adiciona-se à análise esse viés, que certamente contribui quando se pensa as idéias de Jonas.

Entretanto, é necessário ressaltar que a preocupação deste trabalho não é a de suscitar uma discussão que permita avaliar a validade dessas idéias. Se os questionamentos ontológicos e a dimensão das mudanças de mesma natureza que ele aponta são realmente da ordem imaginadas, é uma questão que exigiria um trabalho exclusivo e, quiçá, futuro. A questão que se defende é que pelo menos as mudanças que geram a sua reflexão são reais e profundas e a ética que o autor propõe, mesmo não sendo analisada aqui em suas minúcias ontológicas, encontra ressonância nas décadas seguintes e no movimento ambiental<sup>107</sup>.

---

<sup>107</sup> Certamente não se pretende com essa afirmação minimizar a influência da ética da responsabilidade em outras novas discussões, como a bioética por exemplo. Apenas privilegia-se o aspecto mais abrangente do ambientalismo uma vez que, além de ser o tema de todo o trabalho, o mesmo se mostra como o que melhor inclui a perspectiva totalizante que exige o novo imperativo.

Diferentemente do que primeiro capítulo, não cabe aqui uma verificação da aplicação da teoria aos estudos de caso porque é um tema que privilegia os aspectos discursivos, e tanto estes aspectos quanto sua aplicabilidade prática foram referenciados no início do capítulo, quando da identificação da problemática em questão. Porém, tem-se uma última questão verificada no discurso dos movimentos, que se vincula à busca por uma resposta ao imperativo ético de responsabilidade, propositalmente deixada para o fim do capítulo: o tema do desenvolvimento sustentável.

## **2.5 O desenvolvimento sustentável: o princípio responsabilidade concretizado**

Há que se proceder ao mesmo esforço que se repetiu na abertura dos capítulos, procurando identificar no discurso dos movimentos a questão proposta para discussão. Essa preocupação pauta-se pelo cuidado em permear o campo teórico com análises empíricas, de modo que as duas dimensões em momento algum apareçam dissociadas ou compartimentadas.

Seguindo a lógica até aqui desenvolvida, a identificação começa através da ARCA. O problema do desenvolvimento tão caro ao Brasil, tangencialmente abordado no primeiro capítulo, já aparece quando da promulgação do “Pacote Ecológico”, em 1988. O professor entrevistado sobre o tema naquele primeiro informativo da ARCA acerca do evento acadêmico com temática ambiental afirma que “o binômio natureza/desenvolvimento entra num processo crítico atualmente. Quer dizer, a aspiração desenvolvimentista que foi imposta ao Brasil tem levado a uma exaustão dos recursos naturais”<sup>108</sup>, o que obviamente conferia ao pacote um aspecto positivo, já que ele previa dar início a essa regulamentação do desenvolvimento.

O tema da entrevista seguinte é justamente o da criação, naquele momento, da exigência da elaboração de relatórios e estudos de impacto ambiental para a execução de obras públicas ou privadas, que afetassem diretamente o meio ambiente. Essa nova imposição também pode ser vista como fruto dessa resignificação da idéia de desenvolvimento, na direção do que, na análise de Jonas, representa uma revisão da noção de progresso. Em outras

<sup>108</sup> Documento 4. Ver também a nota 13 de rodapé do capítulo primeiro.

palavras, o EIA e o Rima, que se pretendia, iriam justamente pôr em relevo o custo de cada intervenção.

Nesse aspecto, a principal forma de atuação da ARCA – a elaboração de projetos de ocupação, planos diretores e de manejo – coloca-se como um dos instrumentos de execução de um desenvolvimento sustentável a partir dos parâmetros de organização. Provavelmente um dos mais importantes exemplos desse planejamento, se deu na ocasião da participação ativa da ONG nas discussões acerca da construção da Barragem do Ribeirão João Leite em Goiânia, hoje concluída. O informativo de julho/agosto de 2000 demonstra a preocupação com a criação de uma área de proteção ao redor da barragem, uma vez que a experiência de outras metrópoles comprovava a tendência à especulação imobiliária e demais problemas poluidores, que acabariam contrariando o objetivo maior da obra, o abastecimento da população metropolitana. O mesmo ano marca o incremento dos cursos de pós-graduação voltados para a elaboração dos planos diretores de diversos municípios.

O conceito de sustentabilidade só surge no último informativo do ano 2000. Na resposta à questão de qual a principal tarefa do ambientalismo no contexto da virada do milênio a resposta foi: “A principal discussão atualmente é a da sustentabilidade. Nossa tarefa é a de criar mecanismos sociais de defesa do patrimônio ambiental, levando para os conselhos que estão se formando na sociedade civil [...] propostas para solucionar problemas de áreas degradadas à nossa volta”<sup>109</sup>. A partir de então se percebe com frequência a noção de sustentabilidade, o que permitiria a afirmação de que o conceito de desenvolvimento sustentável consolidou-se na virada do milênio. Tanto é que no Relatório de Atividades de 2000 vê-se claramente o enfoque nas ações de caráter sustentável.

É até mesmo possível perceber em 2002, uma crítica à panacéia que havia se tornado a noção de sustentabilidade. Em artigo intitulado “Crescimento econômico x sustentabilidade”, motivado a partir do III Fórum Social Mundial, a crítica é desvelada: “O desenvolvimento econômico exige aumento do consumo e da produção, a sustentabilidade pressupõe justamente o contrário. Como nos lembra Cecília Meirelles, ou se calça a luva ou se põe o anel”<sup>110</sup>. As questões filosóficas de Jonas vão, assim, sendo formuladas nos termos dos próprios atores.

Essa crítica é retomada no informativo seguinte, quando a então presidente da ARCA, Miraci Nucada, relembra que o conceito de desenvolvimento sustentável surgiu de

---

<sup>109</sup> Documento 9.

<sup>110</sup> Documento 11.

um acordo firmado por 178 países, por ocasião da ECO-92, destacando, contudo que seu uso displicente fez com que “o real significado da expressão e o seu sentido macro” fossem sendo “banalizados e os preceitos básicos para se atingir a sustentabilidade como a educação e o empenho pessoal e coletivo” fossem minimizados. “Desenvolvimento sustentável requer uma nova visão, voltada para o coletivo, em que todas as intervenções da natureza estejam sistematicamente planejadas, para que o desenvolvimento econômico caminhe junto ao social e ao ambiental”<sup>111</sup>. A possível razão para a retomada do tema dez anos depois era justamente a constatação de que pouca coisa mudara desde a criação do conceito, em 1992, justamente em função da sua correta compreensão.

O último informativo a que se teve acesso, de 2003, reforça a tese de que é neste início de século que o conceito de sustentabilidade se consolidou. Em mais uma defesa da criação de uma “cultura de planejamento” no Brasil, a preocupação com a formação técnica e com o uso positivo da ciência aparece aliada à questão do desenvolvimento sustentável:

[...] Temos a falta de formação técnica para o planejamento. Na verdade, essa é uma luta que a sociedade vai ter que enfrentar, porque sem planejamento nossos recursos vão desaparecer. Na ARCA, nós entendemos que o planejamento é a essência da sustentabilidade. Se nós queremos ter uma vida e progresso a longo prazo, temos que fazer isso de forma planejada, por exemplo, protegendo os recursos naturais, pensando o transporte coletivo para o futuro baseado nos gastos, no menor consumo do combustível fóssil.<sup>112</sup>

Esse desenvolvimento sustentável atende o objetivo de uma ética de responsabilidade porque parte de um princípio de proteção e conservação da natureza. O conceito de sustentabilidade implica justamente esse “progresso a longo prazo”, que certamente não é mais aquele mesmo progresso desconstruído na discussão de Jonas. E como a ética, em suas acepções clássicas, se manifesta principalmente nas relações interpessoais, a possibilidade de um desenvolvimento sustentável acaba servindo também como mecanismo de justiça social, principalmente de comunidades mais tradicionais, ligadas a atividades primárias como caça e coleta. Tal fato fica evidenciado em alguns projetos mais recentes da ARCA, como o Projeto Vale Vivo, em torno da recuperação da bacia do Rio Caldas, que inclui em suas ações a “capacitação de agricultores locais para a produção sustentável”. A sustentabilidade, portanto, alia a questão do uso do conhecimento na ressignificação da idéia

---

<sup>111</sup> Documento 12.

<sup>112</sup> Documento 14.

de progresso, não privando o homem atual de melhorias e mantendo a possibilidade de que as gerações futuras também as experimentem.

O mesmo processo de ascensão da sustentabilidade pode ser percebido na Fundação O Boticário. O fato se efetiva com a mudança na parceria do financiamento do PICN, pois a partir de 2001 foram disponibilizados recursos para a implementação de projetos que visavam à conservação de recursos naturais, ao mesmo tempo em que se promovia o desenvolvimento socioeconômico de comunidades menos favorecidas. Da parceria com a Fundação Interamericana também criou-se o “Fundo de Apoio para projetos de Ecodesenvolvimento”, em 2001, visando a potencialização das ações conjuntas das duas instituições.<sup>113</sup>

A inserção da FOB e de sua empresa mantenedora no contexto da sustentabilidade também pode ser evidenciada pela aceitação das Oito Metas do Milênio, propostas em 2000, no contexto da elaboração da Declaração do Milênio pela ONU, documento assinado por 191 países, incluindo o Brasil, tomado como símbolo global de compromisso com a sustentabilidade do planeta. As oito metas que deveriam ser atingidas até 2015 consistiam em: 1) Acabar com a fome e a miséria; 2) Educação básica de qualidade para todos; 3) Igualdade entre os sexos e valorização da mulher; 4) Reduzir a mortalidade infantil; 5) Melhorar a saúde das gestantes; 6) Combater a AIDS, malária e outras doenças; 7) Qualidade de vida e respeito ao meio ambiente; 8) Todo mundo trabalhando pelo desenvolvimento. Assim, a causa ambiental já se colocava como uma das principais necessidades, sendo que paulatinamente ela conquistou, a partir daí, cada vez mais proeminência no debate internacional, juntamente com a perspectiva de desenvolvimento sustentável. O Boticário fez questão de salientar que todas essas medidas “estão totalmente inseridas na gestão dos negócios”<sup>114</sup>.

No documento assinado por assembléia geral da ONU que se reuniu de 6 a 8 de setembro daquele ano, vê-se que pouco mais de vinte anos após o esforço filosófico de Hans Jonas, a responsabilidade ascendia ao centro de uma reunião que visava estabelecer a norma de conduta para todo um milênio, o que deixa subentendida a tentativa de reversão do caráter imediatista das ações. Logo no início, quando se expõe os valores e princípios que norteiam o documento lê-se no item 2:

Reconhecemos que, para além das responsabilidades que todos temos perante nossas sociedades, temos a responsabilidade coletiva de respeitar e defender os princípios da dignidade humana, da igualdade e da equidade, no

<sup>113</sup> Ver nota de rodapé 47 do capítulo anterior.

<sup>114</sup> Disponível em <<http://www.boticario.com.br>>. Acesso em: jun. 2008.

nível mundial. Como dirigentes, temos um dever para com todos os habitantes do planeta, em especial para com os desfavorecidos e, em particular, com as crianças do mundo, a quem pertence o futuro.<sup>115</sup>

A responsabilidade aparece novamente como um dos seis valores fundamentais que conduziram à formulação do documento. E não só ela, mas antes, também, o respeito à natureza. Interessante é que eles são acrescidos a valores mais tradicionais: liberdade, igualdade, solidariedade e tolerância. Ora, não é pouca coisa figurar ao lado dos quatro princípios que moldaram o mundo ocidental desde 1789 – tomando-se solidariedade e tolerância como partes da fraternidade. Assim é que na definição dos valores, são colocados como fundamentais:

Respeito pela natureza. É necessário atuar com *prudência* na gestão de todas as espécies e recursos naturais, de acordo com os princípios do *desenvolvimento sustentável*. Só assim poderemos conservar e transmitir aos nossos descendentes as imensuráveis riquezas que a natureza nos oferece. É preciso alterar os atuais padrões insustentáveis de produção e consumo, no interesse do nosso *bem-estar futuro* e no das *futuras gerações*.

Responsabilidade comum. A *responsabilidade* pela gestão do *desenvolvimento econômico e social* no mundo e por enfrentar as ameaças à paz e segurança internacionais deve ser partilhada por todos os Estados do mundo e ser exercida multilateralmente. Sendo a organização de caráter mais universal e mais representativa de todo o mundo, as Nações Unidas devem desempenhar um papel central neste domínio.<sup>116</sup> (grifo meu)

Assim, as citações acima unem perfeitamente a problemática e não deixa dúvidas de que se em 1979 a responsabilidade não estava no centro do debate ético, em 2000, o processo de conexão, mediante o reconhecimento do abuso do poder humano, que implicava em um novo dever, estava completo. E para a ressignificação daquele progresso relativizado, cunha-se o termo desenvolvimento sustentável.

Este documento internacional foi assimilado como base para a gestão empresarial de O Boticário, sendo a FOB, o primeiro e mais consolidado exemplo. Há que enfatizar que esta não é a única ação de cunho responsável da empresa. Além das preocupações ambientais na produção dos cosméticos assinalados no início do capítulo, a empresa mantém também o “Instituto O Boticário”, que também integra o Grupo de Institutos e Fundações Empresariais (Gife), estando assim plenamente inserido no contexto das redes. O instituto é o braço da empresa voltado especificamente para a responsabilidade social nas áreas da cultura e do

<sup>115</sup> Documento 25.

<sup>116</sup> Documento 25.

ensino. Assim, consolida-se a conexão entre a responsabilidade ambiental e a responsabilidade social na mentalidade das empresas, quando se sedimenta o conceito de *marketing* sócio-ambiental.

A própria Fundação evidencia a preocupação com o contexto brasileiro não só porque este “é considerado um dos maiores abrigos de vida do mundo, mas [também porque] enfrenta significativos desafios sócioeconômicos. O uso inadequado dos recursos naturais tem causado degradação, extinção de espécies e, conseqüentemente, diversos reflexos negativos ao equilíbrio natural”<sup>117</sup>. Atraso social e atraso econômico colaborariam, assim, na degradação ambiental, e uma busca por solucioná-los conduziria na exploração incorreta dos recursos naturais. Daí a importância do planejamento e do desenvolvimento sustentável, que, numa mesma concepção, estende a responsabilidade entre os indivíduos, sem perder de vista a responsabilidade com o meio ambiente.

Nesse cenário, a empresa O Boticário assume políticas de investimento social privado, e nunca perde de vista o meio-ambiente: “O Boticário acredita que seu papel vai além do negócio e, por isso, deve contribuir para o desenvolvimento social e respeitar o direito de todas as gerações à vida, equilibrando desenvolvimento sócio-econômico com a proteção da natureza e do meio ambiente”. Por isso a empresa procura:

- Promover e realizar ações para a transformação social que sejam planejadas, monitoradas e continuamente avaliadas;
- Priorizar suas ações para a conservação da natureza e do meio ambiente;
- Conscientizar e educar sua rede de relações para que essa política seja assimilada e praticada, fomentando o exercício da cidadania;
- Garantir os recursos necessários para o cumprimento desta política, bem como assegurar sua constante análise crítica e adequação.

Isso significa que, mais que praticar uma gestão responsável, a empresa se mobiliza para disseminar estes valores. Com uma administração ética e transparente, O Boticário conduz seus negócios baseado em valores sólidos de respeito aos seres humanos e ao meio ambiente.<sup>118</sup>

<sup>117</sup> Disponível em <<http://www.fundacaooboticario.org>>. Acesso em: jun. 2008.

<sup>118</sup> Disponível em <<http://www.boticario.com.br>>. Acesso em: jun. 2008. As citações a respeito dos documentos da FOB e de sua empresa mantenedora para este capítulo findam-se aqui. Mas poder-se-ia evocar alguns trechos acerca das ações que José Lutzenberger, como fonte de inspiração, promoveu em sua Fundação Gaia. A fundação foi criada em 1987 “para promover consciência ecológica e desenvolvimento sustentável, atualmente praticando e promovendo agricultura ecológica, regenerativa, educação ambiental para crianças e conscientização ecológica para a comunidade em geral [...] Dentro do contexto de um desenvolvimento sustentável, Lutzenberger preocupava-se, além disso, com energias limpas, renováveis e todo o panorama de tecnologias brandas ou suaves que são as tecnologias ecologicamente sustentáveis e socialmente desejáveis.” Disponível em <<http://www.fundacaogaia.org.br>>. Acesso em: jun. 2008.

Enfim, a problemática do desenvolvimento sustentável consegue vincular as questões apontadas neste capítulo. Através da ressignificação do uso da ciência e do desenvolvimento de novas técnicas, mediante a assimilação do imperativo de responsabilidade e ética, os movimentos conseguem idealizar ações que atendam tanto às necessidades dos grupos humanos quanto preservar o meio ambiente e permitir a sua perenidade.

No caso da ARCA, esse tema encerra o problema da aproximação com o movimentalismo popular. Ainda que a retórica “de esquerda” seja freqüente, a tendência foi de um gradual afastamento, ao longo da década de 1990, do discurso pela “luta” e “batalha”. Não mais a figura do “povo” aparece, mas é a “sociedade civil” vigilante e ativa que formula as ações. A sustentabilidade, então, na medida em que promove também a justiça social, assimila as outras causas que se abrigam sob o teto do ambientalismo.

Quanto à FOB, a sustentabilidade evidencia a noção de responsabilidade social, pondo em relevo mais uma vez a perspectiva do *marketing* social e ambiental e a agregação de valor à marca, manifestada na aprovação do consumidor, fazendo da empresa, de acordo com seu *site*, a maior franqueada mundial na área de cosméticos – o que não significa por em dúvida a relevância das ações que ela desempenha. A própria empresa salienta: “Acreditamos que para ser uma empresa bem-sucedida, é preciso ir além do lucro financeiro. Uma gestão de sucesso contribui para a preservação do meio ambiente e é capaz de ter práticas socialmente responsáveis permeando o seu negócio”<sup>119</sup>.

Ao final, pesa a percepção de que o princípio responsabilidade conseguiu se consolidar no momento da virada do milênio como motivador de uma nova ética. Efetuando uma ressignificação da visão do conhecimento e da técnica e, através disso, possibilitou ao movimento ambientalista o uso recorrente dos mesmos na proposição de suas ações. Isso explica a relação ambígua entre ambientalismo e ciência, na medida em que a própria reivindicação pelo princípio responsabilidade surge da preocupação ambiental e é primeiramente imposto à ciência e à técnica. Importa então perceber como essa responsabilidade é individualizada na forma da proposição de uma nova identidade, que gradativamente vai sendo assimilada pela sociedade civil.

---

<sup>119</sup> Disponível em <<http://www.boticario.com>>. Acesso em: 26 jun. 2008.

## **CAPÍTULO III**

### **O NOVO HOMEM: A solidariedade da espécie na identidade biológica**

*Cada vez mais eu sinto que quero morar num  
Grande Aqui e num Longo Agora.*

Brian Eno

Este capítulo, em relação aos anteriores, estrutura-se de forma distinta. Isso se deve ao fato de que a argumentação precedente tem sentido para sustentar, aqui, o argumento da possibilidade de uma identidade biológica, defendida pelo movimento ambiental. Assim, a sua leitura exige uma conexão com o discurso da ARCA e da FOB, que foi problematizado quando se tratou da sociedade em rede; da emergência dos novos paradigmas de associativismo e da crise ética, que abre espaço para o imperativo de responsabilidade, estabelecendo a nova relação entre ambientalismo e ciência.

Assim, o volume de remissões diretas aos documentos será substancialmente menor. Crê-se, também, que a problemática foi evidenciada desde o início do trabalho, já que os estudos de caso têm demonstrado a aplicabilidade das hipóteses teóricas, como será ressaltado a seguir.

### 3.1 A categoria identidade para a análise dos movimentos sociais contemporâneos

A questão que se coloca ao final deste trabalho é a defesa de que, para além daquelas sub-identidades apontadas na tipologia de Castells, discutida no primeiro capítulo, o movimento ambiental consegue, em meio à sua dissonância criativa, conceber a possibilidade de uma identidade única. O autor assinala o apelo do movimento ambientalista para a “*criação de uma nova identidade, uma identidade biológica, uma cultura da espécie humana como componente da natureza*” (CASTELLS, 1999, p.159, grifo original). Desta forma, exige-se uma correta apreensão da categoria identidade e do motivo pelo qual esta parece se colocar como o mais adequado instrumento que possibilita a compreensão de movimentos sociais inseridos no contexto de mudanças sentidas desde a década de 1970.

É lugar comum entre os autores que tratam o tema a certeza da aparente impossibilidade de definir satisfatoriamente o conceito de identidade. Contudo, cabe aqui elencar alguns pontos que certamente clarificarão o modo pelo qual se lida aqui com o conceito. Pode-se inicialmente recorrer aos argumentos de Gutiérrez (1989). O autor lembra que identidade está etimologicamente ligada a *idem*, à noção de ser e permanecer o mesmo, à “precisão matemática que a define como ‘igualdade que se realiza sempre, qualquer que seja o valor das variáveis contidas em sua expressão’” (p.30). Identidade, portanto, seria aquilo que socialmente confere o sentido de pertencimento a determinado grupo social, que possui algo de partilha comum, que diz respeito a todos. Recorrendo mais uma vez a Manuel Castells, sinteticamente poder-se-ia afirmar que identidade é “a fonte de significado e experiência de um povo” (CASTELLS, *op. cit.*, p.22).

Embora pareça ligeiro, cabe ressaltar que a identidade é sempre produzida na relação dialética entre o Eu e Outro. É somente a partir do reconhecimento e estabelecimento das diferenças que se torna possível ao sujeito imaginar a fronteira do território ao qual ele pertence e que exclui aquele que é diferente de si. No entanto, como lembra Hall (2003) e Santiago (2006), tal processo de diferenciação nunca se dá – e mais do que nunca no contexto da pós-modernidade – de uma maneira estanque. Apoiando-se no conceito derridiano de *différance*, Hall tenta entender a produção de identidades inserida no contexto dos movimentos diaspóricos, não a partir da mera oposição de binarismos, no qual a fronteira causa uma separação definitiva. Tem-se aqui um processo de significação relacional e

transitório, no qual a identidade diaspórica apresenta-se como possível tradutora entre os mundos, exatamente porque se coloca no ponto de deslizamento de significados entre uma cultura e outra. Essa mesma característica da diferenciação é identificada por Santiago em sua análise acerca das obras de Sérgio Buarque de Holanda e Octávio Paz, tomadas como paradigmas do processo de constituição identitária latino-americana. Ressaltando o caráter *a posteriori* de tal análise, o autor enuncia as palavras do próprio Derrida, segundo o qual, *différance* é o que faz com que “o movimento da significação só seja possível se cada elemento dito ‘presente’, aparecendo no cenário da presença, relacionar-se com algo que não seja ele próprio, guardando em si a marca do elemento passado e já se deixando escavar pela marca de sua relação com o elemento futuro” (DERRIDA *apud* SANTIAGO, 2006, p.38). Em suma, partindo do pressuposto de que identificar-se com algo é um processo possível somente no âmbito da atribuição de sentido, isto é, da significação, e de que o movimento de significação só ocorre plenamente quando se relaciona com algo que não seja ele próprio, não é possível que haja significação e produção de identidade sem que haja, também, o Outro. De fato, segundo Calhoun *apud* Castells (p. 22)

Não temos conhecimento de um povo que não tenha nomes, idiomas ou culturas em que alguma forma de distinção entre o eu e o outro, nós e eles, não seja estabelecida... O autoconhecimento – invariavelmente uma construção, não importa o quanto possa parecer uma descoberta – nunca está totalmente dissociado da necessidade de ser conhecido, de modos específicos, pelos outros.

Importa salientar aqui as mudanças arroladas desde o início do trabalho efetuadas nesse processo de produção de identidades a partir de 1970 e os problemas que dele advêm. Se por um lado, em um mundo que a todo momento solapa as referências tradicionais do sujeito histórico, a identidade é um refúgio e uma segurança, por outro, a exacerbada fragmentação tem manifestado alguns sintomas problemáticos. Parga é um dos autores que denunciam a incapacidade de construir uma imagem coerente de si mesmo em função do excesso de referenciais, que culmina em um sentimento de estranhamento diante do mundo – onde ecoam as palavras de Sabato –, e principalmente, na fobia à alteridade, tão presente em fundamentalismos e novos nacionalismos (PARGA, 1992, p. 23). O próprio movimento ambientalista apresenta uma vertente mais fundamentalista que, em diversos momentos, flerta com tais posturas radicais e excludentes. Antes, porém, de passar-se à especificidade que nos importa aqui, é necessário evidenciar a importância da categoria *identidade* para uma análise sociológica e histórica dos acontecimentos do fim do século XX.

Hall (2001) acrescenta pontos novos nessa reflexão. De modo bastante didático o autor debate e analisa a situação da identidade cultural na modernidade tardia, ou pós-modernidade. Partindo do instante em que a noção de sujeito passa a ser mais refletida, o Iluminismo – na simultânea representação do mundo apresentada no capítulo anterior –, Hall lembra como, de início, o sujeito era entendido como indivíduo totalmente centrado em si mesmo e unificado. Tal concepção altera-se substancialmente no século XIX, quando o “sujeito social” reflete a crescente complexificação da sociedade e acompanha o desenvolvimento das ciências sociais. Interessa, porém, o momento fundamental de virada para o século XX e todo o seu decurso, que retira do sujeito uma identidade fixa e essencial, tornando-o, nas palavras do autor, “uma celebração móvel”.

Perpassando o breve século que se findou, Hall retoma as novas reflexões teóricas que contribuíram para o descentramento do sujeito, isto é, a retirada da identificação social de um centro unívoco que emane significado e sentido. As releituras anti-humanistas das tradições marxistas em Althusser, as denúncias da ilusão de unidade que a Psicanálise controbuiu através de Freud e Lacan, as análises da linguagem estrutural de Saussure, a genealogia do sujeito social: estas e outras idéias tanto contribuíram quanto se mostraram como reflexo do processo de fragmentação de grandes totalidades explicativas reinantes até então. O sujeito pós-moderno apresentar-se-ia, portanto, totalmente descentrado, com uma identidade aberta, fragmentada e inacabada.

Esse descentramento é resultado basicamente de uma complexa reversão daquilo que Castells chama de bases materiais da vida: o tempo e o espaço. Ora, tudo o que o homem consegue conceber está situado na esfera da articulação entre essas duas categorias, e com a identidade não seria diferente. Por isso, a análise do autor é importante para os propósitos estabelecidos aqui. Ao analisar as mudanças ocorridas a partir de 1970, o sociólogo – como brevemente apontou-se no capítulo primeiro – defende a idéia de construção de uma sociedade em rede. Essa sociedade seria, antes de tudo, caracterizada pelo surgimento do modo de desenvolvimento informacional, que teria como característica específica “a ação de conhecimento sobre os próprios conhecimentos como principal fonte de produtividade” (CASTELLS, 2003, p. 54). Esse aspecto foi discutido no capítulo anterior, restando aqui assinalar outras mudanças introduzidas na sociedade em rede, decorrentes dessa característica singular produzida a partir da potencialização do conhecimento científico.

Os primeiros desdobramentos importantes neste momento se referem à globalização das atividades econômicas e também à organização da sociedade em redes, em

virtude das novas formas de transporte e comunicação possibilitadas pelo desenvolvimento científico. Esses aspectos reforçam a perspectiva de Ilse Scherer Warren de uma sociedade civil planetária, aquilo que Norbert Elias chamou de surgimento de um novo *ethos* global e que encontra sua origem na criação das primitivas instituições globais, como a ONU e o Banco Mundial, como indicativos de uma aprendizagem que conduziria a uma “integração global da humanidade”. De acordo com Elias (1994, p. 139)

As formas primitivas de um novo *ethos* mundial e especialmente a ampliação da identificação entre pessoa e pessoa [caminham na direção] da emergência de um *novo sentimento global de responsabilidade* pelo destino dos indivíduos desvalidos, independente de seu Estado ou tribo – em suma, de sua identidade grupal. As campanhas em prol do que hoje se entende por direitos humanos decerto extraem parte de seu ímpeto dos interesses políticos da luta entre as grandes potências (grifo meu)

Assim, os argumentos de Elias ao mesmo tempo em que clarificam essa aceleração do processo de globalização, retoma a perspectiva de que, concomitantemente a esse processo, deu-se a consolidação de um apelo pela responsabilidade e solidariedade entre os indivíduos.

Outras mudanças menos importantes para o tema ambiental, advindas com o informacionalismo, foram o caráter flexível e instável assumido pelo emprego e a individualização da mão-de-obra. Mais importante aqui foi o surgimento da cultura da virtualidade que, por sua vez, está ligada à transformação das bases materiais da vida, através da criação de um espaço de fluxos e de um tempo intemporal. O surgimento do *ethos* global responsável, anunciado por Elias – que afinal nada mais é do que uma forma etimológica diferenciada de se referir à *ética* – tem sentido a partir da consolidação dessas mudanças, uma vez que o saldo ao final não pareceu ser tão positivo. Castells (1999, p. 17) enfatiza:

Essa nova forma de organização social, dentro de sua globalidade que penetra em todos os níveis da sociedade, está sendo difundida em todo o mundo [...] abalando instituições, transformando culturas, criando riquezas e induzindo à pobreza, incitando a ganância, a inovação e a esperança, e ao mesmo tempo impondo o rigor e instilando o desespero. Admirável ou não, trata-se na verdade de um mundo novo.

É mais uma vez o medo, ou desespero, que exige a proposição da nova ética. Todavia não se quer retomar a discussão anterior. Importa salientar que se pode estabelecer uma relação entre a transformação do tempo e do espaço com a intensificação da produção de

identidades. Assim, a crise identitária, como já apontado, não se dá pela ausência de identidades, mas pelo excesso delas.

As mudanças na percepção do tempo e do espaço podem ser mais uma vez compreendidas a partir da análise conjunta das idéias de Manuel Castells e Stuart Hall. O primeiro evidencia a transformação corrente na era da sociedade em rede das bases materiais da vida: o espaço e o tempo. Como enfatizado, o espaço é cada vez mais um âmbito de fluxos e de trânsito e o tempo, cada vez mais intemporal. O segundo, por sua vez, atesta que toda identidade se localiza no espaço e no tempo simbólicos. Cada época tem sua própria maneira de combinar espaço e tempo. Portanto, qualquer alteração substancial na dinâmica entre as duas bases altera profundamente a maneira como as identidades são representadas ou localizadas. Assim sendo, a identidade cultural na pós-modernidade é caracterizada pelo rompimento e pela fragmentação exatamente em razão do fenômeno ocorrido através da compressão espaço-tempo. Ao fim e de acordo com este mesmo autor, a modernidade tem destruído o espaço através do tempo.

Na compreensão do atual estágio dessa relação, Hall indica a recuperação do processo desde o início da globalização, já que para o autor, a modernidade é inerentemente globalizante. O que se dá a partir da década de 1970 é um novo impulso nesse processo, fazendo com que o senso regular de ordem e simetria do sujeito Iluminista seja substituído pelo rompimento e fragmentação do sujeito pós-moderno, influenciando no processo de construção de identidades.

Logo, é preciso cuidado teórico com a categoria evidenciando que a identidade é acima de tudo produzida. Partindo de todo o contexto de transformações e das teses que ressaltam o papel do inconsciente e do aspecto involuntário na constituição das identidades coletivas, Parga (1992, p. 11) enuncia:

Todo ello nos obliga a preguntarnos que há ocurrido en el mundo y en nuestras sociedades, o cuáles son los procesos que han dado lugar a esta inédita y estruendosa producción de identidades coletivas, haciendo de la “identidad” una categoría de original importância para interpretar nuevas actuaciones y relaciones sociales, entre pueblos y grupos al interior de una misma sociedad.

É justamente às questões suscitadas por Parga, que se propõem as respostas e análises de Manuel Castells em sua tríplice obra acerca da Era da Informação. Em destaque, surge o paradoxo fundamental que se desenrola na pós-modernidade. Na medida em que as

tendências globalizantes e homogeneizadoras da sociedade em rede se tornam cada vez mais potencialmente supressoras das diferenças, minorias levantam suas bandeiras, como reflexo de toda uma crise de sentido, característica do momento atual, evidenciando o poder da identidade como fonte de significado e discursos legitimadores de ação e mobilização. É aqui que se entende porque esta crise de sentido da modernidade tardia é qualificada, segundo Parga, não pela ausência de referenciais, mas pelo excesso deles. Logo, a identidade como categoria de fundamental importância sucederia os paradigmas de análise sociológica das *classes* na década de 1970 e de *atores sociais* na década de 1980. De fato, é exatamente a era do informacionalismo e o surgimento da sociedade em rede que propulsionam a pluralização das identidades.

Na teorização de Castells, essa multiplicidade das identidades leva a uma tipologia das mesmas através da divisão em três grupos: identidades legitimadoras; identidades de resistência e identidades de projeto. A primeira delas, introduzida pelos grupos dominantes, visa à racionalização dessa dominação pela assimilação da identidade, dando origem a uma sociedade civil que a reproduza. A segunda, em sentido contrário, procura se opor às lógicas da dominação, dando origem a comunidades. Por fim, a última categoria identitária, através proposição do autor, visa à redefinição da posição dos atores sociais na sociedade, dando origem a projetos de transformação da mesma, originando assim sujeitos. Vale a percepção de que como é a identidade que operacionaliza o conceito do autor, levando o ator social a se transformar em sujeito, harmonizando-se, assim, com a idéia de Hall. Entretanto, com ressalva acerca da dificuldade em se essencializar qualquer identidade, Castells demonstra que uma identidade pode perfeitamente iniciar de determinada forma e redundar em outra. De qualquer forma, a tipologia é útil porque aponta caminhos para a organização de um cenário identitário marcado por termos como pulverização, descentramento e mobilidade.

O título da obra em questão, “O Poder da Identidade”, já demonstra como o autor atribui à identidade o *status* de categoria fundamental para a análise dos movimentos sociais no cenário da sociedade em rede – suplantando, como referido, a categoria de classe ou de ator social. É a partir dela que o autor analisa a mobilização social na contemporaneidade, como os paraísos comunais ligados à preservação (fundamentalismos religiosos, novos nacionalismos) movimentos de resistência à ordem global, o feminismo e com um diferencial o ambientalismo. Volta-se, agora, ao cerne da questão: a identidade biológica.

### 3.2. A identidade biológica: o homem como célula de um todo orgânico

O diferencial do movimento ambientalista é apontado porque Castells (1999, p. 94) o considera provavelmente o maior e mais influente dos tempos atuais, um pouco talvez, porque aglutine respeite e possibilite a coexistência com todas as outras identidades:

De forma própria e pela dissonância criativa de suas múltiplas vozes, o ambientalismo também lança seu desafio à desordem ecológica global, ou seja, o risco de suicídio ecológico, provocado pelo desenvolvimento global desenfreado e pelo desencadeamento de forças tecnológicas sem precedentes sem que sua sustentabilidade social e ambiental tenha sido avaliada. Contudo, sua especificidade cultural e política e seu caráter de movimento social pró-ativo, e não reativo, sugerem um tratamento analítico diferenciado para o ambientalismo, que se distingue dos movimentos defensivos erigidos sobre trincheiras de identidades específicas.

Esse caráter pró-ativo está na idéia de que o ambientalismo tenha sido um meio de concretização daquelas idéias que Jonas propôs refletir, tendo apenas apontado a importância da preservação e da conservação. Contudo, o que precisa ser especificado é de que forma essa responsabilidade abraçada pelo movimento ambientalista começa na relação com a ciência e aos pouco, vai sendo individualizada – como apontado brevemente no capítulo 2. A responsabilidade e a identidade são coletivas, mas a sua possibilidade de aplicação só é possível através de uma assimilação individual, daí o fato de uma identidade de projeto conduzir à criação de sujeitos.

Retome-se, portanto, a proposta da identidade biológica: a defesa de uma cultura da espécie humana como componente da natureza, que confere à essa natureza a mesma importância que ao próprio homem. Tal questão foi amplamente percebida nos documentos dos capítulos anteriores e pode ser reforçada por novos. Antes de qualquer coisa é preciso verificar a própria existência dos estudos de caso como reflexos dessa identidade ambiental, assim como suas ações são guiadas por essa perspectiva.

A ARCA já no primeiro informativo de 1988 afirma que “os alertas das condições ambientais do Universo têm sido sistematicamente discutidos no decorrer deste século, sem que, no entanto, a prática das propostas de preservação da vida, neste mesmo Universo tenham sido possíveis”<sup>120</sup>. Ora, a questão da amplitude da percepção sobre a degradação

---

<sup>120</sup> Documento 4.

ambiental não se restringe à Terra, é o Universo. Essa “batalha” só seria ganha “em um coletivo muito amplo”, o que mostra a preocupação em disseminar essa identidade. A categoria já transparece nesse primeiro momento, quando na análise do papel da Universidade nesse contexto, busca-se um entendimento para que se pudessem superar os conflitos de identidade que nela afloravam. O que foi proposto em mais de um momento das entrevistas dos professores é que o ambientalismo, a identidade ambiental, poderia resolver essa crise e promover unidade em meio à fragmentação sem, contudo, desprezar as especificidades de cada área de saber.

A preocupação em disseminar o princípio de sua causa aparece novamente na comemoração de seus onze anos de existência. “Para continuarmos conquistando vitórias precisamos do apoio de toda a sociedade e em especial daqueles que sabem da importância de nossa causa”, dizia o editorial do informativo de 1991 <sup>121</sup>. A questão ambiental centrada na identidade promoveria assim o afastamento dos movimentos do paradigma movimentalista, que poderia ser explicado a partir das outras categorias – a de classe principalmente. De fato, a problemática ambiental, na ótica da própria ARCA, está além de qualquer conceituação social já concebida. Essa mudança fica clara no editorial de 1994:

Estamos lutando contra comportamentos tradicionalmente históricos de exploração de nossos recursos naturais e humanos, pela integridade de nossa cultura e pela fraternidade universal. É uma luta que transcende a válida discussão das lutas de classes e que supera a expectativa por um simples Contrato Social. Buscamos o “Contrato Natural” (Michel Serres) pelo qual as relações do homem com a natureza saiam do campo egoísta da exploração e, harmonizadas permita-nos uma qualidade de vida digna – a todos – e conserve o planeta para as gerações futuras.<sup>122</sup>

Com esta perspectiva dos próprios atores, percebe-se a consciência de que a questão ambiental introduz questões de nova ordem na reflexão social – o que já havia sido elaborado em termos filosóficos por Hans Jonas. Essas discussões não cabem aqui (com exceção da assumida defesa da categoria identidade no cenário contemporâneo), mas os estudos de caso demonstram a urgência por se empreendê-las.

A novidade vai permeando cada novo editorial dos informativos. Recordar-se as palavras de Miraci Kuramoto Nucada, com a crescente preocupação sobre a existência desse “ser humano eticamente aprimorado”. A missão do ambientalismo consistiria, então, na

---

<sup>121</sup> Documento 5.

<sup>122</sup> Documento 6. Michel Serres é o filósofo francês que escreve a obra de título “Contrato Natural”, na qual parece propor a substituição do Contrato Social hobbesiano.

conscientização que induzisse à ação efetiva, uma vez que a mera tomada de consciência não é o bastante. Essa idéia efetiva a crescente responsabilização do sujeito e não a sua identificação com uma classe, induzindo a outra concepção de coletividade.

O próprio texto de Miraci reforça essa discussão que a ARCA aponta. Já se apontou anteriormente a crítica que a mesma autora havia empreendido em relação a movimentos sociais que, ainda que tenham causa justa, ultrapassam o bom senso na execução dos meios para a obtenção de seus fins e acabam afetando de modo irresponsável o meio-ambiente. “Por exemplo: o desenvolvimento, a reforma agrária e tantas outras causas nobres a conquistar a qualquer custo, o que inclui a violência à natureza, aos outros [...]”<sup>123</sup>. Um exemplo evidencia claramente essa questão.

Em 1994 o informativo da ARCA traz extensa entrevista com Sullivan Silvestre, então procurador recém afastado do cargo de coordenador do Centro de Apoio ao Meio Ambiente do Ministério Público. A entrevista tende claramente para o apoio ao procurador, ao elencar diversas situações em que o mesmo teria se posicionado em favor das causas ambientais ante temas polêmicos. Um desses fatos ocorreu quando o governo do Estado de Goiás, na pessoa do então governador Iris Rezende em 1994, ano de pleito estadual, estimulou o loteamento de uma região em Goiânia, a fazenda São Domingos, ocupada por população extremamente pobre. A idéia é a de que se fizera um acordo, quando nas palavras de Sullivan Silvestre, não haveria a possibilidade de acordo, já que os direitos ambientais são indisponíveis. A crítica ao governo tocava no campo político, já que o loteamento havia sido implantado com a mediação de outro movimento social de Goiânia, o “Movimento de Luta Pela Casa Própria”, o MLCP. O problema é que o movimento foi usado desde o início de sua existência para a construção da carreira política de seu casal fundador, Euler Ivo e Isaura Lemos – Euler foi eleito vereador um ano depois, em 1996, e Isaura foi eleita deputada estadual em 1998<sup>124</sup>. Não por acaso, Sullivan Silvestre chamava-o de “movimento de luta pela causa própria”<sup>125</sup>. O ministério público já havia entrado com uma ação exigindo a interrupção do loteamento, contando inclusive com o apoio de diversos organismos ambientais contrários ao mesmo. “Os motivos apontados eram: área de zona rural, de preservação, que tinha fundos de vale e imprópria por estar próxima a estação de tratamento de água de Goiânia [...] Antes da conclusão do inquérito houve um processo de invasão e da

---

<sup>123</sup> Documento 8.

<sup>124</sup> A afirmação é feita com segurança já que este foi o tema do trabalho de conclusão de curso de nossa graduação, onde o MLCP se colocava como estudo de caso.

<sup>125</sup> Documento 6.

noite para o dia apareceram 4 mil famílias, pessoas já demarcando lotes e Euler Ivo (ex-vereador) distribuindo senhas”<sup>126</sup>.

A ação consolidada em 1995 obrigara o MP e o procurador a reavaliar o EIA e o Rima do empreendimento, já que ao abrigar quarenta mil pessoas, a área exigia toda a infraestrutura necessária. Elaborou-se então “um relatório que [afirmava] não ser oportuna a ocupação, mas diante do quadro irreversível eram necessárias certas medidas mitigadoras e adequadas para evitar a contaminação da estação de tratamento de água e o processo de degradação do meio ambiente”<sup>127</sup>.

Embora sejam palavras do procurador, o informativo seguinte ressalta a afinidade do posicionamento da ARCA.

A implantação do loteamento da Fazenda São Domingos primou pela irregularidade. Foram desrespeitadas leis e desconsiderados pareceres técnicos ilibados que denunciavam os prejuízos ambientais do empreendimento. Embora “as autoridades” tenham celebrado um compromisso de mitigação dos impactos ambientais e de instalação de infraestrutura decente para os moradores, o que se vê é mais uma vez o desrespeito que o Executivo dedica à legislação, contando com a conivência dos demais poderes. Não resta dúvida de que, no caso, a população goianiense foi prejudicada, assim como os moradores do loteamento, manipulados em seu sonho de moradia. Venceu a vilania.<sup>128</sup>

A ilustração é adequada para desatacar o argumento de Miraci e reforçar o afastamento da perspectiva da “luta de classes” – já que essa é a linha de atuação política do MLCP. Não é nesse viés interpretativo da realidade que a questão ambiental poderia ser compreendida, pois a ação da ARCA não se enquadra nela. Ao contrário, quando necessário, a questiona e propõe a solução mais abrangente, o “contrato natural”. Afinal, uma identidade biológica estaria acima da diferença de classes, etnia, credo etc. É como a perspectiva de Jonas na crítica à utopia marxista. Não importa se de “esquerda” ou “direita”, a questão ambiental está posta. Assim, percebe-se a dificuldade em visualizá-la sob a perspectiva de outra categoria senão a identidade, que produz sujeitos e apela para sua ação individual responsável.

A data da querela exposta anteriormente é sintomática, em meados da década de 1990, que reforça a idéia comprovada pelas citações anteriores de que é o final do século

<sup>126</sup> Documento 6. Nas últimas eleições, a família lançou mais uma carreira política, agora a da filha do casal, Tatiana Lemos, eleita vereadora na capital goiana.

<sup>127</sup> Documento 6.

<sup>128</sup> Documento 7.

marca o momento em que se privilegia a ação individual do sujeito que assimila a identidade biológica. De fato, é somente nos documentos do final do século XX que se percebe com grande frequência exemplos de ações que cada indivíduo pode adotar para contribuir com a causa ambiental. O apelo ao consumo responsável, na questão dos transgênicos, por exemplo, ou da economia de energia residencial são temas que surgem neste momento. A concretização, portanto, dessa identidade ambiental, só é plenamente percebida com a exemplificação dessas atitudes.

O último informativo de 2000 traz claras as noções que sustentam a identidade do movimento ambiental. A proposta do informativo, no seu segundo número pós-reformulação, atesta seu objetivo de “ressaltar que o meio ambiente não é somente as árvores, os rios, as baleias. O meio ambiente é todo mundo, e é justamente o ser humano a principal causa para a preocupação ambiental”<sup>129</sup>. O fato de afirmar que o ser humano é a principal preocupação relativiza, em termos, a noção não-antropocêntrica da ética ambiental. Mas não exclui a perspectiva de integração à totalidade, o holismo característico.

A preocupação dessa integração é retomada no momento da crítica à generalização imprudente do conceito de sustentabilidade. “A impressão que se tem é que o homem e natureza não podem coexistir, tem que ser homem de um lado e natureza do outro”<sup>130</sup>. No mesmo ponto Miraci Nucada reitera: para que as devidas alterações aconteçam, seria necessária a disseminação dessa identidade ambiental, que despertasse os sujeitos à mobilização:

Nossa atitude comum de aguardar comodamente um salvador deve ser transformada em uma ativa e intensa educação e luta, assim como o empenho coletivo deve fazer surgir associações, conselhos, institutos, ONGs que colaborem ativamente para essa sustentabilidade e defendam os interesses da sociedade.<sup>131</sup>

Daí a participação ativa da ARCA até mesmo em Johannesburgo, por ocasião da Rio+10. A ONG reiterava a crença no “processo e numa conscientização internacional e esteve presente em Johannesburgo defendendo a idéia de uma rede internacional de ONGs para vigilância global por parte da sociedade civil”<sup>132</sup>. Desta forma, ligam-se os temas aqui já discutidos à questão da identidade biológica.

---

<sup>129</sup> Documento 9.

<sup>130</sup> Documento 11.

<sup>131</sup> Documento 12.

<sup>132</sup> Documento 13.

A concepção vai sendo cada vez mais assumida, até se coadunar com a idéia da identidade biológica defendida por Castells. Em 2003, João Júlio Vitral Amaro, arquiteto, mestre em Economia e Ecologia, escreve o seguinte trecho em um dos informativos:

Hoje os ambientalistas defendem uma visão totalizante, holística, dos problemas enfrentados pelo nosso uso da superfície do planeta, onde cada coisa, cada processo, se relaciona com todos os outros [...] Considerando nosso planeta como um grande sistema de fluxos de energia, os ambientalistas passam a ver as cidades com maior preocupação ainda, já que nelas estão concentradas as grandes demandas por energia [...] Há muito que a preocupação com o meio ambiente deixou de ser apenas uma preocupação com a natureza “intocada”; agora, quando se sabe das conseqüências da sociedade industrial sobre toda a biosfera, torna-se urgente aprofundar no conhecimento sobre “estilos de vida” que, demandando certos bens de consumo, vão acabar por demandar também determinadas formas de energia.<sup>133</sup>

Certamente o mesmo discurso pode ser observado no que se refere à Fundação O Boticário e de um modo até mais evidenciado, tendo em vista sua completa vinculação ao contexto dos novos movimentos sociais em rede, o que potencializa a assimilação e disseminação da identidade biológica.

A defesa extrema do caráter sinérgico e simbiótico do planeta que conduzem à formação do nome Gaia é a perfeita caracterização da identidade biológica. Lutzenberger faz questão de destacar:

Ora, Planta e Animal fazem parte da mesma unidade funcional, são órgãos de um organismo maior: não somente a Planta está aqui para nós, nós também aqui estamos para ela! As árvores, florestas, pradarias, os banhados, as algas microscópicas dos oceanos, são órgãos nossos, tão nossos quanto nosso pulmão, coração, fígado ou baço. Poderíamos chamá-las de "nossos órgãos externos", enquanto estes últimos são nossos órgãos internos. Mas nós somos órgãos externos delas! O Organismo Maior é um só.<sup>134</sup>

A partir dessa idéia, Lutzenberger mostra diversos exemplos de interações que demonstram a integralidade do “Grande Processo Vital” – cujo mais primário exemplo é a completude entre os processos de respiração animal e fotossíntese vegetal. Assim, “só uma visão sistêmica, unitária, sinfônica poderá nos aproximar de uma compreensão do que é nosso maravilhoso planetavivo”<sup>135</sup>. É dessa percepção que – como se demonstrou – é possível conceber a atividade do naturalista; atividade esta que mediante o maravilhamento diante do

<sup>133</sup> Documento 14.

<sup>134</sup> Disponível em <<http://www.fgaia.org.br/texts/t-gaia.html>>. Acesso em: jun. 2008.

<sup>135</sup> Disponível em <<http://www.fgaia.org.br/texts/t-gaia.html>>. Acesso em: jun. 2008.

objeto conduz à correta síntese do mesmo. Essa síntese, de início, fora denominada de Ecosfera, isto é, a parte da Terra considerada a “casa” humana, “o conjunto e a interação de todos os ecossistemas, entre si e com o mundo mineral”. Prosseguindo, Lutzenberger faz questão de salientar que a Biosfera realmente está íntima e profundamente ligada à Litosfera e à Atmosfera. “O todo constitui uma unidade funcional, um organismo à parte, um sistema dinâmico integrado, equilibrado, auto-regulado”. Daí a preocupação em salientar esse caráter vivo, independente, que é o organismo planeta Terra no conceito de Gaia.

Ecosfera não é um simples sistema homeostático, automático, químico-mecânico. O Planeta Terra é um sistema vivo, um organismo vivo com identidade própria, o único de sua espécie que conhecemos. Se outras gaias existem no Universo, em nossa ou em outras galáxias, serão todas diferentes. Um sistema vivo tão destacado merece nome próprio. O nome GAIA foi proposto por William Golding, escritor, e lançado por Lovelock e Margulis. É o nome que os antigos gregos, em sua cosmovisão bem mais holística que a nossa, davam à deusa Terra.<sup>136</sup>

Não se trata, pois de uma imagem de nave, como muitos se referem à Terra. Uma nave tem passageiros. Os homens não são passageiros de Gaia, tudo e todos são Gaia, da mesma forma que o cérebro ou o pulmão de um homem não são passageiros seus. No caso, a melhor imagem da organicidade é a que propõe o homem como uma célula de Gaia, ainda que o tecido formado por elas esteja em parte canceroso.

Desta forma, qualquer ação política ou ambiental que afete qualquer lugar do planeta é do interesse de qualquer indivíduo, já que, ao tocar em Gaia, toca-se na essência do próprio indivíduo. Essas são as perspectivas da empresa O Boticário, em sintonia com os argumentos de Lutzenberger. No contexto da responsabilidade social da empresa lê-se: “Qualquer fator social, econômico ou ambiental que afete uma nação é de interesse do mundo, pois somos tudo e todos um só”, pois quando se fala em responsabilidade “a palavra de ordem é integração”<sup>137</sup>.

Por isso, além da Fundação O Boticário, que por si só tem a preocupação com o efeito multiplicador de suas ações, diversas outras ações são desenvolvidas pela empresa e sinalizam a busca por reproduzir essa identidade biológica através da individualização da responsabilidade. Um exemplo iniciado na empresa e em suas lojas é a coleta seletiva do lixo. “A coleta seletiva é uma alternativa ecologicamente correta que desvia do destino em aterros sanitários ou lixões, resíduos sólidos que podem ser reciclados e minimiza o uso de matéria-

<sup>136</sup> Disponível em <<http://www.fgaia.org.br/texts/t-gaia.html>>. Acesso em: jun. 2008.

<sup>137</sup> Disponível em <<http://www.boticario.com.br>>. Acesso em: jun. 2008.

prima reciclável e conseqüentemente diminui a extração dos nossos recursos naturais”<sup>138</sup>. Tal atitude só é concebida mediante a preocupação com o todo. A partir dessa ação a empresa incentiva a ação dos 3R’s: reduzir, reutilizar e reciclar. De certo modo, isto também está ligado ao programa de Bioconsciência, que vem sendo implantado nas lojas franqueadas do Paraná, através do incentivo da devolução das embalagens dos produtos nas lojas da empresa.

A questão da defesa dessa identidade não parece ser muito problemática. Os documentos dão margem para a comprovação de que ela tem sido concebida nos termos da integração e quase imanência entre homem e ambiente. Resta agora compreender quais as implicações sociais de tal construção identitária, na visão de Castells, e a sua possibilidade de verificação nos estudos de caso.

O autor inicia indicando que as preocupações ecológicas existem desde o século XIX, pelo menos, tanto nos EUA (com um foco mais conservacionista) quanto na Europa (com um foco mais recuperacionista)<sup>139</sup>. Contudo, essas primeiras idéias circulavam somente no âmbito das elites letradas e abastadas. Castells aponta o final da década de 1960 como o momento-chave em que começou a surgir um movimento ambientalista de massas. A razão pelo qual isso aconteceu alinha-se de modo salutar à análise que tem sido adotada aqui, tornando a hipótese do autor verídica, uma vez aplicada aos objetos. Castells (1999, p. 154) afirma:

Proponho a hipótese de que existe uma relação direta entre os temas abordados pelo movimento ambientalista e as principais dimensões da nova estrutura social, a sociedade em rede, que passou a se formar dos anos 70 em diante: ciência e tecnologia como os principais meios e fins da economia da sociedade; a transformação do espaço; a transformação do tempo; e a dominação da identidade cultural por fluxos globais abstratos de riqueza, poder e informações construindo virtualidades reais pelas redes de mídia.

A primeira dimensão subentendida seria a própria constituição da sociedade em rede e consolidação da rede como paradigma de mobilização para a articulação das ações – tema do primeiro capítulo. No interior das características dessa nova sociedade em rede, a questão da centralidade da ciência e tecnologia foi discutida no capítulo anterior via a ética da responsabilidade. De fato, Manuel Castells sintetiza as principais linhas de discurso do movimento ambientalista no final do milênio, sendo a primeira justamente “uma relação

<sup>138</sup> Disponível em <<http://www.boticario.com.br>>. Acesso em: jun. 2008.

<sup>139</sup> Utilizam-se os termos aqui com a consciência de sua inaplicabilidade naquele período. Se são usados é no intuito de marcar a diferença do tempo histórico em relação à degradação ambiental de cada um desses contextos.

estreita e ao mesmo tempo ambígua com a ciência”, já que “por um lado, há uma profunda descrença nos benefícios proporcionados pela tecnologia avançada [enquanto] por outro, o movimento deposita muita confiança na coleta, análise, interpretação e divulgação de informações científicas sobre a interação entre artefatos produzidos pelo homem e o meio ambiente, por vezes com um alto grau de sofisticação” (p. 155). Esta relação conduz à segunda linha de discurso que é o fato de que “o ambientalismo é um movimento com base na ciência” já que o mesmo, segundo o autor “tem por objetivo reassumir o controle social sobre os produtos da mente humana antes que a ciência e a tecnologia adquiram vida própria, com máquinas finalmente impondo sua vontade sobre nós e sobre a natureza” (p. 155).

Restam distintos aspectos das transformações na percepção do tempo e do espaço, bem como uma melhor compreensão desse processo de plurificação das identidades a partir do intenso fluxo global que influi na constituição dos adversários dessas novas identidades e na sua capacidade de proliferação. Antes, porém, que se especifiquem cada um desses temas, é importante retomar nos argumentos dos autores que discutem a crise do século XX as mudanças que apontam para esse aspecto central de transformação da noção de tempo e espaço.

Sábato ressalta mais uma vez o princípio de que é preciso saber o que muda. Seguindo sua longa recuperação diacrônica, a primeira grande reversão se deu justamente com o advento da modernidade e a objetivação da natureza. Com relação ao espaço, Sábato lembra que o fundamento da sociedade feudal era a terra, daí seus atributos sociais estáticos e conservadores. O advento da cidade promove a mobilidade, pois o que rege seu universo são o dinheiro e a razão: é o advento da dinâmica. Assim, enquanto o mundo feudal era qualitativo, no qual o tempo era medido de acordo com a eternidade ou com a natureza e o espaço se configurava como uma mera expressão da hierarquia, o mundo moderno se regia pela quantificação. “Tempo é dinheiro”, o que induz à sua extrema medição cada vez mais detalhada. A mentalidade utilitária também conduz ao aperfeiçoamento da medição, dos espaços para fins cartográficos, militares etc. Essa mentalidade vai sendo repercutida em diversas áreas como nas artes, com o advento da perspectiva, e no comércio, ambas influenciadas pela descoberta da proporção.

Isso explica porque, com a grande aceitação do paradigma newtoniano, a matemática se tornou explicadora *per se* da realidade. “La raíz de esta falácia reside em que nuestra civilización está dominada por la cantidad y há terminado por parecernos que lo único real es lo cuantificable, siendo lo demás pura y engañosa ilusión de nuestros

sentidos” (SÁBATO, 2002, p. 38). Com essa racionalidade matematizada perdem-se as angústias metafísicas.

Sábato olha para os EUA e os vê como o paraíso da mecanização. Numa análise mais acurada de sua sociedade, percebe que o homem de fato estava dominado pelo tempo, torturado pelo relógio. O homem assim se integra como engrenagem da máquina, na figura chapliniana evocada em outro momento.

Jonas também aponta essa perda e, como se viu, retoma a metafísica para a compreensão dessas novas alterações na vivência do tempo e do espaço. Quando lembra as éticas tradicionais, o filósofo demonstra que todas estavam ligadas à *imediaticidade* espacial e à *simultaneidade* temporal. A quantificação das categorias não conduziu uma percepção de grande abrangência. O que o século XX potencializa é o crescente domínio do fazer coletivo. Nesse sentido, a ética da proximidade espaço-temporal continua valendo para as ações da ética do próximo, mas cada vez mais ensombrecida pela coletividade distante no tempo e no espaço. Já era a percepção das transformações processadas pela sociedade em rede.

Mais fundamental é a crítica a esses tradicionais imperativos, que acaba retomando a crítica à crise da racionalidade. Ainda que não formulado nestes termos, poder-se-ia supor que é justamente a “heroificação do presente” que caracteriza a atitude de modernidade analisada por Foucault da obra de Kant, que culmina com o completo desprezo ao futuro. O temor responsável diante das ações presentes, em função do excesso de poder, pode ser visto como uma reversão do *sapere aude*. A ousadia foi o problema e deve ser revisada, ainda que isso possa representar quase um retorno à menoridade criticada por Kant. A solução para estas mudanças estão, pois, na própria formulação do imperativo ético de responsabilidade, na medida em que as ações deveriam ser medidas a partir de sua projeção no futuro e seu alcance em locais distantes de onde fora praticada – o que já antecipa as soluções para a reversão espaço-temporal que a identidade biológica propõe.

Sevcenko, escrevendo quando o processo já estava sedimentado, completa essa elucidação das transformações dessas categorias na pós-modernidade, utilizando-se inclusive da obra de Jonas. O imperativo de responsabilidade seria para Sevcenko um meio de balancear o que ele chama de “presentismo”, “assumir decisões que envolvem grandes riscos no presente, sem considerar suas conseqüências e vítimas futuras” (SEVCENKO, 2007, p. 45). Esse presentismo, é fruto da síndrome do *loop*, da perda de sensibilidade às mudanças. Mas evidenciando a mesma raiz epistemológica de crise, crítica e critério, Sevcenko aponta

para a necessidade de “critérios para que se possa julgar criticamente o presente, com sentido histórico e senso de responsabilidade em relação ao futuro. Se a síndrome do *loop* abole a percepção do tempo, para enfrentá-la é preciso desdobrá-lo nos seus três âmbitos: presente, passado e futuro” (p. 20). Um dos fenômenos decorrentes desse presentismo é ascensão da visão como sentido privilegiado dessa era informacional. Assim, avalia-se o valor de qualquer coisa pelo que se vê dela, pois “não há tempo nem espaço” para uma análise mais detalhada.

Hall (2001) salienta a importância do tempo e do espaço como coordenadas básicas de todo o sistema de representação, afinal todas as formas de representação devem traduzir seus objetos em dimensões espaciais e temporais. Todas as identidades estariam, pois, situadas no espaço e no tempo simbólicos, o espaço através das representações de geografias imaginárias, paisagens características, senso de lugar, de casa/lar, etc.; o tempo pelas tradições inventadas que ligam passado e presente, mitos de origem que projetam o presente de volta ao passado, narrativas de nação que conectam o indivíduo a eventos históricos nacionais mais amplos etc. No que se refere especificamente ao espaço, o autor diferencia-o de lugar. Espaço é tão somente a dimensão que da área; lugar é o que confere significado. Assim, a identidade está vinculada à última categoria. O problema é que antes da sociedade em rede, havia a coincidência entre espaço e lugar, isto é, o espaço em que se estava era o lugar que dava significado. Com a modernidade, houve cada vez o maior distanciamento do espaço e do lugar. Os lugares (as raízes) permanecem fixos; mas o espaço é intensamente cruzado em tempo cada vez menor e mais célere. Por isso, o autor acusa a destruição do espaço através do tempo.

E qual seria o modo pelo qual essas transformações são significadas pela identidade biológica? Esse é o tema dos próximos tópicos.

### 3.3 O Grande Aqui é o meu aqui: a redefinição do espaço pela ênfase à localidade

O primeiro aspecto que se deve ressaltar é que a ética da responsabilidade, presente nas bases da identidade ambiental, sustenta que tal atitude é justificada através da idéia de integração do ser com o todo; afinal, “somos tudo em todos”. Num primeiro momento, a responsabilidade constituída num mundo cada vez mais totalizante e integrado, induz à preocupação não somente com o seu espaço, mas com todo o planeta. Assim, o indivíduo que mora em Goiânia deve se sentir tão responsável pela especulação imobiliária da capital e muitas vezes descontrolada proliferação de loteamentos quanto pela poluição patente ao mundo nas Olimpíadas de Pequim de 2008. Gaia está sendo afetada tanto aqui quanto lá. Porém, dessa concepção mais abrangente emana a convicção de que este cidadão não tem condições de intervir em Pequim simplesmente porque milhares de quilômetros estão interpostos entre ele e aquela cidade. Castells defende que “o controle sobre o espaço e a ênfase na localidade é outro tema recorrente dos vários componentes do movimento ambientalista” (CASTELLS, p. 156).

O autor – em harmonia com as idéias de Hall – atesta a idéia de que uma oposição fundamental que surge na sociedade em rede entre duas lógicas espaciais, a do espaço de fluxos e do espaço de lugares. A dos fluxos é a que rege a simultaneidade de práticas sociais à distância, através dos sistemas de informação e telecomunicações. Nessa dimensão espacial está situada na sociedade em rede a maioria dos processos dominantes que concentram poder, riqueza e informação. Já o espaço de lugares é aquele que privilegia a interação social baseada na contigüidade física, e é nela que se desenrola a maior parte das experiências humanas.

Torna-se perceptível que o imperativo de responsabilidade assimila as duas dimensões, uma vez que, a partir do espaço de fluxos, o sujeito se identifica com a totalidade do globo, enquanto a partir do espaço de lugares, ele tem a possibilidade de atuar efetivamente. Portanto, a ênfase na localidade ressignifica a transformação do tempo para o sujeito, que se identifica a partir do princípio biológico, e resolve o problema dessa disjunção efetuado pela sociedade em rede. Ao fazer isso, ela acaba representando um entrave para os processos dominantes que se situam no espaço de fluxos, exigindo do homem um vínculo com *seu* lugar, que acarretará a defesa do mesmo e das experiências reais que nele se dão contra interesses técnicos e econômicos abstratos e exteriores. “O localismo ambiental

contesta justamente a perda de relação entre essas diferentes funções e interesses, submetidas ao princípio de uma representação mediada pela racionalidade técnica e abstrata exercida por interesses comerciais desenfreados e tecnocracias sem qualquer tipo de compromisso ou responsabilidade” (p. 156).

Essa idéia é plenamente corroborada em dois aspectos suscitados através da análise dos documentos. A ARCA, que age através de seus inúmeros planejamentos, demonstra essa ênfase processada pela identidade biológica, justamente pela sua vinculação com ações e questões locais bastante específicas. E não somente nas ações; em muitos outros momentos é possível perceber atuações que se preocupavam em avaliar a especificidade do local em que elas se dariam, evidenciando o primeiro ponto: o da localidade das ações.

Vários exemplos corroboram a tese. Em 1991, por exemplo, a crítica era às obras empreendidas pelo então prefeito de Goiânia, Nion Albernaz, na construção da Marginal Botafogo e do Anel Viário, tido como “a menina dos olhos” do então prefeito, que contrariava o Relatório de Impacto Ambiental. Na mesma edição do informativo, lê-se uma carta aberta questionando a suspensão de liminar que considerava irregular uma cobrança de taxa de lixo da população goianiense. A taxa que voltaria a ser cobrada demonstrava o quão “absurda era a atitude do Senhor Prefeito”. A crítica acaba sendo expandida para a característica da capital goiana, de ter regiões bem ajardinadas, os canteiros floridos. “São lindos e importantes, mas inexistem na maioria dos bairros periféricos e, não por falta de dinheiro, os problemas ambientais de Goiânia continuam se agravando”<sup>140</sup>.

A ênfase à localidade volta a aparecer em 1994. Acerca do crescimento sem planejamento de Aparecida de Goiânia, a idéia era a de que o município precisava se organizar para continuar a crescer, o que contribuiria inclusive na constituição de uma identidade para a cidade. “Aparecida precisa ganhar uma identidade própria. É preciso que os moradores identifiquem-se com o município, pois hoje, eles só sabem a cidade a que pertencem quando vão reclamar pela falta de serviços”<sup>141</sup>. O cerne da questão foi a crescente caracterização de Aparecida como cidade dormitório. Essa característica desvincula os habitantes do seu espaço, não fazendo dele um lugar. Assim, uma questão que se coloca é o modo pelo qual a identidade biológica não contraria identidades mais tradicionais, principalmente as que ligam o sujeito à sua “terra”. E somente a partir dessa identificação se

---

<sup>140</sup> Documento 5.

<sup>141</sup> Documento 6.

torna possível que o mesmo sujeito intervenha ou pratique ações que contribuam para a melhoria das condições ambientais de seu lugar.

Na mesma edição, outra nota reforça essa qualidade da identidade biológica. O texto intitulado “Karajás apontam o caminho” trata de uma tribo indígena que habita uma reserva no interior da cidade de Aruanã e que havia construído o “Centro Cultural Karajá de Aruanã”, visando à preservação das tradições da tribo. Em um apoio claro, o texto reitera a importância dessa criação, reforçando a idéia de que ainda que se trate de um movimento ambientalista, ao levar em conta a especificidade do cenário goiano, há a valorização das identidades de resistência indígena, sobretudo, porque a mesma pressupõe uma correta relação do sujeito com a natureza – o índio é a representação desse ideal, no contexto brasileiro.

A questão da importância da “cultura local” fica evidente também quando se fala da construção de casas populares em Goiânia. De fato, o problema da especulação imobiliária e da moradia é central em uma cidade como a capital goiana. Na construção de casas populares, em 1995, a preocupação era, primeiramente, com o incentivo ao uso de tijolos “solo-cimento”, mais baratos e “ecológicos”, e com a forma de organização das casas, muito “coladas uma as outras”. “Esse tipo de residencial vai contra a cultura goiana que preza o quintal para criação e cultivo de horta e herbário”<sup>142</sup>. Em outro momento, o arquiteto Everaldo Pastore aponta: “Nós estamos neste momento à mercê de um mercado imobiliário especulativo que vende a mãe Terra, sem critério e planejamento. Estamos empurrando nossos trabalhadores para uma condição de vida urbana sem infra-estrutura, sem condições mínimas de vida”<sup>143</sup>.

Em 2000, outra ação da ARCA demonstra a preocupação com a localidade. Um geólogo membro da instituição realizou uma pesquisa com os moradores de um setor em Goiânia, a Vila Roriz, ligada ao assoreamento do ribeirão Anicuns.

A pesquisa demonstra que a população que ocupa essas áreas ambientalmente desfavoráveis sofre problemas de saúde e que 59% das pessoas submetidas a exames apresentaram diferentes tipos de parasitoses. Para o geólogo, os responsáveis pelo loteamento da Vila Roriz, que induziram à degradação ambiental e à má qualidade de vida daquela população, deveriam ser “submetidos aos rigores da lei”, já que cometeram um “grave crime ecológico”.<sup>144</sup>

---

<sup>142</sup> Documento 7.

<sup>143</sup> Documento 13.

<sup>144</sup> Documento 8.

Assim, a ênfase recai até mesmo na identificação bairrista. O lugar pode ser mais restrito que a minha cidade: se refere ao meu bairro, à minha vizinhança. Ao final, ficou clara a acusação da causa do problema a indivíduos alheios à localidade, exteriores àquele contexto.

Por isso, na ocasião da elaboração da Agenda 21 de Goiânia, que indicaria as ações do novo milênio para a capital, elaborou-se também o Plano Diretor da cidade. Os projetos contaram com a participação de membros do curso de especialização em Planejamento Urbano e Ambiental da ARCA/UCG e com membros do IESA/UFG. Na visão da ARCA, “essa metodologia para a elaboração do novo plano diretor se difere da adotada no último plano, na qual foi aberta uma licitação pública e contratada consultoria de uma empresa de Brasília, pouco familiarizada e distante da realidade local”. Além disso, as discussões que aconteceram com a população foram ressaltadas, “para que o plano nascesse com a ‘cara da localidade’”<sup>145</sup>. Estes são apenas alguns dos exemplos que evidenciam o fato de a identidade biológica defender a conscientização de que, quando o sujeito concebe seu espaço como sendo todo o planeta, ele então deve atuar na melhoria do seu espaço, isto é, do *lugar* em que ele se encontra. A ênfase na localidade como característica do movimento ambientalista está, pois, corroborada pela análise dos documentos da ARCA.

Com a Fundação O Boticário, também é possível perceber essa mesma ênfase. A primeira constatação que corrobora essa afirmativa está justamente nos projetos financiados pela instituição. A preocupação em selecionar apenas aqueles projetos que realmente possam contribuir de imediato e em longo prazo com medidas conservacionistas, manifesta a percepção de que as medidas mais viáveis são aquelas que levam em conta a especificidade do local. Conservação de habitats e geração de informações para a continuidade da ação são critérios básicos de seleção dos projetos. Com isso, percebe-se o cuidado em não estimular práticas pontuais que não estejam verdadeiramente vinculadas ao local em que são praticadas.

Além dos projetos financiados, outro momento em que se percebe a preocupação da FOB com ações a partir da localidade se dá através do Projeto Oásis. Mesmo sendo bastante recente, é importante citar o projeto que visa à preservação dos mananciais de abastecimento de São Paulo. A principal ação do projeto baseia-se no sentido de apoio financeiro e técnico a proprietários de terra da região, que se comprometessem a conservar os remanescentes dos mananciais, através de uma premiação por serviços ecossistêmicos. A ação, portanto, deveria partir do local, daqueles que possuem maior interesse na conservação e preservação dos recursos hídricos da região (e que afetam toda a megalópole paulista).

---

<sup>145</sup> Documento 14.

Contudo, em função da sua atuação em nível nacional, ações diretas e efetivas da FOB em benefício de uma localidade estrita são raras. O papel que lhe é reservado é, como se demonstrou, o de financiadora de ações dessa natureza. Entretanto, a forma direta de atuação da fundação, a criação de áreas de proteção natural, põe em relevo outro ponto importante no que se refere à valorização da identidade local e assimilação da mesma pela identidade biológica.

A identificação que se ressalta neste instante é a com a identidade nacional. Essa identificação com o país está na apresentação da própria empresa que faz questão de se auto-definir como “genuinamente brasileira”. O objetivo da Reserva Natural de Salto Morato era justamente o de “criar um modelo de reserva particular (RPPN), a qual servisse de ponto de referência para outras que futuramente seriam criadas”<sup>146</sup>, tanto pela FOB quanto por outras iniciativas. Possuindo a maior faixa contínua de Floresta Atlântica do Brasil, a reserva foi criada primeiramente no mais degradado bioma do país. É declarado o objetivo da fundação de reproduzir a iniciativa em todos os biomas brasileiros, processo já iniciado com a implantação da reserva Serra do Tombador, com vistas à preservação do cerrado em território goiano.

O que quer se destacar neste contexto é a assimilação dessa identidade nacional, que acaba se colocando como um diferencial em relação ao movimento ambientalista de muitos países. De fato, a análise da categoria identidade evidenciou que no processo de construção da mesma, sempre se faz necessário uma oposição, um “outro” que se mostre diferente do “eu”. Esse outro muitas vezes se torna o inimigo. No caso da identidade biológica, a oposição se dá a macro-identidades, como é o nacionalismo de Estado. “Isso porque o Estado-Nação, por definição, tende a exercer poder sobre um determinado território. Desse modo, rompe com a unidade da espécie humana, bem como a inter-relação entre os territórios, comprometendo a noção de um ecossistema global compartilhado” (CASTELLS, 1999, p. 159). A especificidade brasileira é justamente a existência na construção da identidade nacional de representações da natureza.

Quando se fala em natureza, trata-se com representações do espaço, da geografia. Lucia Lippi Oliveira (2001) lança alguns pontos no debate a respeito da importância do espaço geográfico na constituição da identidade. Assim como se fala em nação como uma *comunidade imaginada*, a autora lembra que é possível assegurar a existência de *lugares imaginados*, na produção de uma identidade. Aqui, colocam-se mais uma vez a importância

---

<sup>146</sup> Disponível em <<http://www.fundacaoboticario.org>>. Acesso em: jun. 2008.

do espaço nesse processo e a separação entre espaço e lugar que Hall evidencia. Lugar seria o espaço com significado, o ponto de práticas sociais específicas que contribuem para moldar e formar o indivíduo. Oliveira (2001, p. 126) retoma esse aspecto e reflete o atual quadro de referências acerca do espaço como base material para a construção de identidade, reiterando mais uma vez o quanto o período pós-moderno altera essa relação antes tão estável.

Diversos fatores estão trazendo a questão do espaço à ordem do dia. As rupturas em nações pós-coloniais, o dismantelamento de Estados Nacionais com diferentes culturas autônomas, algumas em territórios não contíguos, por um lado, e, por outro, a hipermobilidade, o deslocamento, a falta de moradia presentes no capitalismo avançado apresentam desafios à identidade nacional, anteriormente baseada no espaço territorial. As leis de mercado estimulam o fluxo de capital sem barreiras, entretanto, os serviços (nacionais) de imigração tomam conta do fluxo de pessoas.

Nesta obra, a autora compara a formação identitária nacional do Brasil e dos EUA, demonstrando a importância da relação entre geografia – e principalmente, as representações da natureza – e identidade nacional. Mais especificamente, Maria Ligia Prado afirma que “a Natureza não é, portanto, um objeto neutro, perscrutada pelo olhar supostamente imparcial do cientista ou pelo artista em busca da ‘beleza pura’. Suas representações são carregadas de idéias que produzem imagens e símbolos, contribuindo para compor o imaginário de uma sociedade” (PRADO, 1999, p. 197). Essa idéia está presente exatamente na obra do precursor em solo norte-americano da história ambiental, Roderick Nash. Analisar essas representações elucidada em muito a composição de “repertórios diversos, entre eles, os constitutivos da identidade, do território e da nação” (PRADO, p. 180).

A respeito do tema na historiografia brasileira, destaca-se a obra de Sérgio Buarque de Holanda. Em seu prefácio à segunda edição da obra *Visão do Paraíso*, o autor remonta a toda a discussão das quais se acercaram tanto Oliveira quanto Prado, e por que não, até o próprio Nash. Holanda escreve sua obra buscando identificar os motivos edênicos no descobrimento e na conquista da América. Cabe ressaltar que o autor ocupa-se fundamentalmente da ocupação ibérica, sendo que apenas na segunda edição, em seu prefácio, incorporou algumas reflexões acerca do caso da ocupação anglo-saxã. De um modo objetivo, procura identificar variantes modernas do tema paradisíaco. Os dois primeiros temas identificados são o do motivo adâmico – uma imagem ideal do homem americano – e o ruralismo poético. Holanda (1992, p. XI) ressalta que essa perspectiva produz a imagem

de uma sociedade agrária a dilatar-se sobre as terras virgens do Oeste para as converter finalmente em um cenário quase edênico. Nesse tema o mito do ‘jardim do mundo’ como o denomina Smith, efeixam-se várias metáforas expressivas das noções de fecundidade, maturação, crescimento, e a do ditoso mister rural, simbolizado numa figura de lavrador munido da arma suprema, que é o sacrossanto arado

Alguns pontos dessa reflexão merecem destaque. O primeiro deles é exatamente compreender o momento dessa escrita e qual a compreensão de Holanda sobre ele. Os autores norte-americanos com os quais o brasileiro dialoga escrevem na década de 1950. Holanda (1992, p. XV) tenta entender o porquê do repentino interesse dos norte-americanos por esse debate e perspicaz afirma:

Esse interesse pode ser referido em parte, no caso dos EUA, à noção de que os valores dominantes da civilização americana são como uma *dádiva* da história, isto é, de que os primeiros colonos, os *Founding Fathers*, equiparam o país, desde o nascedouro, com uma teoria política completa e adequada a todas as necessidades futuras.

Estendendo essa possibilidade, seria possível aventar a hipótese de que há uma relação entre esse súbito interesse pelas representações da natureza no final da década de 1950 e a percepção da crise típica do século XX, sentida a partir desse instante. É possível que tenha sido a ocorrência desses novos estudos juntamente aos movimentos de contracultura da década seguinte que, juntamente com o novo impulso tecnológico e o agravamento da sensação de crise, propulsionaram um reposicionamento do movimento ambiental. Quando, por exemplo, se atenta para os modelos dados por Castells em sua tipologia a acerca do ambientalismo, percebe-se que datam da década de 1970 a 1980<sup>147</sup>. A discussão que Sérgio Buarque de Holanda presenciou e com a qual dialogou remonta ao momento anterior de revisão acerca das representações do mundo natural nos EUA (e até mesmo na Europa), o que por sua vez parece ter contribuído para a nova construção de identidades multifacetadas do ambientalismo na década de 1960, propaladas depois por todo o planeta.

Outro aspecto a ser ressaltado acerca da obra de Holanda é a ausência de uma referência a um autor clássico quando se trata de representação da natureza nos EUA: Frederick Jackson Turner, que escreve em 1893 um ensaio intitulado: *The Significance of the Frontier in American History*. Segundo Oliveira (2001), Turner, escrevendo em um contexto

<sup>147</sup> São eles: Grupo dos Dez (1980); “Não no meu Quintal” (1978); *Earth First!* (1970); Greenpeace (1978) e ainda, na Europa, o Partido Verde Alemão (1980).

progressista é influenciado pela intenção de uma escrita da história objetiva que “incorporou a valorização do estudo das forças econômicas, dos condicionamentos ambiental e geográfico como determinante dos grandes movimentos políticos” (OLIVEIRA, 2001, p. 116). Insiste-se na centralidade de tal autor justamente pelo fato de que é ele o primeiro a evidenciar, ainda que de um modo já contestado, a importância do tema-mito “fronteira” na história norte-americana. Sua importância reside também no fato de que, como afirma Oliveira, é a obra de Turner que tem sido recuperada por muitos historiadores preocupados com a questão ecológica, ligados à história ambiental, quando se trata do tema da *wilderness*.

Essa relativa continuidade entre o XIX e a década de 1960, precisa ser elucidada já que até aqui tem se focado as rupturas. A própria leitura da obra de Castells de certo modo a aponta, quando afirma “a preservação da natureza, a busca da qualidade ambiental e uma perspectiva de vida ecológica são idéias do século XIX que, em termos de manifestação, mantiveram-se por muito tempo restritas às elites ilustradas dos países dominantes” (CASTELLS, 1999, p. 153). Como continua assinalando o autor, a tendência dessa elite era despertar a consciência de indivíduos poderosos e com capacidade tanto de influenciar uma legislação mais favorável à questão ambiental quanto, por que não, de financiar a criação de áreas de preservação.

Entretanto, como o autor mesmo propõe, é no XIX que podem ser encontradas as raízes de boa parte destes princípios. E retomando um ponto tangenciado anteriormente, é importantíssimo, no que se refere à relação entre produção identitária e representações do espaço geográfico nos EUA, a noção de *wilderness* para o surgimento dos primeiros impulsos conservacionistas inclusive na criação de Parques Nacionais, ponto de maior interesse uma vez que é este modelo que inspira a principal ação da Fundação O Boticário.

Mais uma vez Oliveira retoma os argumentos de Roderick Nash. “Para este autor, esta foi uma invenção americana. O estabelecimento do Parque Nacional de Yellowstone, em 1º de março de 1872, foi a primeira experiência de preservação da natureza em larga escala para o interesse público” (OLIVEIRA, 2001, p. 118). A idéia da natureza selvagem, o misto de selva e deserto, a *wilderness*, entra como componente que exalta o pioneirismo norte-americano sobre a fronteira, a natureza intocada <sup>148</sup>. Diferentemente da concepção européia

---

<sup>148</sup> Diegues (1998) dedica sua obra a contestar tanto a origem quanto a persistência e propagação do modelo de Parques Nacionais nos EUA e no planeta inteiro, justamente a partir da criação do “mito moderno da natureza intocada”. A problemática central para este autor é que tal mito desconsideraria por completo aqueles habitantes nativos dos locais sobre os quais se constroem, afirmando que essa natureza não seria tão intocada assim. O caso dos EUA é evidente, na medida em que a dizimação da população indígena é aspecto conhecido do processo de expansão territorial.

acerca da natureza, o importante não seria vê-la domesticada, organizada para o usufruto do homem. Em uma mudança de sentido, a natureza passa a ser vista como oposta à civilização, onde estariam a virtude e a dignidade perdida. No que tange a este aspecto, Diegues (1998, p. 27) destaca um raciocínio cíclico a respeito das interconexões entre as representações coletivas e práticas quando afirma que na base da

idéia de parque como área selvagem e desabitada, típica dos primeiros conservacionistas norte-americanos, pode ter suas origens nos mitos do ‘paraíso terrestre’, próprios do Cristianismo [...] Dessa forma, os primeiros conservacionistas pareciam recriar e reinterpretar o mito do paraíso terrestre mediante a criação dos parques nacionais desabitados, onde o Homem poderia contemplar as belezas da Natureza.

Assim, pesa uma possível percepção de motivos edênicos na concepção de Parques Nacionais, na medida em que toda a argumentação proposta por Sérgio Buarque de Holanda referida anteriormente contribui para a compreensão do imaginário subsidiário de tal prática. De fato, a descrição da Reserva de Salto Morato é carregada de motivos idílicos:

A Floresta Atlântica é uma das mais belas paisagens brasileiras e a Reserva Natural Salto Morato é um lugar onde você vai conhecê-la mais de perto, desfrutando de suas belezas naturais em um passeio onde o contato com a natureza encanta e ensina [...] A Reserva Natural Salto Morato é refúgio para os que procuram descanso, contemplação e contato direto com a natureza. Quem passa por aqui, leva a paisagem na memória e também a responsabilidade de contribuir para a conservação da natureza, única forma de garantir a vida no planeta.<sup>149</sup>

Alguns números fornecidos por Diegues (1998, p. 16) demonstram a importância da questão da formação de Parques Nacionais e Reservas Naturais no momento principal da análise.

O estabelecimento dessas unidades [de preservação] teve grande aumento entre a década de 70 e 80 quando foram criadas cerca de 2.098 unidades de âmbito nacional em todo o mundo, cobrindo mais de 3.100.000 km<sup>2</sup> ao passo que desde o início do século tinham sido criadas 1.511 unidades cobrindo aproximadamente 3.000.000 km<sup>2</sup>.

Para que se tenha uma idéia, na década de 1960 criaram-se 573 unidades de preservação ao redor do planeta. Na década seguinte, o número chegou a 1317, num aumento de aproximadamente 130%.

<sup>149</sup> Disponível em <<http://www.fundacaoboticario.org>>. Acesso em: jun. 2008.

Assim, o modelo de Parques Nacionais adotado pela Fundação O Boticário evidencia essa característica brasileira, similar à norte-americana, de assimilar representações da natureza na construção identitária. Contudo, Oliveira também demonstra que se no caso estadunidense a *wilderness* e a fronteira são fundamentais, no Brasil o equivalente que se alia à representação da fronteira para a construção identitária é a representação do sertão, no que se refere aos aspectos de edenização. Tanto lá como cá, “a conquista e a ocupação de terras oferecem uma longa genealogia, retomada na construção da brasilidade. A referência ao espaço América como jardim do Éden, como ‘possessões maravilhosas’, povoa o imaginário sobre o Novo Mundo e o Brasil” (OLIVEIRA, 2001, p. 111).

Diferentemente de outras matrizes identitárias (no caso brasileiro o “mito das três raças”) que conscientizam mais das diferenças do que da integração, uma identidade calcada no espaço promove a integração necessária para o projeto de nação. Nesse sentido, “a valorização da natureza aparece como que compensando a debilidade da cultura no Brasil” (OLIVEIRA, 2001, p. 70).

Essa valorização necessita ser ressaltada aqui não para que se perscrute o processo de construção identitária nacional, mas para evidenciar que no interior deste processo a natureza é fundamental. Assim, os movimentos ambientalistas brasileiros tendem a assimilar e reforçar a identidade nacional ou regional justamente porque tais identidades, no Brasil, incluem de certa forma uma representação peculiar da natureza.<sup>150</sup>

A FOB, como já se demonstrou, tem muito dessa positividade da natureza e a tem feito ao valorizar cada bioma brasileiro. A ARCA, por sua vez, demonstra essa relação com o bioma em que está inserida: o cerrado. Em diversos momentos percebe-se a preocupação com a região, numa nítida associação da valorização do cerrado com a formação de uma identidade goiana. Em 1991 a criação do ITS já aponta para essa representação do cerrado como lugar, pois através dos conhecimentos produzidos pelo instituto seria possível defender o cerrado. Há muitos outros exemplos: em 1994 lê-se nota intitulada “A força do Cerrado” no que se refere ao potencial de recuperação do mesmo; em 1995, uma “arcanoagem” pelo Rio Araguaia enfatiza a região como construtora de uma identidade regional; em 2000, vê-se a celebração pelo reconhecimento da UNESCO, ao transformar o cerrado do nordeste de Goiás em Reserva da Biosfera; a questão do Araguaia é retomada em 2002, no momento da

---

<sup>150</sup> É fato que a representação da natureza não foi e nem é sempre positiva. Oliveira mesmo demonstra que em vários momentos, em vez de paraíso, a natureza – ou mais especificamente o sertão, como o lugar não civilizado – pode ser o inferno final, ou o purgatório de passagem (cf. OLIVEIRA, 2001, p. 74). Mas aqui, importa enfatizar o aspecto positivo por ser este o que é abraçado pelos movimentos ambientalistas.

construção da hidrovia Tocantins-Araguaia, com uma série de artigos visando ao impedimento da mesma.

Assim, o movimento ambientalista brasileiro assimila essa identidade baseada na representação positiva da natureza, tanto em nível nacional quanto em nível regional. A natureza passa a ser uma forma de “lugar”, que engendra construções identitárias mais tradicionais que são, por sua vez, assimiladas pela identidade biológica. De certa forma, essa constatação não contraria a tese de Castells de que o principal inimigo para a formulação última dessa identidade seja o nacionalismo de Estado. Essa peculiaridade identitária brasileira não representa um nacionalismo de Estado. De fato, o que em vários momentos se percebe nos documentos é uma oposição não ao Estado, mas ao governo que se estabelece. As críticas são às opções ou omissões do governo, seja ele municipal, estadual ou federal.

Desta forma, reforçar a ênfase à localidade constitui-se como a principal solução proposta pela identidade biológica à crescente predominância do espaço de fluxos na contemporaneidade. Isso conduz a uma assimilação da identidade biológica de identidades mais tradicionais, construídas a partir de representações geográficas, não apenas do espaço, mas também do lugar. Enfatizando a localidade, a identidade biológica não procura se impor pela suplantação, e propondo as ações no lugar em que está o sujeito, possibilita a integração do mesmo com a perspectiva da totalidade do planeta.

### 3.4 O Longo Agora: a projeção no futuro do tempo presente

Todavia, como apontado, não é somente a concepção do espaço que tem sido alterada na sociedade em rede. Como atestou Haal, o espaço tem sido destruído pelo tempo. Castells afirma que da mesma forma que o espaço, “o controle sobre o tempo está em jogo na sociedade em rede, e o movimento ambientalista é provavelmente o protagonista do projeto de uma temporalidade nova e revolucionária” (CASTELLS, 1999, p. 157). Ora, essa afirmação pode ser analisada sob a perspectiva do imperativo de responsabilidade que reposiciona a ação do sujeito, não somente para além da imediatividade espacial, mas também para além da simultaneidade temporal. De início, ficou claro como o movimento ambientalista projeta cada vez mais no futuro remoto o significado de suas ações.

Os exemplos inéditos que possam ser depreendidos dos documentos para esta verificação são menos abundantes. Mas ao longo de todo o trabalho até aqui, constatou-se esta preocupação com o porvir, com as “gerações futuras”, afinal, o imperativo de responsabilidade está justamente ligado ao agir que permita a existência de uma “autêntica vida humana sobre a Terra”, não somente agora, mas no futuro.

A própria ARCA, em seu primeiro editorial se identifica como uma Associação que “recria uma forma de conscientização que permita através da ação dos homens e apesar dela a continuidade da vida”<sup>151</sup>. Em outro momento, a busca pelo Contrato Natural reformaria a atitude do homem diante da natureza, pois só através dele é possível que se tenha uma “qualidade de vida digna – a todos – e conserve o planeta para as gerações vindouras”<sup>152</sup>.

A empresa O Boticário também assimila essa noção, que se manifesta não somente na FOB, mas em várias outras ações de cunho responsável. “Preservar o equilíbrio do planeta é o melhor que podemos oferecer às gerações futuras e é com esta premissa que O Boticário atua na gestão dos seus negócios”<sup>153</sup>. Mais adiante tal perspectiva é reiterada: “O Boticário acredita que a qualidade de vida das gerações presentes e futuras depende de ações que busquem equilibrar o desenvolvimento sócio-econômico com a conservação do meio ambiente, a promoção da saúde e o controle dos riscos ocupacionais”<sup>154</sup>.

---

<sup>151</sup> Documento 4.

<sup>152</sup> Documento 6.

<sup>153</sup> Disponível em <<http://www.oboticario.com.br>>. Acesso em: jun. 2008.

<sup>154</sup> Disponível em <<http://www.oboticario.com.br>>. Acesso em: jun. 2008.

Entretanto, essa perspectiva de projeção do futuro nos movimentos ambientais pode ser compreendida justamente a partir da integração do homem com o todo. Assumindo a perspectiva da evolução do próprio planeta, a existência do homem corresponde a uma fração ínfima diante dos bilhões de anos que a Terra possui. Daí a dramaticidade de suas ações e a conscientização da irresponsabilidade do desequilíbrio causado por elas em um equilíbrio construído à custa de milhões de anos de adaptação da vida às condições do Planeta. Lutzenberger formulou essa percepção em vários momentos de seu texto. A concentração do gás carbônico na atmosfera alterou profundamente a atmosfera terrestre e tudo isso em duzentos anos de Revolução Industrial, “uma fração de segundos na escala de tempo de vida de GAIA”. Na análise dessas mudanças na temperatura terrestre, Lutzenberger retoma os períodos glaciais no Pleistoceno, nos últimos três milhões de anos, “menos de um dia na vida de GAIA”. Após as glaciações o equilíbrio estabelecido por GAIA levou à proliferação das grandes florestas tropicais em “um período muito curto, uns 15 000 anos apenas, minutos na cronologia de GAIA”<sup>155</sup>. É essa sensação de que o homem faz parte de apenas algumas horas da vida de Gaia que torna sua ação imediatista tão arrogante e irresponsável, e a sociedade em rede parece ter apenas potencializado esse caráter.

Para a compreensão dessas mudanças, Castells resume três formas de temporalidade: tempo cronológico, tempo intemporal e tempo glacial. O primeiro é típico do industrialismo (numa referência tanto ao capitalismo quanto ao que chama de estatismo, o comunismo soviético) e se caracteriza pela seqüência cronológica dos eventos e a disciplina das ações humanas feita por calendários e cronogramas pré-estabelecidos.

O segundo é a temporalidade reinante na sociedade atual, que sofre com uma perturbação sistêmica na ordem seqüencial dos fenômenos, introduzindo e predominando a instantaneidade e a descontinuidade aleatória na seqüência. Castells (1999, p. 157) afirma que

A eliminação da continuidade das seqüências dá origem a um *timing* não diferenciado, destruindo assim o conceito de tempo. Em nossas sociedades a maioria dos processos básicos dominantes é estruturada no tempo intemporal, muito embora a maioria das pessoas seja dominada pelo tempo cronológico.

A terceira forma de concepção do tempo seria a que tem sido defendida pela identidade biológica. A temporalidade glacial é idealizada por dois autores aos quais Castells reporta, Lash e Urry, e implica que “a relação entre o homem e a natureza é um processo

---

<sup>155</sup> Disponível em <<http://www.fgaia.org>>. Acesso em: jun. 2008.

evolucionário e de longo prazo. Tal relação se projeta para trás na história imediata da humanidade e para a frente em direção a um futuro totalmente não especificado” (LASH e URRY *apud* CASTELLS, 1999, p. 158). É justamente a partir dessa perspectiva que se justificariam ações defendidas pelo ambientalismo como o uso de recursos renováveis e a sustentabilidade. O autor (1999, p. 158) resume perfeitamente a análise dessa temporalidade partindo justamente da *deep ecology*, vertente do ambientalismo na qual se inseria Lutzenberger:

A noção holística de integração entre seres humanos e natureza, conforme sustentada pelos defensores da “ecologia profunda”, não está se referindo a uma ingênua veneração de paisagens naturais intocadas, mas sim ao princípio fundamental de que a unidade de experiência mais relevante não é o indivíduo ou, ainda nesse sentido, comunidades de seres humanos consideradas a partir de uma perspectiva histórica. Para nos integrarmos ao nosso eu cosmológico precisamos primeiramente transformar nossa própria noção de tempo, sentir o “tempo glacial” passando por nossas vidas, a energia das estrelas fluindo em nossas veias, perceber os rios de nossos pensamentos desembocando em um fluxo contínuo nos oceanos ilimitados da matéria viva multiforme. Em termos bem objetivos e pessoais, viver no tempo glacial significa estabelecer os parâmetros de nossas vidas a partir da vida de nossos filhos, e dos filhos dos filhos de nossos filhos.

Desta forma, a própria sustentabilidade seria uma forma de restabelecimento da solidariedade de gerações, numa perspectiva egoísta é verdade, mas um egoísmo saudável. O movimento anti-nuclear sustentado por diversos movimentos ambientalistas também está alicerçado nessa perspectiva de uma projeção no futuro, em função da radiação que se projeta nele. Na direção oposta, a valorização da preservação de culturas autóctones (como no caso dos Karajás em Goiás) retoma o passado em um discurso integrador, confirmando todas as formas de existência humana através de uma integração de todos os seres. Esses exemplos, de acordo com Castells, evidenciam a “causa implícita do movimento ambientalista” que se coloca como resumo perfeito desse capítulo: a “unidade das espécies seguida da unidade da matéria como um todo, e de sua evolução espaço-temporal” (p. 159). Assim, a concepção desse tempo glacial impõe ao sujeito que dela se apropria mediante a identidade biológica uma imperativa integração com um eu cosmológico que só se dará quando se infligir uma lentidão à sensação da passagem do tempo – contrapondo-se à instantaneidade e à descontinuidade da temporalidade cada vez mais intemporal.

É desta forma que a identidade biológica tem se firmado no cenário da fragmentação e do descentramento identitário típico da sociedade em rede (como quer Castells) ou da pós-modernidade (como quer Hall). É ela que subjaz a toda ação da ARCA e

da FOB, como se demonstrou aqui. Propor a ênfase à localidade das ações não significa um abandono da perspectiva de responsabilidade pela situação do planeta e opõe-se drasticamente à separação efetuada no contexto entre espaço e lugar. Já a temporalidade glacial recupera o sentido da passagem do tempo ao inserir o homem no contexto evolutivo e freia, a seu modo, o sentimento de celeridade e de perda de sensibilidade às mudanças. É justamente essa nova proposta de tempo e espaço que lança as bases da identidade biológica e explicam seu êxito a partir da década de 1980.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final deste trabalho, podemos afirmar que a hipótese suscitada por Manuel Castells acerca do movimento ambientalista é central para a compreensão do mesmo e explica o seu êxito na atualidade. Este autor propôs uma teoria que instrumentalizasse uma análise deste tipo de movimento, atribuindo como explicação para o sucesso do ambientalismo justamente a sua capacidade de adaptação às principais mudanças geradas a partir do novo impulso tecnológico com a Revolução microeletrônica e o surgimento do modo de desenvolvimento informacional. No último capítulo afirmamos essa capacidade de adaptação do movimento ambientalista às mudanças. Desta forma, o que se evidencia neste trabalho é a idéia de que o movimento ambientalista alcança “posição de destaque no cenário da aventura humana” no final do século XX, exatamente por ser aquele que melhor se adequou às mudanças substantivas que caracterizam o período. Daí infere-se e defende-se o argumento de que o movimento ambientalista somente pode ser compreendido em sua especificidade a partir dessas mudanças fundamentais que se processaram no período em questão.

Assim, no que se refere ao primeiro capítulo, Castells (1999, p. 161) afirma que “boa parte do sucesso do movimento ambientalista deve-se ao fato de que, mais do que qualquer outra força social, ele tem demonstrado notável capacidade de adaptação às condições de comunicação e mobilização apresentadas pelo novo paradigma tecnológico”. Essas novas formas de mobilização se dão justamente através do paradigma de redes, elucidando a importância da categoria na análise dos novos movimentos contemporâneos. As especificidades nacionais do Brasil ainda reforçam o período da década de 1980 como fundamental para a compreensão desses movimentos, já que juntamente com a consolidação da sociedade em rede, o Brasil passa pelo processo de redemocratização e de reemergência da sociedade civil, assistindo a partir daí a uma explosão de ONGs e Fundações. Essa visibilidade alcançada pelo movimento ambientalista no cenário destes novos paradigmas acabou por aglutinar sob sua bandeira distintas demandas por justiça social que se inserem na causa ambientalista para atingirem seus objetivos – naquilo que Castells denomina de justiça ambiental.

Outra mudança que se percebe a partir da década de 1970 e que exige soluções a partir da década seguinte é o aprofundamento dos questionamentos ao saber científico e à sua

produção técnica. Assim sendo, a crise da visão de uma positividade moral intrínseca à ciência e à técnica faz com que estas passem a ser questionadas não somente a partir do seu potencial de destruição em massa da vida humana – como foi no período imediato ao segundo pós-guerra – mas de modo novo, esse questionamento surge a partir da constatação da possibilidade de eliminação das condições ambientais que possibilitam a perpetuação da vida. Destarte, pela primeira vez assombra a probabilidade de que a vida seja inviabilizada pelo próprio homem. Essa crise impõe novos questionamentos ontológicos e conduz à idealização de um novo modo de agir, de uma nova ética, não mais calcada em valores morais, mas sim na responsabilidade. A ética da responsabilidade exigiria um rompimento com as éticas tradicionais – dentre as quais o imperativo categórico de Kant se destaca – que limitavam as ações a partir da proximidade espacial e temporal.

Essa proposição de uma nova experimentação do espaço e do tempo rompe com a imediaticidade espacial e a simultaneidade temporal. Tendo em vista que duas das mudanças mais agudas na sociedade em rede ocorreram justamente na construção de um espaço de fluxos e de um tempo intemporal, é na proposta de um espaço com ênfase na localidade (no lugar) e de um tempo glacial, bases do imperativo de responsabilidade, que se alicerça a identidade biológica. Aquele imperativo que emana da ciência é agora proposto ao indivíduo através de uma identidade de projeto, produzindo sujeitos responsáveis por cada uma de suas ações, pois a ética deve ser pensada justamente para determinar ações.

Desta forma, a conexão entre os três temas centrais culmina num raciocínio cíclico, cuja centralidade está justamente na responsabilidade. Esse imperativo estimula a ação individual que se concretiza através do associativismo civil, segundo o modelo de redes – tendo em vista que as FASFIL contam sempre com a participação voluntária – que é legitimada na especificidade do movimento ambientalista pela nova construção identitária biológica, que justifica essa responsabilidade sócio-ambiental mediante a identificação do sujeito com toda a raça humana e com o ambiente com o cerca. Assim, a identidade biológica apela para a noção de responsabilidade que propõe a ação voluntária manifesta na ação social segundo as redes. Ora, admitimos então que esses discursos são frutos de processos específicos: a intensa produção identitária, um novo impulso ao questionamento ético à positividade da ciência e da técnica e a organização da sociedade em rede, respectivamente. Tais processos são passíveis de compreensão apenas quando se aceita a idéia de que a década de 1970 introduz essas mudanças. Assim, a tese defendida aqui é a de que o movimento ambientalista se reconfigurou de acordo com as mudanças estabelecidas a partir da década de

1970, adaptando-se a elas e propondo soluções próprias e singulares, que ganharam nas duas últimas décadas do século XX ressonância e aceitação crescentes, justificando assim, seu êxito em relação aos demais movimentos e discursos.

Reiteramos que não nos ocupamos em problematizar a coerência dessas construções discursivas. Assim, no primeiro capítulo abandonamos questionamentos tais como se o conceito de Terceiro Setor é o mais apropriado ou o uso do conceito de sociedade civil pelos movimentos seria o mais correto. Esta postura se reflete em todo o trabalho, quando, por exemplo, não entramos no mérito do debate sobre a ética proposta por Jonas, inserindo-o em seu contexto de produção intelectual, ou a verificação sobre as fragilidades possíveis na idéia de uma identidade biológica. Cada uma dessas problemáticas apresenta complexidade suficiente para possibilitar trabalhos distintos, que exigiriam discussões teóricas muito mais aprofundadas do que as efetuadas aqui. O que tentamos foi identificar esses fatores novos que estão presentes na estrutura e do discurso do movimento ambientalista e a existência deles, para o bem ou para o mal, não pode ser questionada. Há ainda, porém, uma questão a ser posta que resume a idéia final acerca deste trabalho.

Na celeridade dos processos históricos contemporâneos e da destruição do espaço pelo tempo, a identidade biológica manifestada em cada uma de suas sub-identidades oferece uma solução para a crise ontológica que se abate sobre o homem suicida. Principalmente através da temporalidade glacial, o ambientalismo propõe um projeto que Jonas afirma não ser utópico, mas que parece solucionar o momento de distopia generalizada. Essa discussão final é reflexo da proposta por Dubois *apud* Baczkó (1996, p. 347) acerca da historicidade do discurso a respeito do conceito utópico. “Não são apenas as utopias que têm uma história; também o discurso sobre as utopias a tem. Ao transformar-se em nome genérico, a palavra ‘utopia’ assistiu à extensão e diversificação do seu conteúdo semântico, ao mesmo tempo em que perdia em precisão”. Ultrapassando sua formulação inicial em Thomas Morus, utopia era nos séculos XVII e XVIII sinônimo de impossível, quimera. No XIX e XX a palavra ganhou novos sentidos e ambigüidades. Agora, as sociedades ficcionais ideais poderiam ser passíveis de efetivação, através de teorias sociais cientificamente fundamentadas. Destaca-se a noção de utopia que Baczkó (1996, p. 351) recupera do início do século XX como uma visão de mundo global, “uma manifestação da dimensão essencial da consciência histórica”, sendo a utopia responsável por marcar o conjunto cultural de uma época.

Prosseguindo em sua recuperação deste conceito polissêmico, Baczkó (p. 352) percebe nos argumentos de Bloch que a utopia é como “uma espécie de constante cultural que

se manifesta [...] em qualquer domínio onde a imaginação pode, através de formas-esboços, extrair do presente, sempre provisório e instável, aquilo que ele contém do futuro”. Já nos argumentos de Eliade, Baczkó retoma a percepção de que a utopia é em última análise, resultado de uma nostalgia pelo Paraíso Perdido, sendo, portanto, fruto de uma “síndrome paradisíaca”. Se adotarmos essas duas noções, em meio à pluralidade delas, torna-se plenamente aceitável perceber a identidade ambiental e o projeto que ela propõe como uma nova forma de manifestação utópica. Certamente não se trata da mesma utopia dissecada por Jonas, cujo representante principal era o marxismo, já que para este autor, como vimos, é importante rejeitar as utopias calcadas na noção de progresso. A utopia aqui não é tomada necessariamente como um objetivo realizável, mas tão somente como a existência de um projeto de futuro. No que se refere ao momento de sua escrita, justamente o final do século XX, Baczkó assume a divergência de opiniões acerca do estado de construções utópicas.

O tom de alerta emitido pelo autor lança os questionamentos que podem também encerrar nosso trabalho. Em que medida tem havido um gerenciamento e uma apropriação por parte dos detentores da produção de informação – tendo em vista sua centralidade como novo modo de desenvolvimento capitalista – desse discurso ambiental admitido aqui como utópico, e qual a efetividade do mesmo, são questões que só os processos históricos e pesquisas futuras sanarão. O próprio autor propõe a visualização do ambientalismo como uma nova dimensão utópica e isso é perfeitamente verificável. Ousaríamos até efetuar um paralelo: após 1870, com o impulso tecnológico do que muitos denominam como segunda Revolução Industrial surgem as utopias alicerçadas na noção do progresso técnico. Cem anos depois, com um salto tecnológico bem mais acentuado e revolucionário, essas utopias são desconstruídas. Teria tal fato aberto um vácuo que estaria sendo preenchido por uma utopia ambientalista alicerçada na identidade biológica e na responsabilidade? Até que ponto o mundo caminhará em direção a uma integração caso se admita que ela é mesmo possível? Tais questões permanecem em aberto, pois não é papel do historiador prevê-las. Que outros trabalhos possam se ocupar da problemática aqui exposta em busca de uma oportuna visualização de questões tão caras ao homem contemporâneo.

## REFERÊNCIAS

- AGGIO, Alberto. “A emergência de massas na política latino-americana e a teoria do populismo”. In: AGGIO, Alberto e LAHUERTA, Milton (org.). *Pensar o Século XX: Problemas políticos e história nacional na América Latina*. São Paulo: Editora UNESP, 2003.
- BACZKO, Bronislaw. *Imaginação Social*. Enciclopédia Einaudi, v. 5. Porto: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1996.
- BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *As Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos no Brasil 2002*. Rio de Janeiro: IBGE, 2004.
- CADERNOS Comunidade Solidária – Marco Legal do Terceiro Setor. Brasília: IPEA, 1998.
- CASSIRER, Ernest. “O pensamento na era do iluminismo”. In: \_\_\_\_\_. *A Filosofia do Iluminismo*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1994, p.19-61.
- CASTELLS, Manuel. *O Poder da Identidade*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- \_\_\_\_\_. *A Sociedade em Rede*. São Paulo: Paz e Terra, 2003.
- DIEGUES, Antonio Carlos. *O Mito Moderno da Natureza Intocada*. São Paulo: HUCITEC, 1998.
- DOIMO, Ana Maria. *A Vez a Voz do Popular: Movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: ANPOCS, 1995.
- ELIAS, Norbert. *A Sociedade dos Indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.
- FILHO, Rubem Barboza. “Século XX: uma introdução (em forma de prefácio)”. In: AGGIO, Alberto e LAHUERTA, Milton (org.). *Pensar o Século XX: Problemas políticos e história nacional na América Latina*. São Paulo: Editora UNESP, 2003.
- FOUCAULT, Michel. “O que são as Luzes?”. In: \_\_\_\_\_. *Arqueologia das Ciências e História dos Sistemas de Pensamento*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000, p. 335-351.
- HEIDEGGER, Martin. “O tempo da imagem do mundo”. In: \_\_\_\_\_. *Caminhos de Floresta*. Lisboa: Fundação Calouste Gubenkian, 1998, p. 95-138.

- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- HOBBSBAWM, Eric J. *Era dos extremos. O breve século XX – 1914-1991*. São Paulo, Companhia das letras, 1998.
- HOLANDA, Sergio Buarque de. *Visão do Paraíso*. São Paulo: Brasiliense, 1992.
- JONAS, Hans. *O Princípio Responsabilidade: Ensaio de uma ética para a civilização tecnológica*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC Rio, 2006.
- LAHUERTA, Milton. “O século XX brasileiro: autoritarismo, modernização e democracia”. In: AGGIO, Alberto e LAHUERTA, Milton (org.). *Pensar o Século XX: Problemas políticos e história nacional na América Latina*. São Paulo: Editora UNESP, 2003.
- LIMA, Luis Costa. “A narrativa na escrita da história e da ficção”. In: \_\_\_\_\_. *Aguarrás do Tempo: estudos sobre a narrativa*. Rio de Janeiro: Rocco, 1989, p.13-121.
- LINHARES, Maria Yedda. *Terra Prometida: uma história da questão agrária no Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1999.
- MENESCAL, Ana Koury. “História e Gênese das ONG’s”. In: GONÇALVES, Hebe Signorini (org). *Organizações não Governamentais – Solução ou Problema?*. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.
- MONTAÑO, Carlos. *Terceiro Setor e Questão Social – Crítica ao padrão emergente de intervenção social*. São Paulo: Cortez, 2002.
- NEDER, Ricardo T. *Figuras do Espaço Público Contemporâneo: Associações Cívicas, Fundações e ONGs no Brasil*. Campinas, SP: IFCH/UNICAMP, 1997.
- OLIVEIRA, Ana Cíntia. *Terceiro Setor: Uma agenda para a reforma do marco legal*. Comunidade Solidária: Serie Marco Legal do Terceiro Setor, 1997.
- OLIVEIRA, Lucia Lippi. “Representações Geográficas da identidade nacional – O caso norte-americano”. In: \_\_\_\_\_. *Americanos*. Representações da identidade nacional no Brasil e nos EUA. Belo Horizonte: UFMG, 2000, p. 115-126.
- PARGA, Jose Sanchez. “Producciones de Identidad y Identidades colectivas”. In: *Identidades y Sociedad*. Quito: CELA, 1992, p. 17-54.
- PRADO, Maria Ligia. “Natureza e identidade nacional nas Américas”. In: *América Latina no século XIX: tramas, telas e textos*. Bauru: EDUSC, São Paulo: EDUSP, 1999, p. 179-218.

RABINOW, Paul. “Cortando os laços: fragmentação e dignidade na modernidade tardia”. In: *Antropologia da Razão*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999, p. 159-184.

SÁBATO, Ernesto. “Hombres y engranajes”. In: *Hombres e engranajes, Heterodoxia*. Madrid: Alianza Editorial, 2002, p.15-98.

SCHERER-WARREN, Ilse. *Cidadania sem Fronteiras – ações coletivas na era da globalização*. São Paulo: Editora HUCITEC, 1999.

SELLERS, Charles et al. *Uma reavaliação da História dos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

SEVCENKO, Nicolau. *Corrida para o Século XXI – No loop da montanha-russa*. São Paulo: Cia. das Letras, 2001.

SIQUEIRA, José Eduardo de. *Hans Jonas e a ética da responsabilidade*. Disponível em <[http://www.unopar.br/portugues/revfonte/v3/art7/body\\_art7.html](http://www.unopar.br/portugues/revfonte/v3/art7/body_art7.html)>, 1999. Acesso em: jan. 2009.



# APÊNDICES

Tabela 1: Catalogação das Fontes Escritas por numeração, descrição e ano de produção.

NUMERAÇÃO	DESCRIÇÃO	DATA
DOCUMENTO 1	Estatuto da Associação para a Recuperação e a Conservação do Ambiente	Set. 1982
DOCUMENTO 2	Relatório “Atividades da ARCA – Goiás”	1984
DOCUMENTO 3	Histórico das Atividades da ARCA-Nacional	1984
DOCUMENTO 4	Informativo Jornal da ARCA	Dez. 1988
DOCUMENTO 5	Informativo Jornal da ARCA	Set. 1991
DOCUMENTO 6	Informativo ARCA Viva	Dez. 1994
DOCUMENTO 7	Informativo ARCA Viva	Jul./Ago. 1995
DOCUMENTO 8	Informativo ARCA Viva	Jul./Ago. 2000
DOCUMENTO 9	Informativo ARCA Viva	Nov./Dez. 2000
DOCUMENTO 10	Relatório Anual de Atividades: 2000	Jan. 2001
DOCUMENTO 11	Informativo ARCA Viva	Abr. 2002
DOCUMENTO 12	Informativo ARCA Viva	Jul. 2002
DOCUMENTO 13	Informativo ARCA Viva	Out. 2002
DOCUMENTO 14	Informativo ARCA Viva	Jan. 2003
DOCUMENTO 15	Informativo ARCA Viva	Set. 2003
DOCUMENTO 16	Informativo ARCA Viva	Mar. 2004

DOCUMENTO 17	Informativo ARCA Viva	Jun. 2004
DOCUMENTO 18	Informativo ARCA Viva	Ago./Set. 2004
DOCUMENTO 19	Informativo ARCA Viva	Set./Out. 2004
DOCUMENTO 20	Informativo ARCA Viva	Abr./Mai. 2005
DOCUMENTO 21	Informativo ARCA Viva	Jun./Jul. 2006
DOCUMENTO 22	Estatuto da Associação para a Recuperação e a Conservação do Ambiente	Set. 2005
DOCUMENTO 23	FOB Programa de Incentivo à Conservação da Natureza (histórico de projetos apoiados)	2007
DOCUMENTO 24	BORGES, R. G. [et al]. <i>A Importância da Responsabilidade Social, como Estratégia de Marketing e Divulgação, na Área de Meio Ambiente. Caso: Fundação O Boticário</i> . Goiânia: Faculdade Cambury (mimeo), 2005	2005
DOCUMENTO 25	O que é a Declaração do Milênio	2000